



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA



RELATÓRIO FINAL DO INQUÉRITO AO ORÇAMENTO FAMILIAR - IOF-2008/9

(1º DRAFT PARA CIRCULAÇÃO LIMITADA)

Presidência

João Dias Loureiro
Presidente

Manuel da Costa Gaspar
Vice-Presidente

Valeriano da Conceição Levene
Vice-Presidente

Ficha Técnica:

Título:

Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar- IOF 2008/09.

Editor

Instituto Nacional de Estatística
Direcção de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais 9º Andar
Flat 93
Av. Ahmed Sekou Touré, nº 2 I, Caixa Postal 493 Maputo
Telefones: + 258-1-49 2114
Fax: + 258-1-492114
E-Mail: info@ine.gov.mz
Homepage: www.ine.gov.mz

Autores:

Cassiano Soda Chipembe, Xadrique Maunze, Pedro Duce, Carlos Creva, Maria Alfeu, Jeremias Guambe, e Isaura Muchanga

Análise de Qualidade:

João Dias Loureiro
Manuel Da Costa Gaspar
Firmino Alberto Guiliche

Direcção:

Cassiano Soda Chipembe

Coordenação e Supervisão do Trabalho de Campo:

Arão Balate, Cristóvão Muahio

Implementação da Amostra:

Carlos Creva, David Megill

Design e Grafismo:

Mário Chivambo e A. Guimarães

Capa:

Mário Chivambo

Assistência Técnica e Financeira

Fundo Comum (composto pelos diferentes parceiros de cooperação que apoiam as actividades do INE)

Difusão

Instituto Nacional de Estatística
Departamento de Difusão da Direcção de Coordenação, Integração e Relações Externas do INE (DICRE)

Tiragem:

1000 Exemplares

Crítica e Processamento de Dados:

Eugénio Matavel; António Nhumuave

Índice

1	INTRODUÇÃO	5
1.1	OBJECTIVOS DO INQUÉRITO	5
1.2	DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DA AMOSTRA	5
1.3	ASPECTOS ORGANIZATIVOS	6
1.4	RECOLHA E PROCESSAMENTO DE DADOS	6
1.5	ERROS DE AMOSTRAGEM	7
1.6	COMPARABILIDADE COM OS RESULTADOS DO IAF 2002/03	8
2	COMPOSIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DE AGREGADOS FAMILIARES	9
2.1	INTRODUÇÃO	9
2.2	TAMANHO E COMPOSIÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES	9
2.3	COMPOSIÇÃO ETÁRIA DOS MEMBROS DOS AGREGADOS FAMILIARES	12
2.4	TAXAS DE CHEFATURA POR SEXO E IDADE DO CHEFE	14
2.5	RELAÇÕES DE PARENTESCO DOS MEMBROS DOS AGREGADOS FAMILIARES	17
3	CARACTERÍSTICAS DA FORÇA DE TRABALHO	21
3.1	INTRODUÇÃO	21
3.2	PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	23
3.3	POSIÇÃO NO PROCESSO LABORAL	25
3.4	PRINCIPAIS ACTIVIDADES ECONÓMICAS	28
4	NÍVEL E ESTRUTURA DAS DESPESAS	31
4.1	DESPESA POR AGREGADO FAMILIAR E PER CAPITA SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIA	31
4.2	DESPESA MENSAL PER CAPITA POR AGREGADO FAMILIAR SEGUNDO GRUPOS DE DESPESAS	34
4.3	NÍVEL E ESTRUTURA DE DESPESAS POR SEXO DO CHEFE DO AGREGADO FAMILIAR	37
4.4	NÍVEL E ESTRUTURA DE DESPESAS POR QUINTIS DE POPULAÇÃO	38
4.5	COMPARAÇÃO DO NÍVEL E ESTRUTURA DE DESPESAS DE 2008/9 COM O DE 2002/3	40
4.6	POSSE DE BENS DURÁVEIS	43
4.7	NÍVEL DE DESPESA E PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE A SUA SITUAÇÃO ECONÓMICA	45
4.8	CONDIÇÕES DA HABITAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM AS DESPESAS	49
4.9	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PREDOMINANTE NA HABITAÇÃO	49
5	5.2 PRINCIPAL FONTE DE ÁGUA	55
5.1	5.3 FONTE DE ENERGIA PARA ILUMINAÇÃO	58
5.2	5.4 SANEAMENTO	61
5.3	5.5 DISTÂNCIA PARA CHEGAR AOS SERVIÇOS BÁSICOS	63
6	6 EDUCAÇÃO E BEM-ESTAR SOCIAL	66
6.1	6.1 INTRODUÇÃO	66
6.2	6.2 TAXA DE ANALFABETISMO	66
6.3	6.3 NÍVEL DE ENSINO FREQUENTADO	68
6.4	6.4 RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E NÍVEL DE DESPESAS	69
6.5	6.4.1 TAXA DE ANALFABETISMO E NÍVEL DE DESPESAS	69
6.6	6.4.2 NÍVEL DE ENSINO FREQUENTADO E NÍVEL DE DESPESAS	70
6.7	6.4.3 TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO E NÍVEL DE DESPESAS	71
6.8	6.5 PROBLEMAS DOS ALUNOS NA ESCOLA	73
6.9	6.6 FREQUÊNCIA ESCOLAR DE CRIANÇAS DE 6 A 17 ANOS	74
7	SAÚDE	76
7.1	INTRODUÇÃO	76
7.2	ACESSO, UTILIZAÇÃO E SATISFAÇÃO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE	76
7.3	TIPO DE AGENTE CONSULTADO	79
7.4	PROBLEMAS TIDOS NAS CONSULTAS	81

1 INTRODUÇÃO

1.1 Objectivos do Inquérito

O Instituto Nacional de Estatística realizou em todo o País, o Inquérito ao Orçamento Familiar-IOF 2008/09. Este inquérito iniciou em Setembro de 2008 e terminou em Agosto de 2009.

Tal como o IAF 2002/03, o IOF 2008/09 é uma pesquisa por amostragem junto aos agregados familiares que pretende medir o nível e a estrutura das receitas e despesas e outras características sócio-económicas e demográficas, com a finalidade de obter vários indicadores das condições de vida da população. Para atingir este objectivo, o inquérito recolheu dados sobre características demográficas, educação, saúde, emprego, habitação, indicadores de pobreza, entre outros.

Os resultados do IOF 2008/9 servirão de suporte para a formulação de políticas e programas sectoriais do Governo, sector privado, e da sociedade civil moçambicana no geral; e assim como fornecerão informação indispensável para o acompanhamento da evolução das condições de vida da população que reside no território nacional.

O último inquérito desta natureza foi realizado em 2002/03 e abrangeu 8.727 agregados familiares. Deste modo, a maior parte da informação dos dois inquéritos é comparável, o que permitirá observar os progressos alcançados.

Finalmente, importa mencionar que o IOF 2008/09 foi realizado com financiamento do Governo de Moçambique e dos Parceiros de Cooperação Internacional aos programas do INE.

Para responder à procura de dados do IOF2008/09 por parte de utilizadores desta informação, o INE enquanto procedia com o processamento final da base de dados, publicou os dados básicos preliminares deste inquérito, cuja informação difere ligeiramente com a deste relatório final, sobretudo no capítulo de despesas. Deste modo, com a publicação deste relatório, deixa de ter validade a informação publicada nos quadros básicos anteriormente publicados.

1.2 Desenho e Implementação da Amostra

A amostra do IOF 2008/9 foi elaborada com base nos dados de cartografia do IIIº Recenseamento Geral de População e Habitação (III RGPH 2007), realizado pelo Instituto Nacional de Estatística. Esta amostra é aleatória e estratificada que compreende duas etapas de selecção: i) das Unidades Primárias de Amostragem (Áreas de Enumeração, AEs) e ii) dos Agregados Familiares dentro das AEs em cada uma das áreas de enumeração amostral.

Para obter uma amostra actualizada de agregados familiares, duas semanas antes do início da entrevista procedeu-se a uma listagem dos agregados dentro de cada AE, a partir da qual se seleccionou domicílios abrangidos na pesquisa. A selecção de agregados familiares dentro de cada AE amostral foi feita de forma aleatória e sistemática com probabilidades iguais.

Foram seleccionados 15 agregados dentro de cada AE urbana e 12 nas AE rurais. Destes agregados amostrais em cada AE três eram de reserva, e portanto, utilizados em certas condições especiais. Para evitar que o inquiridor viciasse a selecção dos agregados familiares, esta tarefa era da responsabilidade do Supervisor. A substituição dos agregados seleccionados da amostra original pelos de reserva era autorizada exclusivamente pelo Controlador, só depois de fracassado o esforço para entrevistar os agregados seleccionados inicialmente.

Assim, o tamanho da amostra do inquérito é de 10.848 agregados familiares em todo o País, dos quais 5.232 são das áreas urbanas e 5.616 das rurais. Tal como no IAF 2002/03, esta amostra permite obter estimativas fiáveis a nível nacional, provincial, área de residência (urbano, rural) e regional (Norte, Centro e Sul). Estes agregados familiares foram seleccionados em 1.060 Unidades Primárias de Amostragem (UPAs).

De forma similar ao IAF 2002/03, o IOF 2008/09 só abrangeu agregados familiares residentes em habitações particulares, portanto, foram excluídos aqueles que se encontravam nos alojamentos

colectivos, os sem casa e diplomatas residentes nas embaixadas/representações. No Quadro 1.1 apresentam-se alguns resultados da implementação da amostra

Quadro 1.1 Agregados familiares seleccionados e inquiridos segundo Províncias. Moçambique, 2008/9

Províncias ou Domínio	Número de Unidades Primárias de Amostragem	Agregados Familiares Seleccionados	Agregados Familiares Inquiridos	Taxa de Cobertura
Total	1060	10848	10832	99.9
Niassa	80	816	814	99.8
Cabo Delgado	80	780	780	100.0
Nampula	160	1584	1575	99.4
Zambézia	160	1524	1523	99.9
Tete	80	768	768	100.0
Manica	80	804	804	100.0
Sofala	80	852	851	99.9
Inhambane	80	804	803	99.9
Gaza	80	816	815	99.9
Maputo Província	80	900	900	100.0
Maputo Cidade	100	1200	1199	99.9

Dos 10.848 agregados familiares previamente seleccionados foram inquiridos 10.832 o que representa uma taxa de cobertura de 99.9 %. De salientar que, do total de agregados familiares inquiridos, 94.9% corresponde a amostra inicial, enquanto 4.1% são substitutos dos ausentes e 1.0% substitutos por recusa. Estas cifras mostram claramente a elevada aderência e confiança da população aos inquéritos estatísticos.

1.3 Aspectos Organizativos

Para a recolha de dados do IOF 2008/9, em cada província existia uma equipe de trabalho constituída por 1 Controlador, 3 Inquiridores e 1 de reserva. Em média, cada inquiridor entrevistou 12 agregados familiares nas áreas urbanas e 9 nas rurais durante os 10 dias de trabalho previstos em cada unidade primária de amostragem ou área de enumeração (AE).

O trabalho de campo foi dividido em 27-28 períodos de duas semanas (incluindo dias de descanso e deslocações). Para evitar o cansaço dos inquiridores, a cada 2 períodos de trabalho um inquiridor era substituído rotativamente pelo de reserva.

A formação dos Supervisores, Controladores e Inquiridores foi conduzida por técnicos do INE. Esta formação compreendeu em palestras, sessões teóricas sobre a condução da entrevista, entrevistas simuladas na sala de aulas e sessões de prática no terreno. Participaram na formação, Supervisores e Inquiridores em número superior ao necessário para permitir a selecção dos melhores e assegurar, desta maneira, uma maior qualidade técnica do pessoal de campo.

1.4 Recolha e Processamento de Dados

A fim de facilitar a comparabilidade dos resultados do IOF 2008/09 com o IOF 2002/03, tal como no IOF 2002/03, nesta pesquisa foram usados 4 questionários diferentes, nomeadamente, Questionário das Características Gerais do Agregado Familiar, Questionário das Despesas Diárias do Agregado, Questionário das Despesas e Receitas (anuais e mensais) e Questionário Comunitário (preenchido pelo Controlador). Este último foi usado somente nas áreas rurais. Adicionalmente, foi incluindo um módulo sobre a actividade turística em Moçambique.

A recolha de dados num agregado foi feita através de 3 visitas às unidades de alojamento durante uma semana, respeitando a seguinte distribuição:

- No dia da primeira visita, o inquiridor preenchia o Questionário das Características Gerais do agregado familiar e uma parte do Questionário das Despesas Diárias (despesas, auto consumo e receitas em espécie correspondentes ao dia anterior). Nesta fase, o inquiridor preenchia também o módulo sobre turismo.
- Na segunda visita, (três dias depois da primeira) o Inquiridor recolhia as despesas mensais e anuais e controlava o Questionário das Despesas Diárias do Agregado dos últimos 3 dias, ou preenchia-o pessoalmente, caso não houvesse pessoas no agregado com capacidade para tal.
- Na terceira visita (três dias depois da segunda) o Inquiridor recolhia as receitas e transferências e controlava o preenchimento do Questionário das Despesas Diárias do Agregado nos últimos 3 dias.

Quando os Questionários chegaram à sede do INE foram encaminhados para a equipe de crítica e codificação, que fazia uma análise da qualidade e atribuía códigos às perguntas abertas. Apenas os Questionários aprovados é que passaram para a digitação.

1.5 Erros de Amostragem

Como em todos os inquéritos por amostragem, os seus resultados são afectados por dois tipos de erros: erros amostrais e erros não amostrais. Os primeiros resultam do facto do inquérito não abranger todo o universo, mas sim apenas uma parte da população. O segundo tipo de erros ocorre no processo de recolha, processamento e validação dos dados. Este tipo de erros pode ser minimizado com uma boa capacitação do pessoal de campo e com uma adequada supervisão.

Como já foi mencionado, a permanente supervisão realizada pela equipe central do INE e com o controle de qualidade da entrada através da dupla digitação e uma validação profunda de dados, poderão ter contribuído para minimizar este tipo de erros.

O Quadro 1.2 mostra os erros padrão e os limites de confiança (95%) para a estimativa de Despesa Média diária (e outras divisões de despesa) por agregado familiar ao nível nacional e segundo as áreas de residência. Os resultados do inquérito mostram uma despesa média diária por agregado familiar de 112.3 Meticais. O coeficiente de variação (CV) 4.65%. Isto significa que, se o inquérito fosse repetido muitas vezes a despesa média diária situar-se-ia entre 110.77 e 113.83 Meticais. A margem de erro (CV) é menor nas áreas rurais (CV=2.31%) do que nas urbanas (CV=4.71%) porque os agregados familiares aí residentes são mais homogéneos.

Duma forma resumida, pode-se dizer que a qualidade dos resultados do IOF 2008/09 é muito boa, principalmente quando os dados são agrupados a nível nacional e por extractos urbano e rural, onde o desvio padrão e o CV são muito baixo. A nível provincial, a qualidade dos resultados varia de província para província, sendo que, os CV são ligeiramente elevados para a Inhambane (acima de 9.2%) e menor nas restantes para a maior parte das divisões de despesas.

Quadro 1.2 Erro padrão e limites de confiança, 2008/09. Moçambique

Moçambique, Estimativas Básicas de Despesas e Receitas (2008-9) (Totais e Médias Diárias)								
Divisão das despesas	Total	Margem de erro (CV,%)	Erro Padrão	Efeito do Desenho	Número casos (não ponderados)	Número Casos (Ponderados)	Intervalo de Confiança	
							V-1.96EP	V+1.96EP
Total de Despesas	112.3	4.65	0.78	2.67	10832	4.611.545	110.77	113.830
Total de Despesa Urbano	183.7	4.71	1.35	2.78	5223	1.341.231	181.06	186.340
Total de Despesa Rural	82.4	2.31	0.91	1.70	5609	3.270.314	80.62	84.180
		0.00						
Produtos alimentares	54.6	2.17	1.21	6.76	10832	4.615.545	52.22	57.007
Bebidas alcoólicas	0.7	11.85	0.08	0.86	10832	4.615.545	0.53	0.860
Vestuário e Calçado	6.7	4.12	0.28	2.74	10832	4.615.545	6.12	7.226
Habitação, água, electricidade, gás, e outros	24.6	5.04	1.24	3.86	10832	4.615.545	22.15	27.065
Mobiliário, artigos de decoração e outros	4.4	5.15	0.34	2.73	10832	4.615.545	3.68	5.022
Saúde	0.3	12.00	0.05	1.18	10832	4.615.545	0.21	0.415
Transportes	4.4	8.03	0.41	1.16	10832	4.615.545	3.63	5.236
Comunicações	1.8	10.64	0.26	3.15	10832	4.615.545	1.25	2.292
Lazer, recreação e cultura	0.9	7.86	0.16	1.80	10832	4.615.545	0.60	1.234
Educação	0.6	14.80	0.10	1.76	10832	4.615.545	0.38	0.759
Restaurante, café, bar e similares	0.8	10.66	0.09	1.47	10832	4.615.545	0.59	0.925
Bens e serviços diversos	2.3	7.42	0.19	1.61	10832	4.615.545	1.90	2.663
Total das receitas	59.1	16.08	6.28	0.78	10832	4.615.545	57.52	60.572
Total das transferências pagas	4.3	6.97	8.57	0.42	10832	4.615.545	3.42	5.069
Total das transferências recebidas	9.9	11.16	16.06	0.78	10832	4.615.545	8.31	11.383

1.6 Comparabilidade com os Resultados do IAF 2002/03

O Inquérito aos Agregados Familiares sobre Orçamento (IAF 2002/03) realizado entre Julho de 2002 e Junho de 2003, abrangeu 8.727 agregados familiares residentes no País. Os resultados foram publicados no Relatório Final em Janeiro de 2004.

Embora as duas pesquisas tenham utilizado bases de sondagens diferentes: IAF 2002/03 utilizou amostra mãe de 1999 e IOF 2008/09 utilizou os dados e cartografia do III° Recenseamento Geral de População e Habitação (III° RGPH 2007), as duas pesquisas são comparáveis uma vez que ambas incidem sobre a mesma população e seguem a mesma metodologia. Por isso, a maior parte dos indicadores são comparáveis.

2 COMPOSIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DE AGREGADOS FAMILIARES

2.1 Introdução

O agregado familiar constitui o núcleo base da sociedade, por isso tem sido o foco principal da maioria das análises sociais, económicas e demográficas. Por exemplo, as análises em necessidades em habitação, alimentação, abastecimento de água, situação da pobreza, têm se baseado principalmente no agregado familiar. Neste sentido, estas análises proporcionam vários indicadores que permitem monitorar e avaliar o impacto dos planos e programas de desenvolvimento social e económico num determinado país.

O estudo das características dos agregados familiares é importante para conhecer a sua composição, a estrutura e relações familiares que são estabelecidas dentro deles.

Como este inquérito é de orçamento familiar, achou-se importante caracterizar os agregados familiares a fim de compreender as suas diferenças sócio-económicas. Assim, neste capítulo debruça-se sobre tamanho de agregados familiares, sua composição, taxas de chefatura por sexo e idade, relações de parentesco, entre outros aspectos.

2.2 Tamanho e Composição dos Agregados Familiares

A extrapolação dos dados do IOF 2008/9 aponta para um total de 4,611,454 agregados familiares para a metade do período do inquérito, como ilustra o Quadro 2.1. Mais de metade de agregados familiares (70.9%) residem nas áreas rurais e os restantes nas urbanas.

As províncias mais populosas do País, Nampula e Zambézia, são as que possuem o número mais elevado de agregados familiares com 20.1% e 18.8%, respectivamente. Em contrapartida, Maputo Cidade (5.0%) e Gaza (5.8%) são as províncias com menor número de agregados familiares.

O Quadro 2.2 apresenta a distribuição percentual de agregados familiares por número de membros e média de membros por agregado familiar. No geral, os dados mostram que a maioria de agregados familiares é composta por 3 a 4 membros (32%) seguindo-se os de 5 a 6 membros (29%). A proporção de agregados que têm 7 ou mais membros é de 20%.

Por seu turno, a média de pessoas por agregado familiar em todo o País é de 4.7 pessoas.

Quadro 2.1 Distribuição de agregados familiares, segundo área de residência e Província. Moçambique, 2008/9

Províncias e área de residência	Agregados familiares ponderados	Percentagens ponderadas
Total	4,611,545	100.0
Urbana	1,341,231	29.1
Rural	3,270,314	70.9
Niassa	278,879	6.0
Cabo Delgado	406,325	8.8
Nampula	925,672	20.1
Zambezia	865,838	18.8
Tete	406,226	8.8
Manica	317,941	6.9
Sofala	327,893	7.1
Inhambane	282,104	6.1
Gaza	268,558	5.8
Maputo provincia	301,182	6.5
Maputo cidade	230,927	5.0

Fonte: IOF, 2008/9

A distribuição de agregados familiares segundo o número de membros por área de residência, apresenta pequenas diferenças. Assim, na área rural, 32.6% de agregados familiares são compostas por 3 a 4 membros, contra 30.1% na área urbana. Contudo, a área urbana supera área rural no que diz respeito a percentagem de agregados compostos por 7 ou mais membros, pois esta é de 23.4% na área urbana, contra 18.8% na área rural. Respeitante ao número médio de membros por agregado familiar, a área urbana apresenta-se com uma média acima da média nacional, 4.9 pessoas por agregado, contra 4.6 na área rural.

Entre províncias, também se registam diferenças quanto a composição dos agregados familiares. Assim, nas Províncias de Niassa, Cabo Delgado e Maputo Província predominam agregados familiares compostos por entre 3 a 4 membros, com 38%, 37.5%, e 33%, respectivamente. Por sua vez, na Província de Sofala (28.9%) predominam agregados compostos por 7 ou mais membros.

Quanto ao número médio de pessoas por agregado familiar, a Província de Cabo Delgado é a que apresenta valor abaixo da média nacional, 4.2 membros por agregado, e enquanto Sofala (5.3), seguindo a de Gaza (5.1), são as que tem um número muito acima da nacional.

No mesmo quadro mostra-se a distribuição do número de membros nos agregados familiares segundo o sexo do chefe. Nota-se que nos agregados familiares chefiados por mulheres são predominantemente compostos por 3-4 pessoas (34.2%) e por 5-6 (21.5%). Os chefiados pelos homens predominam agregados compostos por 5-6 pessoas (31.6%) e 3-4 (30.9%).

O número médio de pessoas por agregado familiar é elevado entre os agregados chefiados pelos homens, 5.0 do que nos dirigidos pelas mulheres, 3.8 pessoas.

Quadro 2.2 Distribuição percentual de agregados familiares por número de membros e número médio de membros, segundo características seleccionadas. Moçambique, 2008/9

Características seleccionadas	Número de membros nos agregados familiares						Número de agregados	Número médio de membros
	1	2	3-4	5-6	7+	Total		
Total	6.9	12.4	31.9	28.7	20.1	100.0	4,611,545	4.7
Área de residência								
Urbana	7.3	10.8	30.1	28.3	23.4	100.0	1,341,231	4.9
Rural	6.8	13.1	32.6	28.8	18.8	100.0	3,270,314	4.6
Província								
Niassa	3.6	10.8	38.0	31.6	15.9	100.0	278,879	4.6
Cabo Delgado	6.8	16.8	37.5	25.6	13.3	100.0	406,325	4.2
Nampula	6.5	12.8	33.7	31.1	15.9	100.0	925,672	4.5
Zambezia	4.6	14.0	30.3	29.7	21.4	100.0	865,838	4.7
Tete	6.0	9.3	33.3	28.6	22.9	100.0	406,226	4.8
Manica	6.7	10.3	30.8	33.1	19.1	100.0	317,941	4.7
Sofala	5.5	8.9	28.4	28.3	28.9	100.0	327,893	5.3
Inhambane	12.5	13.5	26.8	23.0	24.2	100.0	282,104	4.7
Gaza	11.0	12.8	25.0	25.7	25.6	100.0	268,558	5.1
Maputo provincia	10.9	12.7	33.0	24.6	18.8	100.0	301,182	4.5
Maputo cidade	8.4	11.1	29.8	27.0	23.7	100.0	230,927	4.9
Sexo do chefe								
Homem	3.6	10.3	30.9	31.6	23.5	100.0	3,251,676	5.0
Mulher	14.8	17.5	34.2	21.5	12.0	100.0	1,359,869	3.8
Estado civil do chefe								
Solteiro(a)	39.3	23.4	24.0	10.2	3.2	100.0	132,027	2.5
Casado(a)	0.5	8.7	28.8	33.8	28.2	100.0	703,534	5.4
União marital	1.0	10.8	33.4	32.2	22.6	100.0	2,740,075	5.0
Viuvo(a)/Divorciado(a)/Separado(a)	22.8	17.8	31.1	18.0	10.3	100.0	1,033,220	3.5
Sem informacao	0.0	18.0	7.1	60.8	14.1	100.0	2,688	5.0
Nível de educação do chefe								
Nenhum	9.4	12.1	36.5	24.7	17.3	100.0	78,450	4.5
Primário do 1º grau	11.9	15.8	31.1	26.2	15.0	100.0	1,218,217	4.2
Primário do 2º grau	3.4	12.8	28.2	29.1	26.5	100.0	57,901	5.1
Técnico elementar/básico/médio	6.1	10.3	34.0	28.0	21.6	100.0	466,981	4.8
Secundário e mais	4.9	11.3	31.8	29.9	22.1	100.0	2,789,705	4.9

Fonte: Calculado a partir dos dados do IOF2008/9

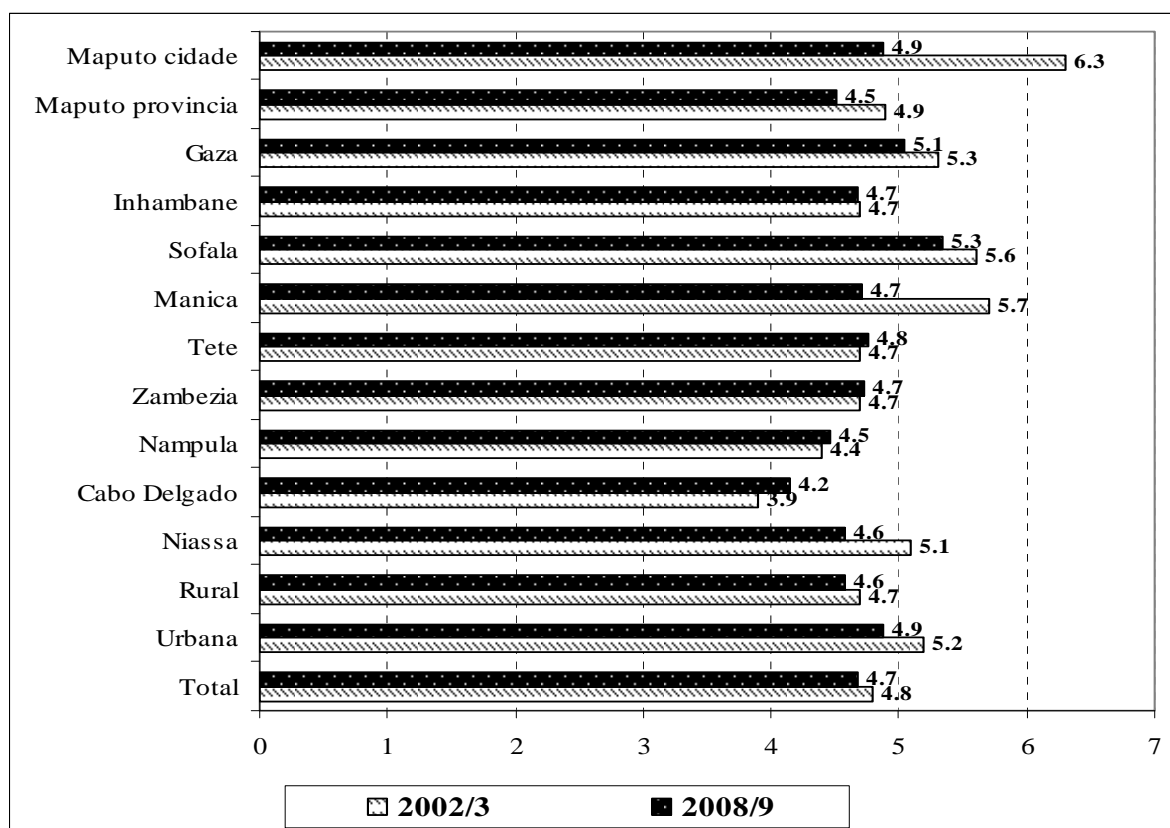
O número de membros por agregado também difere em função do estado civil do chefe. Assim, por exemplo, os agregados familiares chefiados por solteiros são maioritariamente compostos por 1 pessoa (39.3%), seguindo-se os de 3-4 membros (24%) e 2 membros (23.4%).

Em relação ao nível de educação não se observa diferenças significativas., pois nos diferentes níveis de ensino predominam os agregados compostos por 3-4 e 5-6. Quanto ao número médio de membros nos agregados familiares, observa-se que a média tende a ser maior nos agregados familiares chefiados por pessoas com nível primário do segundo grau (EP2) em diante.

O Gráfico 2.1 apresenta a comparação do tamanho médio de membros por agregado familiar entre 2002/3 e 2008/9. No geral, os dados mostram que de 2002/3 e 2008/9, o tamanho médio de agregado familiar diminuiu de 4.8 para 4.7 membros. Esta diminuição ocorreu mais nas áreas urbanas onde a média passou de 5.2 para 4.9 pessoas.

As províncias de Cabo Delgado, Tete e Nampula tiveram aumento de membros nos seus agregados familiares e na maioria das províncias houve diminuição, principalmente em Maputo Cidade, onde o número de membros passou de 6.3 em 2002/3 para 4.9 em 2008/9.

Gráfico 2.1 Número médio de pessoas por agregado familiar, segundo Províncias, Moçambique, 2002/3 e 2008/9



Fonte: Elaborado com base nos dados do IAF 2002/3 e IOF2008/9

2.3 Composição Etária dos Membros dos Agregados Familiares

Um dos aspectos que têm influenciado a distribuição dos recursos sócio-económicos entre os membros do agregado familiar, é a proporção entre os membros em idade activa e não activa. Quanto maior for a proporção dos membros não activos, maior é a taxa de dependência. Por isso, é importante avaliar a composição etária dos membros de agregados familiares.

Assim, o Quadro 2.3 apresenta o número médio de membros por idade e as taxas de dependência, segundo características seleccionadas. Em média, existem 2.3 pessoas menores de 15 anos por agregado familiar, 2.3 pessoas com idade compreendida entre 15-64 anos e apenas 0.1 pessoas com idade superior a 64 anos. Esta composição etária, resulta numa taxa de dependência de 106.4%. Isto é, em cada 100 pessoas em idade activa existem 106 pessoas em idade não activa. Ao mesmo tempo o quadro mostra que existe uma elevada taxa de dependência da população jovem (100.0%).

Quadro 2.3 Número médio de membros por agregado familiar e grupos de idade, taxa de dependência, segundo características seleccionadas. Moçambique, 2008/9

Características seleccionadas	Número de membros por idade			Taxa de dependência		
	0-14	15 - 64	65 e +	Total	Jovens	Velhos
Total	2.3	2.3	0.1	106.4	100.0	6.1
Área de Residência						
Urbana	2.2	2.6	0.1	87.1	82.9	4.2
Rural	2.3	2.1	0.1	116.2	109.1	7.1
Província						
Niassa	2.3	2.1	0.1	117.0	111.6	5.4
Cabo Delgado	1.9	2.1	0.2	96.5	88.9	7.7
Nampula	2.2	2.1	0.1	109.1	103.5	5.5
Zambézia	2.4	2.2	0.1	115.8	111.8	4.1
Tete	2.4	2.3	0.1	111.4	107.8	3.6
Manica	2.4	2.2	0.1	114.2	109.7	4.5
Sofala	2.6	2.6	0.2	105.5	99.4	6.1
Inhambane	2.2	2.1	0.3	118.7	104.1	14.6
Gaza	2.4	2.4	0.3	114.0	102.5	11.5
Maputo província	1.9	2.4	0.2	84.4	77.7	6.7
Maputo cidade	1.8	2.9	0.1	67.5	63.5	4.0
Tamanho de agregado familiar						
1 - 2	0.2	1.2	0.3	33.7	13.1	20.7
3 - 4	1.4	2.0	0.1	78.9	73.4	5.5
5 - 6	2.9	2.4	0.1	124.6	120.8	3.8
7 +	4.7	3.5	0.2	139.1	133.4	5.7
Sexo do chefe						
Masculino	2.4	2.5	0.1	103.7	98.5	5.2
Feminino	1.9	1.8	0.2	115.4	106.3	9.1
Nível de educação frequentado						
Primário do 1º grau	2.0	2.0	0.3	116.2	100.0	16.2
Primário do 2º grau	2.4	2.3	0.1	108.5	104.3	4.2
Secundário e mais	2.5	2.3	0.0	109.3	108.7	0.6
Outros	2.1	2.6	0.0	80.8	80.8	0.0

Fonte: Calculado a partir dos dados do IOF2008/9

Os dados também mostram que o número de menores de 15 anos é elevado nas áreas rurais que nas urbanas, por isso, a taxa de dependência geral e de jovens também é mais elevada.

Por províncias, nota-se que Maputo Cidade, Maputo Província e Cabo Delgado, são as que apresentam menor número de menores de 15 anos comparativamente aos de maior idade, por isso, as respectivas taxas de dependência geral e de jovens, são menores que as de outras províncias.

Uma atenção especial deve ser dada neste quadro verificando a composição etária dos membros de agregados familiares, segundo o tamanho do agregado. Os dados do quadro mostram, que os agregados familiares compostos por 7 ou mais membros são os que apresentam maior número médio de menores de 15 anos, 4.7 por agregado, com uma taxa de dependência total muito elevada (139) e também uma taxa de dependência de jovens elevada de 133.

No tocante ao sexo do chefe, observa-se que os agregados dirigidos por mulheres apresentam uma proporção de menores de 15 anos quase de um para um, por isso, a taxa de dependência é maior nestes agregados do que nos chefiados pelos homens.

2.4 Taxas de Chefatura por Sexo e Idade do Chefe

O Quadro 2.4 apresenta as taxas de chefatura por sexo e idade do chefe. Esta taxa indica a proporção de pessoas que são chefes de agregados familiares. Segundo os dados do IOF 2008/9, 36.3% da população de 12 anos e mais são chefes de agregado familiar. Esta taxa aumentou em relação ao ano de 2002/3, que era de 34.3%. Este aumento observou-se em todos os grupos de idade e em ambas as áreas de residência.

Quadro 2.4 Taxas de chefatura por sexo e área de residência, segundo idade do chefe. Moçambique, 2002/3 e 2008/9

Grupos de idade	Total			Urbano			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
2008/9									
Total	36.3	54.9	20.0	32.0	46.6	19.0	38.3	59.1	20.5
Menos de 20	2.1	2.6	1.5	1.3	1.7	0.9	2.5	3.1	1.9
20 - 24	22.2	37.7	11.2	15.6	24.1	8.5	26.5	48.1	12.8
25 - 29	40.3	69.5	18.2	36.9	57.3	19.2	42.1	76.9	17.7
30 - 34	51.1	86.0	22.8	47.7	75.9	25.6	52.6	90.4	21.5
35 - 39	54.1	88.6	24.7	53.9	86.0	27.7	54.1	89.7	23.4
40 - 44	58.4	91.4	31.1	59.8	89.2	32.5	57.7	92.5	30.5
45 - 49	62.0	90.5	33.7	66.1	90.2	40.7	60.1	90.6	30.6
50 - 54	67.2	94.0	43.6	72.9	92.0	52.8	65.0	94.8	40.4
55 - 59	68.6	94.1	45.6	68.2	90.5	48.0	68.8	95.3	44.8
60 - 64	66.9	90.5	44.8	68.7	94.9	45.4	66.2	89.1	44.6
65 e +	70.4	91.9	52.0	66.8	89.0	50.2	71.5	92.7	52.6
2002/3									
Total	34.3	54.9	16.0	30.0	45.7	15.1	36.5	59.9	16.5
Menos de 20	1.8	2.1	1.5	1.5	1.2	1.8	2.0	2.7	1.3
20 - 24	18.2	34.0	8.0	11.8	18.1	6.7	22.6	47.6	8.8
25 - 29	36.6	69.2	11.8	30.1	52.2	11.7	40.2	79.2	11.9
30 - 34	50.5	86.3	21.2	48.3	77.6	20.6	51.5	90.7	21.4
35 - 39	55.5	92.3	21.6	55.8	88.3	22.3	55.3	94.4	21.2
40 - 44	55.5	92.8	22.7	59.5	90.2	25.9	53.7	94.2	21.4
45 - 49	59.8	95.2	29.8	68.9	95.6	39.3	56.3	95.0	26.7
50 - 54	64.3	93.5	33.9	60.9	85.9	34.6	65.9	97.1	33.6
55 - 59	62.6	96.7	33.3	67.2	95.4	44.0	60.9	97.1	29.3
60 - 64	72.9	93.1	46.9	80.1	94.8	60.4	70.1	92.4	41.7
65 e +	68.3	92.1	45.5	59.7	91.0	34.4	71.5	92.4	50.1

Fonte: Calculado a partir dos dados do IAF 2002/3 e IOF2008/9

As taxas de chefatura por sexo e idade são maiores em todas idades nos homens do que nas mulheres, o que significa que em Moçambique, geralmente, o homem é mais identificado como chefe de agregado familiar. A chefia de agregados familiares, quer para homens como para mulheres, aumentam com a idade. Nos homens, a partir de 25-29 anos em diante, as taxas ultrapassam os 50%, o que quer dizer a partir desses grupos de idade a maioria dos homens constituiu os seus próprios agregados.

Como foi dito anteriormente, entre as mulheres, as taxas de chefatura são comparativamente menores, mas nas idades mais avançadas a percentagem de mulheres que são chefes de agregados familiares aumentam consideravelmente. A partir dos 50 anos em diante a percentagem de mulheres que são chefe tende a aumentar atingido mais de 40%, situação que poderá estar relacionada com o aumento do número de viúvas e separadas.

Outro ponto importante referenciado acima é o das taxas de chefatura serem relativamente elevadas nas áreas rurais que nas urbanas. Esta tendência ocorre em todos os grupos de idade e em ambos os sexos. Isto pode-se relacionar com razões económicas que impedem uma parte significativa de adultos nas áreas urbanas de formarem os seus próprios agregados, como por exemplo, a falta de habitações, situação que poderá não estar acontecer nas áreas rurais.

A distribuição das taxas de chefatura por províncias é mostrada no Quadro 2.5. Os dados indicam uma variação, destacando-se as províncias de Cabo Delgado, com 39.8%, Niassa, com 39.6% e de Nampula, com 38.8%. Maputo Cidade, com 29.2% é a que apresenta menor taxa de chefatura.

Quadro 2.5 taxas de chefatura de agregados familiares por sexo, segundo Províncias. Moçambique, 2008/9

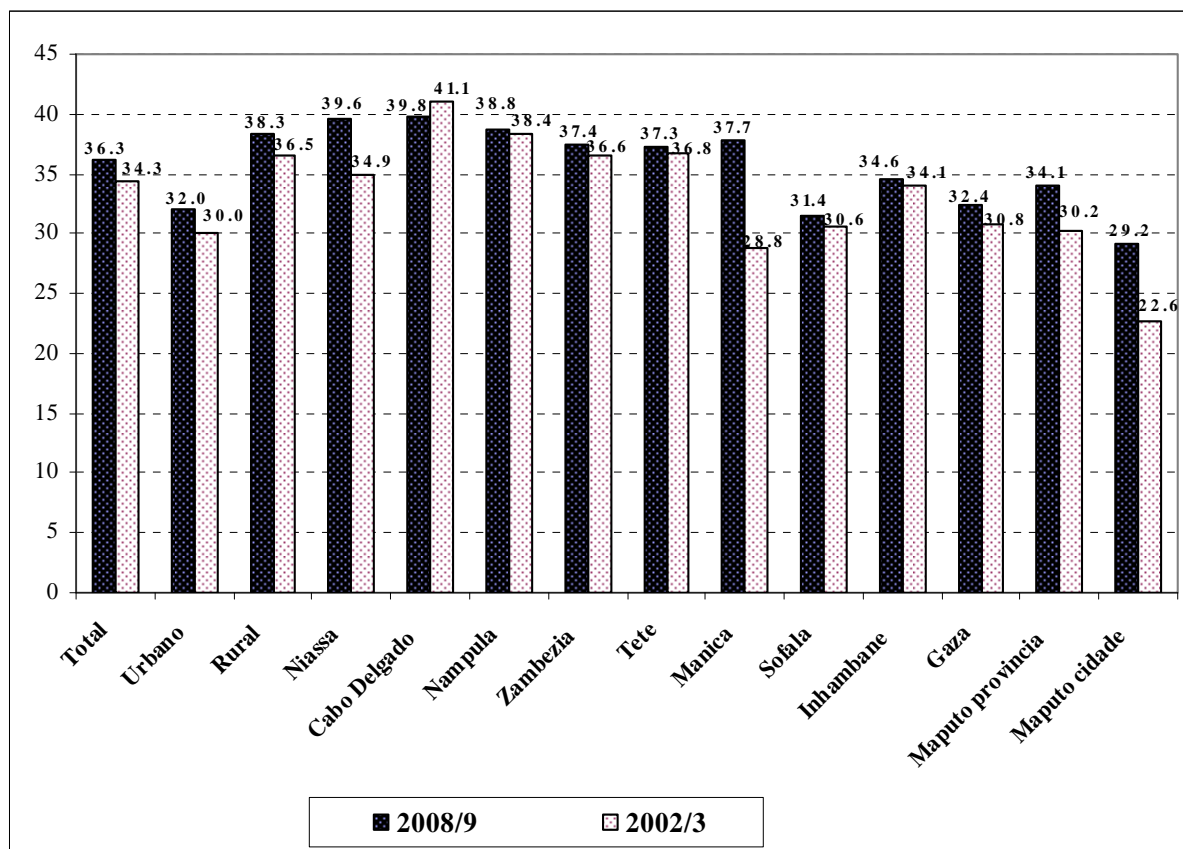
Províncias	Total	Homens	Mulheres
Total	36.3	54.9	20.0
Niassa	39.6	59.6	20.5
Cabo Delgado	39.8	63.9	19.4
Nampula	38.8	59.2	18.3
Zambézia	37.4	58.7	18.1
Tete	37.3	60.2	15.3
Manica	37.7	56.6	21.7
Sofala	31.4	49.0	15.7
Inhambane	34.6	45.1	27.6
Gaza	32.4	40.7	27.4
Maputo província	34.1	46.7	24.0
Maputo cidade	29.2	42.2	18.4

Fonte: Calculado a partir dos dados do IOF2008/9

O Quadro 2.5 mostra também que a percentagem de mulheres que são chefes é relativamente elevada nas Províncias de Inhambane (27.6%), Gaza (27.4%), e Maputo província (24.0%). Este facto poderá estar relacionado com trabalho migratório, pois nestas províncias, muitos homens trabalham nas minas de África do Sul deixando as suas esposas no País, e estas, assumem o papel de chefe durante a sua ausência.

A comparação das taxas de chefatura entre 2002/3 e 2008/9, mostrada no Gráfico 2.2, mostra que no geral as taxas aumentaram de 34.3% em 2002/3 para 36.3% em 2008/9. As províncias de Manica e Maputo Cidade, são as que tiveram maior aumento. Contrariamente às outras províncias, a de Cabo Delgado, foi que conheceu diminuição das taxas de chefatura, ao passar de 41.1% em 2002/3 para 39.1% em 2008/9.

Gráfico 2.2 Taxas de chefatura de agregados familiares, segundo Províncias. Moçambique, 2002/3 e 2008/9



Fonte: Elaborado com base nos dados do IAF 2002/3 e IOF2008/9

As taxas de chefatura segundo o estado civil por sexo e área de residência são mostradas no Quadro 2.6. Estes dados indicam que em 2008/9, a percentagem de homens casados ou vivendo em união marital que são chefes continua muito elevada (92.5%) e apenas 6.1% entre as mulheres da mesma categoria. Esta tendência é semelhante a que se registou em 2002/3 em ambas as áreas de residência.

Tanto em 2008/9, como em 2002/3, a percentagem de solteiros que são chefes é muito baixa, 3.3% e 6.1%, respectivamente. O que quer dizer que o número de solteiros que são chefes tem vindo a diminuir. Um facto a registar no Quadro 2.6, é que a percentagem de mulheres que são chefes de agregados familiares na categoria de *separado/divorciado* diminuiu consideravelmente, passando de 61.6% em 2002/3 para apenas 12.5% em 2008/9, e esta tendência havia se notado entre 1997 e 2002/3, mas não com muita intensidade. Em contra partida, para o estado civil *viúvo*, a tendência de taxa de chefes de agregados familiares de sexo feminino foi de aumentar, enquanto de masculinos tendeu a diminuir.

Quadro 2.6 Taxas de chefatura por área de residência e sexo, segundo estado civil do chefe. Moçambique, 2002/3-2008/9

Estado civil	Total			Urbano			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
2008/9 Total	36.3	54.9	20.0	32.0	46.6	19.0	38.3	59.1	20.5
Solteiro(a)	3.3	3.4	3.1	4.2	4.3	4.1	2.6	2.8	2.4
Casado(a)/União marital	49.2	92.5	6.1	49.0	90.6	7.7	49.3	93.2	5.5
Divorciado(a)/Separado(a)	47.7	88.5	12.5	46.5	84.3	12.2	48.2	90.1	12.6
Viúvo(a)	69.5	66.9	70.0	64.9	61.7	65.7	71.9	70.6	72.1
Sem informação	9.2	17.3	1.9	13.3	25.7	6.2	7.8	15.2	0.0
2002/3 Total	34.3	54.9	16.0	30.0	45.7	15.1	36.5	59.9	16.5
Solteiro(a)	6.1	6.8	5.5	9.3	10.9	7.7	4.7	5.0	4.5
Casado(a)/União marital	46.3	91.1	6.2	45.8	88.7	5.4	46.5	92.0	6.5
Divorciado(a)/Separado(a)	60.3	54.7	61.6	57.8	52.2	59.8	62.0	57.7	62.7
Viúvo(a)	69.9	75.1	69.1	69.4	78.6	67.6	70.1	73.1	69.7
Sem informação	7.0	0.0	11.0	0.0	0.0	0.0	16.9	0.0	24.3

2.5 Relações de Parentesco dos Membros dos Agregados Familiares

O Quadro 2.7 mostra a distribuição percentual da população de 12 anos e mais por relação de parentesco com o *chefe*, segundo o estado civil e sexo. Em 2008/9, a estrutura dos membros de agregados familiares com 12 ou mais anos foi seguinte, 36.3% de membros são chefes, 25.5% é composta por *marido/esposa* de um chefe, 23.6% são filhos do chefe, 13.9% de outros parentes e apenas 0.7% de indivíduos sem nenhum grau de parentesco.

A proporção dos *solteiros* que são chefes de agregados familiares é menor, apenas 3.3%, mas nos seus agregados vivem quase 66% de membros que são filhos, seguindo outros parentes. Na categoria de *casados ou maritalmente unidos*, a relação de parentesco mais importante depois da do *chefe* de agregado, é a do *marido/esposa*, 45.1%.

A maioria dos *separados/divorciados* e *viúvos* são chefes de agregados familiares; os valores correspondentes são 62.8% e 76.3%, respectivamente. A percentagem dos chefes *separados/divorciados* é seguida pela dos *filhos*, e depois os *outros parentes*. Enquanto, entre viúvos, regista-se que a relação de parentesco mais importante a seguir ao *chefe* é a de *outros parentes*.

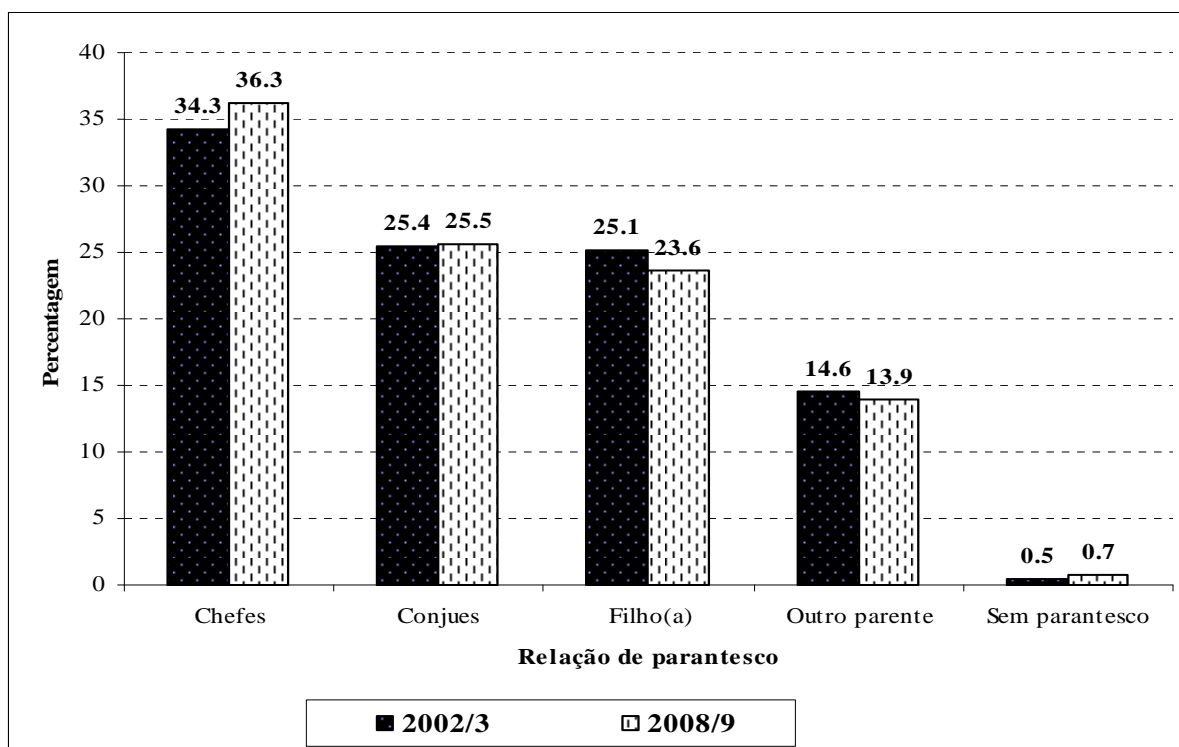
Quadro 2.7 Distribuição percentual da população de 12 anos e mais por relação de parentesco com o chefe de agregado familiar, segundo estado civil. Moçambique, 2008/9

Área de residência e estado civil	Relação de parentesco com o chefe do agregado familiar						Número de pessoas	
	Chefes	Marido ou Esposa	Filho ou Filha	Outros parentes	Sem parentesco	Sem informação		Total
Total	36.3	25.5	23.6	13.9	0.7	0.0	100.0	12,718,127
Homem	54.9	2.9	27.9	13.3	0.9	0.0	100.0	5,919,397
Mulher	20.0	45.2	19.9	14.4	0.5	0.0	100.0	6,798,727
Urbano	32.0	20.6	28.3	17.8	1.2	0.0	100.0	4,188,017
Homem	46.6	2.4	32.0	17.5	1.6	0.0	100.0	1,977,375
Mulher	19.0	36.9	25.1	18.1	0.8	0.0	100.0	2,210,642
Rural	38.3	27.9	21.3	12.0	0.5	0.0	100.0	8,530,109
Homem	59.1	3.2	25.8	11.2	0.6	0.0	100.0	3,942,024
Mulher	20.5	49.2	17.4	12.6	0.3	0.0	100.0	4,588,085
Solteiro	3.3	0.2	65.9	29.1	1.5	0.0	100.0	4,032,638
Homem	3.4	0.1	65.2	29.5	1.8	0.0	100.0	2,296,475
Mulher	3.1	0.4	66.7	28.6	1.1	0.0	100.0	1,736,163
Casado/união marital	48.0	45.1	2.3	4.3	0.2	0.0	100.0	7,169,601
Homem	89.3	5.1	3.3	2.0	0.3	0.0	100.0	3,376,157
Mulher	11.3	80.8	1.5	6.3	0.2	0.0	100.0	3,793,444
Divorciado/separado	62.8	0.0	20.2	16.1	0.8	0.0	100.0	749,921
Homem	58.0	0.0	20.2	19.9	1.9	0.0	100.0	152,522
Mulher	64.1	0.1	20.2	15.1	0.5	0.0	100.0	597,399
Viúvo	76.3	0.1	1.8	21.3	0.6	0.0	100.0	736,824
Homem	83.9	0.0	3.8	12.0	0.2	0.0	100.0	80,425
Mulher	75.3	0.1	1.6	22.4	0.6	0.0	100.0	656,399
Sem informação	9.2	8.6	48.1	30.8	1.7	1.7	100.0	29,143
Homem	17.3	0.0	51.1	28.1	3.6	0.0	100.0	13,820
Mulher	1.9	16.3	45.4	33.2	0.0	3.2	100.0	15,323

Fonte: Calculado com base nos dados do IOF2008/9

A comparação da estrutura dos de relação de parentesco nos agregados familiares como mostra o Gráfico 2.3, indica entre 2002/3 e 2008/9, não registou mudança significativa.

Gráfico 2.3 Distribuição percentual da população de 12 anos e mais por relação de parentesco com o chefe de agregado familiar, Moçambique, 2002/3-2008/9



Fonte: Elaborado com base nos dados do IAF 2002/3 e IOF2008/9

Por último, importa analisar a relação de parentesco por províncias. O Quadro 2.8 apresenta esta relação e os dados mostram significativas diferenças quanto à distribuição percentual da relação de parentesco. No geral, para as províncias do Norte e a maioria das do Centro, exceptuando a de Sofala, depois do *chefe* a percentagem mais importante é a de *marido/esposa*, aparecendo a relação *filho* em terceiro lugar. Para as províncias do Sul, incluindo a de Sofala, a relação mais importante é a de *filho*, seguindo-se a de *marido/esposa*.

Quadro 2.8 Distribuição percentual da população de 12 anos e mais por relação de parentesco com o chefe de agregado familiar, segundo sexo e Províncias. Moçambique, 2008/9

Províncias e sexo	Relação de parentesco com o chefe do agregado familiar						Número de pessoas	
	Chefes	Marido ou Esposa	Filho ou Filha	Outros parentes	Sem parentesco	Sem informação		Total
Total	36.3	25.5	23.6	13.9	0.7	0.0	100.0	12,718,126.56
Homem	54.9	2.9	27.9	13.3	0.9	0.0	100.0	5,919,399.29
Mulher	20.0	45.2	19.9	14.4	0.5	0.0	100.0	6,798,727.28
Niassa	39.6	30.9	19.3	9.6	0.5	0.0	100.0	703,840.91
Homem	59.6	5.9	24.0	9.7	0.8	0.0	100.0	343,736.81
Mulher	20.5	54.8	14.9	9.5	0.3	0.0	100.0	360,104.10
Cabo Delgado	39.8	30.9	15.6	13.4	0.3	0.0	100.0	1,020,967.55
Homem	63.9	4.6	18.3	12.7	0.6	0.0	100.0	468,920.10
Mulher	19.4	53.3	13.3	14.0	0.1	0.0	100.0	552,047.46
Nampula	38.8	29.9	17.6	13.0	0.7	0.0	100.0	2,387,039.31
Homem	59.2	4.7	20.7	14.2	1.3	0.0	100.0	1,196,656.96
Mulher	18.3	55.2	14.5	11.7	0.2	0.0	100.0	1,190,382.35
Zambézia	37.4	28.5	24.0	9.6	0.4	0.1	100.0	2,314,990.10
Homem	58.7	3.5	26.4	10.6	0.7	0.1	100.0	1,100,052.95
Mulher	18.1	51.2	21.8	8.7	0.1	0.1	100.0	1,214,937.15
Tete	37.3	29.1	25.3	7.7	0.6	0.0	100.0	1,089,898.17
Homem	60.2	1.6	27.9	9.3	1.1	0.0	100.0	534,136.85
Mulher	15.3	55.5	22.9	6.2	0.1	0.0	100.0	555,761.32
Manica	37.7	25.1	26.0	10.6	0.6	0.1	100.0	842,867.71
Homem	56.6	1.1	33.1	8.7	0.6	0.0	100.0	387,603.62
Mulher	21.7	45.5	20.0	12.2	0.6	0.1	100.0	455,264.08
Sofala	31.4	24.4	30.0	13.5	0.7	0.0	100.0	1,043,152.01
Homem	49.0	1.3	36.3	12.6	0.8	0.0	100.0	493,218.11
Mulher	15.7	45.1	24.4	14.3	0.5	0.0	100.0	549,933.91
Inhambane	34.6	17.8	24.3	22.5	0.7	0.0	100.0	14,160.87
Homem	45.1	1.7	31.4	21.6	0.3	0.0	100.0	327,912.51
Mulher	27.6	28.7	19.6	23.1	1.0	0.0	100.0	486,248.36
Gaza	32.4	15.0	26.3	24.7	1.5	0.0	100.0	828,186.41
Homem	40.7	1.5	37.3	19.1	1.4	0.0	100.0	312,454.11
Mulher	27.4	23.3	19.6	28.2	1.6	0.0	100.0	515,732.30
Maputo								
Província	34.1	18.0	27.2	19.7	1.0	0.0	100.0	883,408.43
Homem	46.7	1.3	33.0	17.4	1.6	0.0	100.0	394,226.62
Mulher	24.0	31.6	22.5	21.6	0.4	0.0	100.0	489,181.81
Maputo Cidade	29.2	16.3	33.7	19.6	1.2	0.0	100.0	789,615.10
Homem	42.2	0.9	38.1	17.9	0.9	0.0	100.0	360,480.66
Mulher	18.4	29.2	30.0	21.0	1.4	0.0	100.0	429,134.44

Fonte: Calculado com base nos dados do IOF2008/9

3 CARACTERÍSTICAS DA FORÇA DE TRABALHO

3.1 Introdução

O conhecimento do tamanho e características da força de trabalho é de extrema importância na medida em que permite a planificação adequada do uso dos recursos humanos de que o País dispõe.

No IOF 2008/9 foi incorporado um módulo sobre o emprego o que permite conhecer a condição de participação da população na actividade económica na semana de referência, isto é, na semana anterior ao inquérito. Além disto, o inquérito também permite conhecer as razões de não participação nas actividades económicas no período de referência, formas de remuneração na ocupação principal, actividade exercida e posição no processo laboral.

Antes de analisar os dados, importa fazer referência aos principais conceitos que serão frequentemente utilizados na descrição da informação contida neste capítulo.

No inquérito, considerou-se como *trabalho* toda actividade de sobrevivência do indivíduo ou do agregado familiar através de um emprego por conta de outrem, auto-emprego ou trabalho familiar sem remuneração, exceptuando o trabalho doméstico realizado na própria casa¹.

A força de trabalho é toda a população empregada e desempregada, disponível para realizar qualquer actividade económica e é conhecida como **população economicamente activa (PEA)**. Por outro, a população que está fora desta, isto é, fora da força de trabalho é conhecida como **população não economicamente activa (PNEA)**.

Portanto, constitui força de trabalho ou população economicamente activa (PEA), as pessoas que se encontravam nas seguintes condições:

- **Todas pessoas** que exerceram alguma actividade (formal ou informal) nos últimos 7 dias anteriores ao inquérito, mesmo que tenha sido um ou dois dias,
- **Mulheres** que, além do trabalho de casa realizaram nos últimos 7 dias outros trabalhos, tais como venda, costura, foram a machamba ou exerceram alguma actividade que contribua para o rendimento do agregado familiar,
- **Membros de agregado familiar** que ajudaram, sem remuneração, nos trabalhos da machamba, comércio, oficina, etc.

Por outro lado, considerou-se como inactivos, isto é, população não economicamente activa (PNEA) as pessoas que se encontram nas seguintes situações:

- **Ocupadas** exclusivamente em actividades caseiras, que não produzissem rendimentos (domésticos),
- **Estudantes**
- **Todos aqueles** que ficaram inactivos esperando uma certa estação do ano para poder trabalharem (inactividade sazonal).

Quanto a posição no processo laboral, considerou as seguintes categorias na ocupação principal:

- **Governo**, compreendeu todos os órgãos da administração estatal central e local, instituições de ensino e unidades sanitárias estatais.
- **Sector público**, compreendeu todas as empresas públicas, tais como Telecomunicações de Moçambique (TDM), Televisão de Moçambique (TVM), Rádio de Moçambique, Caminhos de Ferro, entre outras.
- **Sector privado**, compreendeu todas as empresas de capitais privados,

¹ / Instituto Nacional de Estatística/Direcção de Censos e Inquéritos (2008)
Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF) 2008/9. Manual do Inquiridor. Maputo.

- **Conta própria**, compreende todas as pessoas que ao exercer a sua profissão o fazem sem empregados e o rendimento do seu trabalho reverte para si. Por exemplo, um camponês que trabalha na sua machamba sem empregados.
- **Agregado familiar**, referiu-se a todas pessoas que trabalharam para o agregado familiar, com ou sem remuneração. Exemplo, empregados domésticos e trabalhadores familiares sem remuneração.
- **Patrão/empresário**, referiu-se a todas pessoas que possuem estabelecimentos comerciais, industrial, transporte, agricultura, etc., empregando trabalhadores a troco de alguma remuneração, e
- **Sector cooperativo**, correspondeu a todos estabelecimentos cooperativos.

Todas pessoas ocupadas foram classificadas por ramo de actividade. O ramo de actividade é determinado pela produção de bens ou serviços da instituição em que o indivíduo trabalha. Foram apurados os seguintes ramos de actividade:

- **Agricultura**, que compreende todas actividades da produção agrícola.
- **Silvicultura**, que compreende a recolha e conservação de espécies e outras operações florestais,
- **Pescas**, compreende actividade pesqueira em águas marítimas assim como as do interior,
- **Indústria extractiva**, compreende toda actividade relacionada com exploração mineira,
- **Indústria manufactureira**, compreende toda actividade da transformação de produtos primários em acabados,
- **Construção**, refere-se à toda actividade relacionada com a construção de infra-estruturas,
- **Transportes e comunicações**, compreende o transporte de pessoas, carga e seu armazenamento e a comunicação,
- **Comércio/vendas**, compreende as actividades de comércio (formal e informal) a grosso, a retalho, hotéis e restaurantes,
- **Serviços**, compreende a várias actividades desenvolvidas por exemplo na área de higiene pública, organizações, cultura, desporto, lavandarias, salões de beleza, serviços de assistência social, etc.
- **Bancos, seguros e casas de câmbios** – inclui todo tipo de intermediação financeira,
- **Educação**, compreende as actividades de ensino público e privado.
- **Saúde**, compreendeu as actividades de saúde prestadas por unidades sanitárias públicas e privadas e,
- **Administração**, referiu-se aos ministérios e outras instituições do Aparelho do estado, exceptuando a educação e saúde.

As pessoas assalariadas foram classificadas por tipo de remuneração, a saber:

- **Salário em dinheiro/salário em espécie**, refere-se ao pagamento em dinheiro ou em espécie (artigos ou bens) auferido do empregador,
- **Trabalhador casual (por hora/dia)**, refere-se a qualquer indivíduo empregue e pago em dinheiro logo no fim do da prestação do trabalho.

- **Trabalhador familiar sem remuneração**, refere-se ao membro do agregado familiar que ajuda nos trabalhos do agregado sem no entanto receber qualquer remuneração, e
- **Conta própria**, refere-se a todas as pessoas que ao exercer as suas actividades, fazem sem necessidade de empregados e cujo rendimento do seu trabalho reverte para si.

Como se pode depreender, a informação sobre a força de trabalho não permite fazer uma análise mais aprofundada sobre a situação do emprego em Moçambique. Deste modo, esta parte do relatório comporta apenas a caracterização sucinta da força de trabalho, através de uma descrição da condição de actividade económica da população na semana anterior a entrevista, posição no processo laboral, as razões de inactividade, entre outros aspectos inerentes a actividade económica na ocupação principal.

3.2 Participação na Força de Trabalho

O Quadro 3.1 apresenta a condição de actividade económica na semana anterior do inquirido e a participação de força de trabalho por sexo, segundo idade. Os dados mostram que cerca de 87% da população constitui a PEA. Esta cifra é mais elevada quando comparada com os cerca de 83% registados em 2002/3. No concernente a idade, regista-se que no geral, a participação é menor no grupo etário de 15-19 anos para ambos sexos. No entanto, é importante referir que esta situação é diferente daquela que se registou em 2002/3, onde apesar de o grupo etário (15-19 anos) apresentar no geral uma participação relativamente baixa, no tocante ao sexo, a participação das mulheres nas actividades económicas foi mais elevada que a dos homens (58.2% e 39.8%, respectivamente). Este cenário apresentado neste parágrafo, é o resultado da combinação de vários factores complexos de índole sócio-cultural.

Quadro 3.1 Distribuição percentual da população de 15 anos e mais por condição de actividade e sexo, segundo idade

Grupos de idade	Homens			Mulheres		
	PEA	PNEA	Total	PEA	PNEA	Total
Total	86.6	13.4	100.0	86.3	13.7	100.0
15 - 19	60.3	39.7	100.0	67.6	32.4	100.0
20 - 24	79.2	20.8	100.0	82.7	17.3	100.0
25 - 29	94.2	5.8	100.0	88.8	11.2	100.0
30 - 34	95.7	4.3	100.0	92.3	7.7	100.0
35 - 39	98.1	1.9	100.0	94.8	5.2	100.0
40 - 44	98.3	1.7	100.0	95.2	4.8	100.0
45 - 49	97.9	2.1	100.0	97.4	2.6	100.0
50 - 54	96.0	4.0	100.0	96.0	4.0	100.0
55 - 59	95.7	4.3	100.0	94.6	5.4	100.0
60 - 64	94.8	5.2	100.0	89.3	10.7	100.0
65 e +	87.0	13.0	100.0	79.5	20.5	100.0

Fonte: Elaborado com base nos resultados do IAF 2008/9.

O Quadro 3.2 apresenta a distribuição percentual da população de 15 anos e mais por condição de actividade. Este quadro evidencia a relação existente entre o grau de participação das pessoas nas actividades económicas e a área de residência. Assim, 94% da população do subgrupo em análise faz parte da PEA na área rural, enquanto que na urbana a cifra é de 71.1%. É importante afirmar que apesar das proporções registadas em 2008/9 serem mais elevadas que as de 2002/3 (90% e 69.7%, respectivamente para área rural e urbana), a tendência de distribuição nos dois inquéritos é similar.

Continuando com a análise do Quadro 3.2 e colocando em destaque a vertente província, constata-se que as percentagens da PEA variam de 92.4% a 62.1% correspondentes a Cabo Delgado e Maputo Cidade, respectivamente numa amplitude de 30.3%. Ao nível regional, a região Sul é a que apresenta percentagens menos elevadas da PEA (cerca de 76%), contra as duas restantes regiões que apresentam praticamente percentagem igual (um pouco mais de 90%).

Quadro 3.2 Distribuição percentual da população de 15 anos e mais por condição de actividade, segundo características seleccionadas

Características seleccionadas	Condição de actividade		
	PEA	PNEA	Total
Total	86.5	13.5	100.0
Area de residência			
Urbana	71.1	28.9	100.0
Rural	94	6	100.0
Região			
Norte	90.3	9.7	100.0
Centro	90.1	9.9	100.0
Sul	75.9	24.1	100.0
Provincia			
Niassa	91.9	8.1	100.0
Cabo Delgado	92.4	7.6	100.0
Nampula	88.9	11.1	100.0
Zambézia	92.2	7.8	100.0
Tete	90.3	9.7	100.0
Manica	90.7	9.3	100.0
Sofala	84.5	15.5	100.0
Inhambane	84.8	15.2	100.0
Gaza	85.3	14.7	100.0
Maputo província	71.8	28.2	100.0
Maputo Cidade	62.1	37.9	100.0

Fonte: Elaborado com base nos resultados do IAF 2008/9.

A distribuição da população economicamente não activa (PNEA) por tipo de inactividade é apresentada no Quadro 3.3, onde observa-se que a maioria dos inactivos é composta por estudantes (38.2%). Por sexo, a distribuição da população inactiva mostra que 48.8% de homens e 29.5% de mulheres inactivos, declararam como causa da sua condição de inactividade o facto de estarem a estudar. As cifras ora apresentadas revelam uma tendência similar a que foi registada em 2002/03, onde o sexo masculino supera o feminino na causa acima identificada, embora as percentagens neste último inquérito tenham sido mais elevadas em ambos sexos.

A nível de províncias destacam-se Zambézia e Tete (62.0% e 58.9%) que apresentam mais de metade de pessoas que declararam a condição de inactividade por serem estudantes.

Quadro 3.3 Distribuição percentual da população economicamente inactiva (pnea) segundo causa de inactividade. Moçambique

Descrição	Estava a estudar	Não estava disposto a pagar	Estava a cuidar de pessoas	Proibido de trabalhar pelo marido	Proibido de trabalhar pela mulher	Muito novo	Muito velho	Estava doente	Estava incapacitado	Reformado	Serviço militar	Outra	Sem informação	Total
Total	38.2	0.5	2.8	1.7	0.0	3.3	4.6	6.2	5.0	1.0	0.1	5.2	31.4	100.0
Sexo														
Homem	48.8	0.1	0.7	0.1	0.0	4.2	3.0	5.0	4.9	1.7	0.1	3.7	27.8	100.0
Mulher	29.5	0.9	4.5	3.0	0.1	2.6	6.0	7.2	5.1	0.4	0.0	6.4	34.3	100.0
Area de Residencia														
Urbana	34.8	0.8	3.3	2.2	0.1	3.9	3.5	3.9	2.4	1.2	0.1	4.3	39.6	100.0
Rural	46.2	0.0	1.6	0.6	0.0	1.9	7.1	11.5	11.2	0.5	0.0	7.3	12.0	100.0
Regiao														
Norte	39.5	0.9	6.6	1.8	0.0	1.2	5.5	7.5	7.8	1.1	0.2	5.1	22.9	100.0
Centro	53.8	0.2	2.1	1.3	0.0	3.8	3.0	6.6	5.2	0.7	0.0	5.3	18.1	100.0
Sul	27.3	0.6	1.3	1.9	0.1	4.1	5.2	5.3	3.5	1.1	0.0	5.2	44.4	100.0
Provincia														
Niassa	45.2	0.0	6.8	4.2	0.0	0.9	8.6	6.6	10.1	0.3	0.0	3.8	13.4	100.0
Cabo Delgado	26.9	0.0	5.3	0.2	0.0	1.4	10.0	10.5	9.1	0.3	0.0	6.0	30.3	100.0
Nampula	42.2	1.4	7.0	1.7	0.0	1.2	3.4	6.7	6.9	1.5	0.2	5.0	22.7	100.0
Zambezia	62.0	0.2	0.3	0.4	0.0	0.2	3.4	7.9	6.7	0.0	0.0	5.7	13.4	100.0
Tete	58.9	0.0	2.4	0.6	0.0	1.6	3.1	2.1	7.3	0.3	0.0	5.3	18.4	100.0
Manica	47.3	0.0	0.6	3.5	0.3	3.9	6.8	7.2	3.3	0.3	0.0	3.5	23.2	100.0
Sofala	44.5	0.3	4.7	1.6	0.0	9.1	0.6	7.8	3.0	1.9	0.0	5.9	20.6	100.0
Inhambane	45.0	0.0	0.8	0.3	0.0	6.7	10.1	12.9	6.4	0.6	0.0	10.5	6.8	100.0
Gaza	34.8	0.0	0.3	1.4	0.0	1.8	7.3	8.1	8.5	0.3	0.0	9.8	27.6	100.0
Maputo provincia	22.8	1.0	1.7	1.9	0.2	6.0	3.0	4.5	2.2	1.1	0.0	2.7	53.1	100.0
Maputo cidade	21.2	0.7	1.6	2.9	0.0	2.4	4.4	1.7	1.6	1.7	0.1	3.3	58.6	100.0
Nivel de educacao mais alto														
Nenhum	56.6	0.0	0.0	0.5	0.0	0.4	1.3	0.0	0.0	0.0	0.0	3.0	38.1	100.0
Alfabetização	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Primário do 1º grau	1.0	0.6	3.9	1.7	0.0	0.7	25.0	21.6	21.7	1.2	0.0	7.0	15.6	100.0
Primário do 2º grau	17.7	0.0	4.9	2.1	0.0	0.0	5.7	26.6	0.0	3.1	0.0	3.2	36.5	100.0
Técnico elementar/básico/ médio	52.2	0.7	1.7	0.8	0.0	3.8	0.1	1.1	0.4	0.5	0.1	3.3	35.4	100.0
Secundário e mais	36.1	0.4	3.6	2.6	0.1	3.9	2.8	6.2	4.4	1.3	0.1	6.5	32.1	100.0

3.3 Posição no Processo Laboral

A distribuição da população ocupada por sua posição no processo laboral é apresentada no Quadro 3.4. No geral, nota-se que grande parte da população economicamente activa trabalha por *conta própria sem empregados* (51.3%), seguindo-se os *trabalhadores familiares sem remuneração* (35.4%). O quadro evidencia também que grande parte dos homens trabalha por *conta própria* (60.8%) contra 43.3% de mulheres; por seu turno, as mulheres constituem a maioria na categoria *trabalhador familiar sem remuneração* (51.0%).

Por área de residência, nota-se que 53.5% de pessoas na área rural trabalham por *conta própria sem empregados*, contra 45.4% da área urbana. É importante referir, que na área urbana uma percentagem considerável de pessoas está vinculada no *sector privado* (18.3%). Por províncias, Maputo Cidade é a que apresenta menor percentagem de pessoas a trabalharem por *conta própria sem empregados* que as restantes províncias, onde a maioria está concentrada nesta posição.

É importante referir, que na análise dos dados por sectores, nota-se que o sector terciário (20.8%) regista uma elevada percentagem de pessoas que se encontra na condição de *trabalhadores por conta própria sem empregados* (35.8%). Por ordem de importância percentual, o *sector privado* também evidenciou-se com 22.5%.

Por nível de escolaridade, regista-se que à medida que o nível se eleva, a percentagem de pessoas que trabalham por *conta própria sem empregados* diminui. Em contrapartida, a percentagem de pessoas que trabalham para o *governo* vai aumentando.

Quadro 3.4 Distribuição da população economicamente activa (pea) por posição no processo laboral (Continua...)

Características seleccionadas	Posição no Processo Laboral				
	Governo	Sector Público	Sector Privado	Conta Própria com empregados	Conta própria sem empregados
Total	3.1	0.5	6.9	0.8	51.3
Sexo					
Homem	4.9	0.9	12.9	1.3	60.8
Mulher	1.6	0.2	1.8	0.3	43.3
Área de Residência					
Urbana	7.7	1.4	18.3	1.9	45.4
Rural	1.4	0.2	2.7	0.3	53.5
Região					
Norte	2.9	0.2	3.1	0.6	56.8
Centro	2.5	0.5	4.2	0.6	50.4
Sul	4.6	1.1	17.7	1.4	45.0
Província					
Niassa	4.9	0.3	2.8	2.2	45.4
Cabo Delgado	2.3	0.2	1.4	0.2	74.7
Nampula	2.5	0.2	4.0	0.3	52.1
Zambezia	1.6	0.6	2.8	0.4	51.2
Tete	1.8	0.2	2.9	0.3	46.0
Manica	3.5	0.3	4.0	0.6	53.6
Sofala	4.7	0.7	9.2	1.3	50.5
Inhambane	2.5	0.3	4.1	0.4	50.8
Gaza	2.2	1.3	8.6	0.6	49.7
Maputo Província	5.5	0.9	30.6	1.6	41.6
Maputo Cidade	9.8	2.3	32.0	3.6	34.9
Sector de actividade					
Primário	0.1	0.0	1.6	0.3	55.1
Secundário	0.9	1.1	54.2	3.9	35.8
Terceário	20.8	3.0	22.5	2.4	35.8
Sem emprego	1.1	3.0	8.3	0.0	0.0
Nível de escolaridade					
Nenhum	46.6	6.3	17.8	1.4	16.6
Primário do 1º grau	0.2	0.0	1.9	0.3	55.0
Primário do 2º grau	0.4	0.0	0.4	0.3	54.0
Técnico elementar/básico/médio	15.8	2.4	19.7	1.9	27.9
Secundário e mais	1.4	0.3	7.1	0.8	54.4

Fonte: Elaborado com base nos resultados do IOF 2008/9

Continua...

Quadro 3.4 Distribuição da população economicamente activa (pea) por posição no processo laboral (Continuação)

Características seleccionadas	Posição no Processo Laboral						Total
	Trabalhado familiar sem remuneração	Pessoa/ Agregado familiar privado	Sector cooperativo	ONG e Outras associações	Sem informação	Sem emprego	
Total	35.4	1.3	0.0	0.4	0.0	0.2	100.0
Sexo							
Homem	17.0	1.2	0.0	0.5	0.1	0.3	100.0
Mulher	51.0	1.3	0.0	0.2	0.0	0.1	100.0
Área de Residência							
Urbana	20.0	3.8	0.0	0.9	0.1	0.3	100.0
Rural	41.2	0.4	0.0	0.1	0.0	0.2	100.0
Região							
Norte	35.6	0.4	0.0	0.3	0.0	0.1	100.0
Centro	40.8	0.7	0.0	0.2	0.0	0.1	100.0
Sul	25.2	3.6	0.1	0.7	0.1	0.6	100.0
Província							
Niassa	43.2	0.1	0.0	1.1	0.0	0.1	100.0
Cabo Delgado	20.9	0.2	0.0	0.1	0.0	0.0	100.0
Nampula	40.0	0.6	0.0	0.1	0.0	0.2	100.0
Zambezia	42.6	0.6	0.0	0.2	0.0	0.1	100.0
Tete	48.3	0.3	0.0	0.1	0.1	0.1	100.0
Manica	37.4	0.5	0.0	0.1	0.0	0.0	100.0
Sofala	31.2	1.7	0.0	0.5	0.0	0.2	100.0
Inhambane	40.2	0.8	0.1	0.5	0.0	0.2	100.0
Gaza	35.0	0.8	0.0	0.1	0.1	1.6	100.0
Maputo Provincia	14.0	5.2	0.1	0.3	0.1	0.1	100.0
Maputo Cidade	5.6	9.4	0.0	2.2	0.0	0.3	100.0
Sector de actividade							
Primário	42.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	100.0
Secundário	3.5	0.1	0.3	0.3	0.0	0.0	100.0
Terceário	4.4	8.8	0.0	2.1	0.0	0.0	100.0
Sem emprego	3.0	0.0	0.0	0.0	10.0	74.6	100.0
Nível de escolaridade							
Nenhum	7.2	0.2	0.0	3.5	0.3	0.0	100.0
Primário do 1º grau	41.8	0.5	0.0	0.0	0.0	0.2	100.0
Primário do 2º grau	44.4	0.5	0.0	0.0	0.0	0.0	100.0
Técnico elementar/básico/médio	28.2	2.2	0.0	1.5	0.1	0.3	100.0
Secundário e mais	33.9	1.6	0.0	0.3	0.0	0.2	100.0

Fonte: Elaborado com base nos resultados do IOF 2008/9

3.4 Principais Actividades Económicas

A distribuição da população economicamente activa ocupada por ramos de actividade indica que 81.0% encontra-se na *agricultura/silvicultura/pescas*, seguindo-se o sector do *comércio e vendas*, com 7.0%. Isto, mostra claramente a importância que o sector agrário tem na nossa economia.

A participação da população economicamente activa na *agricultura/silvicultura/pescas* varia segundo a área de residência. Assim, na área urbana, a população empregue neste sector é de 46.3% contra 93.8% da área rural. Na área urbana nota-se uma ligeira ascendência da participação da população noutras actividades como *comercio e vendas*, com 20.5% e *indústria transformadora* (6.7%).

Por províncias, nota-se que Maputo Cidade é a que possui menor percentagem (6.4%) de pessoas que trabalham na *agricultura/silvicultura/pescas*, seguindo-se a Maputo Província, com 38.0%. Estas duas províncias apresentam percentagens consideráveis da população que participa no ramo do *comércio e vendas*, para Maputo Cidade 37.1% e para Maputo Província 23.9%.

Analisando os dados considerando a posição no processo laboral, observa-se que grande parte de pessoas que trabalham por *conta própria sem empregados* e os *trabalhadores familiares sem remuneração* o fazem no ramo da *agricultura/silvicultura/pescas* (86.9% e 97.8%, respectivamente). Enquanto isto, os que trabalham para o Aparelho do Estado, na sua maioria encontram-se no sector de *educação* (48.1%), seguindo-se a *administração Pública* (37.6%).

Os dados mostram também que a par dos trabalhadores familiares sem remuneração e os que estão na categoria de *conta própria sem empregados*, apresentam proporções mais elevadas de pessoas economicamente activas no ramo de *agricultura, silvicultura e pesca*, com 97.8% e 86.9%, respectivamente. Note-se que o sector de *agricultura/silvicultura/pescas* é o que ocupa a maior parte da população economicamente activa do País. A participação dos *patrões/empresários*, é mais notória nos ramos de *comércio e vendas* (33.2%), *industria transformadora* (11.1%) e *construção* (10.8%). É preciso notar que o sector cooperativo, apresenta percentagens mais elevadas de população economicamente activa nos ramos de *construção* (35.8%), *comércio e vendas* (29.4%) do que no ramo *agricultura/silvicultura/pescas* (22.3%)

Em relação ao nível de escolaridade, deixando de lado os que não possuem nenhum nível, constata-se que a participação da força de trabalho no sector da agricultura vai diminuindo significativamente a medida que o nível de escolaridade aumenta, isto é, os mais instruídos são menos empregados nos ramos de agricultura. Em contrapartida, a participação nos outros ramos de actividade vai aumentando com o nível de escolaridade.

Quadro 3.5 Distribuição percentual da população economicamente activa (pea) por ramos de actividade, segundo características seleccionadas

Características seleccionadas	Ramos de actividade												Total
	Agricultura, silvicultura e pesca	Industria extractiva	Indústria transformadora	Construção	Comercio e vendas	Alojamento e restauração	Transporte e comunicação	Serviços financeiros	Administração pública	Educação	Saúde	Outros	
Total	81.0	0.2	2.6	1.6	7.0	0.4	1.0	0.1	1.2	1.8	0.5	2.7	100.0
Sexo													
Homem	72.3	0.4	4.5	3.5	7.9	0.5	1.9	0.1	2.2	2.5	0.6	3.5	100.0
Mulher	88.3	0.0	1.1	0.1	6.2	0.2	0.2	0.1	0.5	1.1	0.4	2.0	100.0
Área de Residência													
Urbana	46.3	0.5	6.7	4.6	20.5	1.0	3.1	0.4	3.9	3.5	1.3	8.2	100.0
Rural	93.8	0.1	1.1	0.5	2.0	0.1	0.2	0.0	0.3	1.1	0.2	0.7	100.0
Região													
Norte	88.5	0.1	2.2	0.8	4.0	0.2	0.4	0.0	1.0	1.6	0.3	1.0	100.0
Centro	87.6	0.2	1.7	0.9	4.5	0.2	0.6	0.0	0.9	1.5	0.4	1.4	100.0
Sul	57.2	0.5	5.1	4.3	16.1	1.0	2.5	0.3	2.2	2.4	0.9	7.6	100.0
Província													
Niassa	87.3	0.1	1.9	0.8	3.1	0.2	0.3	0.0	1.6	2.8	0.3	1.4	100.0
Cabo Delgado	91.1	0.0	2.0	0.5	2.9	0.1	0.3	0.0	0.7	1.4	0.2	0.6	100.0
Nampula	87.6	0.1	2.3	1.0	4.9	0.2	0.4	0.0	0.9	1.3	0.3	1.1	100.0
Zambézia	91.1	0.1	1.2	0.5	3.3	0.1	0.4	0.0	0.4	1.5	0.4	1.0	100.0
Tete	92.7	0.6	1.3	0.6	1.8	0.0	0.2	0.1	0.4	1.2	0.2	0.7	100.0
Manica	84.1	0.1	1.9	0.6	7.1	0.3	0.7	0.0	1.3	2.1	0.4	1.4	100.0
Sofala	76.3	0.1	3.1	2.3	8.0	0.3	1.7	0.1	2.7	1.4	0.6	3.3	100.0
Inhambane	84.8	0.2	2.5	1.6	4.7	0.4	0.8	0.0	0.8	1.6	0.8	1.8	100.0
Gaza	85.2	0.8	1.1	3.0	4.8	0.3	0.6	0.0	1.0	1.2	0.3	1.9	100.0
Maputo província	38.0	0.4	9.3	5.9	23.9	1.3	3.8	0.3	2.9	3.2	0.8	10.2	100.0
Maputo Cidade	6.4	0.5	8.5	7.4	37.1	2.3	5.6	1.0	5.0	4.3	2.0	20.0	100.0

Continua....

Quadro 3.5 Distribuição percentual da população economicamente activa (pea) por ramos de actividade, segundo características seleccionadas (Continuação)

Características seleccionadas	Ramos de actividade												Total
	Agricultura, silvicultura e pesca	Industria extractiva	Indústria transformadora	Construção	Comercio e vendas	Alojamento e restauração	Transporte e comunicação	Serviços financeiros	Administração pública	Educação	Saúde	Outros	
Posição no Processo de Trabalho													
Governo	1.6	0.1	0.2	1.0	0.2	0.2	1.4	0.1	37.6	48.1	8.3	1.1	100.0
Sector Público	2.1	4.7	1.2	7.4	2.1	0.8	22.5	3.7	8.8	25.5	7.0	14.2	100.0
Sector Privado	17.0	2.2	17.6	15.8	19.4	4.2	9.3	0.8	0.3	1.6	0.7	11.3	100.0
Conta Própria c/ empregados	32.8	0.3	11.1	10.8	33.2	1.9	4.7	0.0	0.0	0.3	0.3	4.7	100.0
Conta própria s/ empregados	86.9	0.0	2.3	0.7	9.2	0.0	0.2	0.0	0.0	0.0	0.2	0.4	100.0
Trabalhador familiar s/ Remuneração	97.8	0.0	0.4	0.0	1.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	100.0
Pessoa/Agregado Privado	0.2	0.0	0.2	0.0	0.8	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	98.6	100.0
Sector Cooperativo	22.3	0.0	12.5	35.8	29.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	100.0
ONG e Outras Associações	6.3	3.8	1.8	1.4	0.0	0.0	0.7	0.0	0.4	0.3	8.7	76.7	100.0
Nível de Escolaridade Mais alto													
Nenhum	20.4	0.8	4.1	1.8	4.5	0.5	6.8	1.9	16.0	32.8	2.7	7.6	100.0
Primário do 1º grau	95.4	0.1	1.0	0.4	2.2	0.0	0.1	0.0	0.1	0.0	0.2	0.6	100.0
Primário do 2º grau	94.2	0.0	1.1	0.0	3.5	0.0	0.0	0.0	0.4	0.0	0.2	0.6	100.0
Técnico elementar/básico/médio	41.6	0.5	6.1	4.7	16.8	1.8	3.1	0.3	5.7	10.1	2.2	7.1	100.0
Secundário e mais	81.7	0.2	2.8	1.8	7.8	0.3	0.9	0.1	0.7	0.5	0.3	2.9	100.0

4 NÍVEL E ESTRUTURA DAS DESPESAS

4.1 Despesa por Agregado Familiar e Per Capita Segundo Área de Residência e Província

O nível e a estrutura de despesa da população são indicadores que reflectem de forma mais abrangente as condições de vida. É precisamente o nível de despesas que nos dá a percepção do bem-estar das famílias.

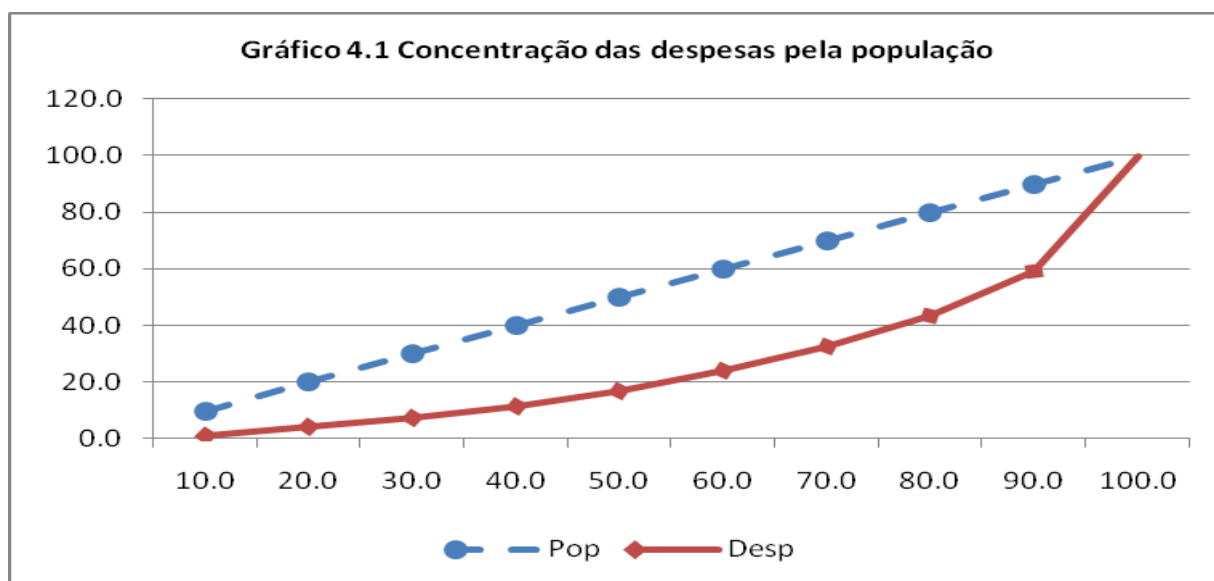
A recolha de dados sobre as despesas foi o objectivo principal do Inquérito aos Orçamentos Familiares 2008/09 (IOF 2008/09). Os dados recolhidos abrangem as seguintes componentes:

- a) Compra de produtos alimentares, bebidas, tabaco, transporte urbano de passageiros e recargas de telemóvel. Estas despesas foram recolhidas diariamente.
- b) Compra de vestuário, calçado, artigos domésticos e de higiene pessoal e outros; despesas relacionadas com a habitação, como renda de casa, água, electricidade, combustível e mobiliário; medicamentos e serviços de saúde diversos, despesas em transporte (exclui o urbano), recreação e outros serviços. Todas estas despesas foram recolhidas tomando como período de referência o mês.
- c) Compra de bens duráveis, como meios de transporte, televisores, geleiras e outros. As despesas destes bens, assim como da educação foram recolhidas tomando como referência um ano.
- d) Auto-consumo, cuja despesa foi recolhida diariamente.
- e) Renda estimada da casa própria, o período de referência da despesa foi o mês.

Os dados do IOF 2008/9 revelam que a despesa média mensal, a preços correntes, por agregado familiar no período de Setembro 2008 a Agosto de 2009, foi de 3.368 Meticais, o equivalente a 721 Meticais per capita.

O Gráfico 4.1 procura representar a concentração da despesa pelos agregados familiares. A linha recta mostra a percentagem acumulada da população e a curva, a percentagem acumulada da despesa. Da análise do gráfico pode-se observar que 50% da população absorve cerca de 16,6% das despesas totais. Os 10% da população mais pobre detêm apenas 1.2% e os 10% da população mais rica cerca de 41.2% da despesa total. O nível de despesa destas duas populações é de, respectivamente, 227 Meticais para os mais pobres e 1280 Meticais per capita por mês para os mais ricos.

Gráfico 4.1 Concentração das despesas pela população



O Quadro 4.1 mostra que a população nas áreas urbanas gastou mensalmente em média por agregado familiar 5530 Meticais o equivalente a 1133 Meticais per capita. Os agregados familiares das áreas rurais gastaram menos da metade do valor gasto na zona urbana, isto é, apenas 2480 Meticais, o equivalente a 541 Meticais per capita. Situação análoga se verificou no inquérito precedente realizado no ano de 2002/03. As despesas médias mensais por agregado familiar e per capita nas áreas urbanas e rurais são, respectivamente, superiores e inferiores se comparadas com a média nacional em ambos inquéritos.

Quadro 4.1 Despesa média mensal por agregado familiar e per capita segundo área de residência (em meticais a preços correntes) Moçambique, 2008/9

Área de Residência	Despesa Média Mensal			
	Por Agregado Familiar		Per Capita	
	2002/3	2008/9	2002/3	2008/9
Total	1559	3368	324	721
Urbana	2703	5530	523	1133
Rural	1073	2480	231	541

Fonte: IAF 2002/3 e IOF 2008/9

Desagregando os dados por províncias (Quadro 4.2 e Gráfico 4.2) chama atenção o facto de a Cidade de Maputo, capital do País, ter uma despesa média mês por família de cerca de 11.156 Meticais para cerca de 5,0% da população total do País, quando a Província da Zambézia, a segunda em termos populacionais (19,0%) tem apenas uma despesa média de 2.101 Meticais. As restantes províncias não chegam a atingir pelo menos metade do valor da Cidade de Maputo.

**Quadro 4.2 Despesas mensais por agregado familiar e per capita segundo Províncias.
(em meticais a preços correntes) Moçambique, 2008/9**

Províncias	Despesas mensais			
	Por agregado familiar		Per capita	
	2002/3	2008/9	2002/3	2008/9
Total	1559	3368	324	721
Niassa	1616	4020	320	879
Cabo Delgado	1330	2916	341	702
Nampula	1040	2644	238	592
Zambézia	1133	2101	239	444
Tete	1115	3489	238	732
Manica	1929	3146	336	666
Sofala	2113	3230	380	605
Inhambane	940	2974	201	636
Gaza	1572	3007	299	593
Maputo Província	2367	4175	483	926
Maputo Cidade	5822	11156	928	2291

Fonte: IAF 2002/3 e IOF 2008/9

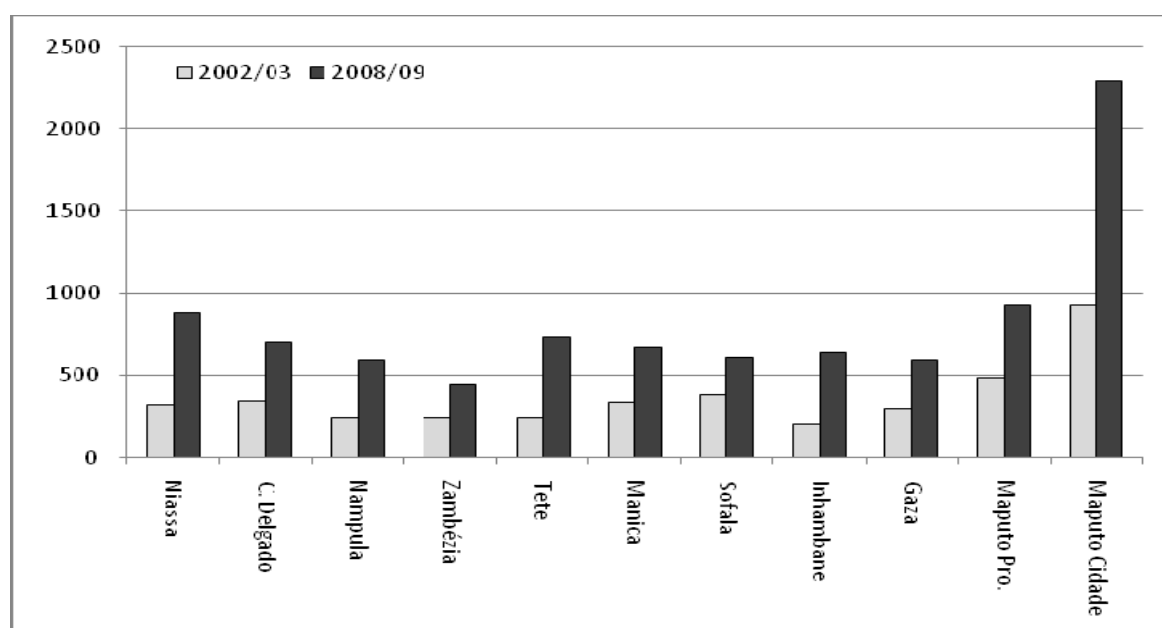
Uma análise pormenorizada das despesas médias per capita por província em relação à média per capita nacional permite-nos distinguir as seguintes situações:

Províncias com despesas médias **inferiores** à média nacional: **Zambézia, Nampula, Gaza e Sofala**

Ao comparar os resultados actuais com os do inquérito precedente conclui-se que Zambézia e Nampula mantêm-se no mesmo escalão. A Província de Sofala passou do escalão de despesas médias **superiores** à média nacional para esta posição, enquanto que Gaza passou da aproximada para esta.

- Províncias com despesas médias **aproximadas** à média nacional: **Manica, Inhambane, Cabo Delgado e Tete.**
- As províncias de Cabo Delgado e Manica mantêm-se no mesmo escalão face ao inquérito 2002/03 e há uma ascensão das Províncias de Inhambane e Tete do escalão de despesas médias **inferiores** à média nacional para este.
- Províncias com despesas médias **superiores** à média nacional: **Maputo Província e Niassa**
- A Província do Niassa transitou do escalão de despesas médias **aproximadas** à média nacional para este, enquanto que Maputo Província manteve-se.
- Províncias com despesas médias **muito superiores** à média nacional: **Maputo Cidade**
- A Cidade de Maputo, mantêm-se no mesmo escalão em que esteve no inquérito precedentes.

Gráfico 4.2 Despesas mensais per capita segundo Províncias (em meticais a preços correntes) Moçambique, 2008/9



4.2 Despesa Mensal Per Capita por Agregado Familiar Segundo Grupos de Despesas

O agrupamento de bens e serviços captados no IOF foi com base na Classificação do Consumo Individual por Objectivo (CCIO). O Quadro 4.3 apresenta a estrutura de despesa, para as 12 divisões da CCIO.

Quadro 4.3 Despesas mensais por agregado familiar e per capita segundo divisões de despesas (em meticais a preços correntes) Moçambique, 2008/9

Divisões de Despesas	Média mensal				Estrutura da Despesa mensal por agregado familiar (%)	
	Por agregado familiar		Per capita		2002/3	2008/9
	2002/3	2008/9	2002/3	2008/9		
Total	1559	3368	324	721	100.0	100.0
Produtos Alimentares e Bebidas não alcoólicas	748	1729	156	370	48.0	51.4
Bebidas Alcoólicas	22	21	5	5	1.4	0.6
Vestuário e Calçado	100	209	21	45	6.4	6.2
Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	350	775	73	166	22.5	23.0
Mobiliário, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	99	148	21	32	6.4	4.4
Saúde	18	25	4	5	1.2	0.7
Transporte	112	212	23	45	7.2	6.3
Comunicações	23	71	5	15	1.5	2.1
Recreação e Lazer	31	59	6	13	2.0	1.8
Educação	10	23	2	5	0.6	0.7
Restaurantes, Hotéis e Cafés	18	24	4	5	1.2	0.7
Bens e Serviços Diversos	28	70	6	15	1.8	2.1

Fonte: IAF 2002/3 e IOF 2008/9

Da leitura do quadro, verifica-se que a despesa mensal per capita em produtos alimentares e bebidas não alcoólicas é de aproximadamente 370 Meticais, ou seja, cerca de 1729 Meticais por agregado

familiar. Isto significa que 51,4% das despesas realizadas foram direccionadas para a aquisição de produtos alimentares. Esta constatação é típica dos países pobres, onde os rendimentos dos agregados familiares são prioritariamente direccionados para a satisfação das necessidades básicas.

Na hierarquia das despesas, os gastos em habitação ocupam o segundo lugar com 23%, seguindo-se Transportes e Vestuário e Calçado com uma média um pouco acima de 6% e Mobiliário, artigos de iluminação, decoração, tapeçaria e outros revestimentos do chão com cerca de 4% do total da despesa.

As despesas em Bebidas Alcoólicas (0.6%), Saúde (0.7%), Educação (0.7%) e Restaurantes, Hotéis, Cafés e Similares (0.7%) apresentam uma proporção relativamente pequena.

O Quadro 4.4 e o Gráfico 4.3 mostram as diferenças existentes na estrutura das despesas entre as áreas urbanas e rurais. O nível dos gastos em produtos alimentares nas áreas urbanas é 18% mais que na área rural. Enquanto que a população nas áreas rurais gasta mensalmente 351 meticais per capita, nas áreas urbanas despense 415 meticais. A percentagem de produtos alimentares nas despesas totais é de aproximadamente 65% nas áreas rurais e 37% nas urbanas. A importância desta divisão nas áreas urbanas aumentou 3,9 pp face a 2002/03.

As despesas em habitação ocupam o segundo lugar no orçamento familiar. Nas áreas urbanas este grupo de despesas absorve aproximadamente 32% e nas rurais 15%. Esta diferença justifica-se, se tivermos em conta que o grupo de habitação abrange para além da renda de casa, a compra de combustível, o pagamento de energia eléctrica e água.

As despesas em vestuário têm uma importância relativa nas áreas rurais (6,8%) maior que nas áreas urbanas (5,6%).

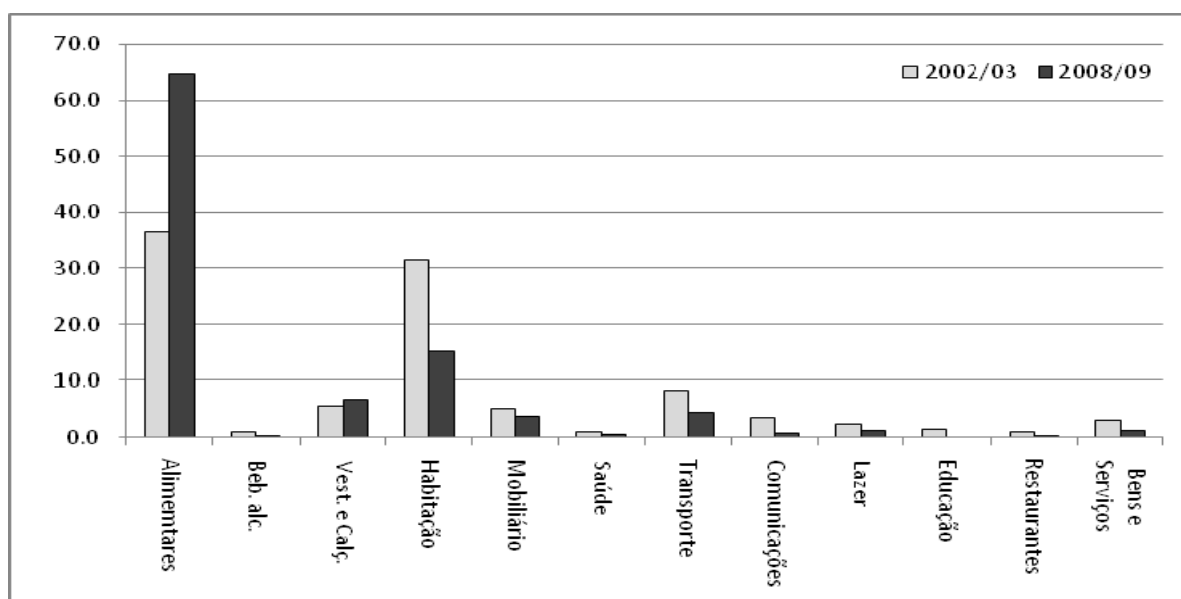
Os transportes têm nas áreas urbanas um peso relativo de 8,2% e nas áreas rurais um peso relativo de aproximadamente 4,5%. Refira-se que a proporção dos transportes nas áreas urbanas caiu face a 2002/03 em aproximadamente 1,7 pp.

Quadro 4.4 Despesa mensal per capita por área de residência, segundo divisões de despesa (em meticais a preços correntes) Moçambique, 2002/3 e 2008/9

Divisões de Despesas	2002/3				2008/9			
	Área de residência (Meticais)		Estrutura (%)		Área de residência (Meticais)		Estrutura (%)	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Total	523	231	100.0	100.0	1133	541	100.0	100.0
Produtos Alimentares e Bebidas não alcoólicas	171	148	32.7	64.1	415	351	36.6	64.8
Bebidas Alcoólicas	7	3	1.3	1.3	10	2	0.9	0.4
Vestuário e Calçado	34	15	6.5	6.5	63	37	5.6	6.8
Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	155	34	29.6	14.7	356	83	31.5	15.3
Mobiliário, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	40	11	7.6	4.8	58	20	5.1	3.7
Saúde	8	2	1.5	0.9	10	3	0.9	0.6
Transporte	52	10	9.9	4.3	93	25	8.2	4.5
Comunicações	14	0	2.7	0.1	40	5	3.5	0.8
Lazer, Recreação e Cultura	13	3	2.5	1.3	27	6	2.4	1.2
Educação	6	0	1.1	0.1	15	1	1.3	0.1
Restaurantes, Hotéis e Cafés	8	2	1.5	0.9	12	2	1.0	0.4
Bens e Serviços e Diversos	13	2	2.5	0.9	34	7	3.0	1.2

Fonte: IAF 2002/3 e IOF 2008/9

Gráfico 4.3 Despesas mensais per capita por divisão de despesa, segundo área de residência (em percentagem) Moçambique, 2008/9



O IOF 2008/9 permite também analisar o nível e a estrutura de despesas de acordo com a posição do chefe de agregado familiar no processo laboral. O Quadro 4.5 mostra uma predominância de agregados familiares chefiados por trabalhadores por conta própria sem empregados. A despesa per capita das famílias destes situa-se nos 562 Meticais (mais baixa).

Os dados revelam que os agregados familiares cujos chefes são trabalhadores por conta própria com empregados (1,2%) tem níveis de despesas mais elevados, cerca de 2591 Meticais per capita. Este grupo é muito heterogêneo na medida em que considerou-se como *patrão/empresário todas as pessoas que sendo proprietárias de um estabelecimento comercial, industrial, de transporte, agrícola, etc., empregam trabalhadores em troca de remuneração*. Assim, por consequência dessa definição, este grupo abrange também agricultores, pequenos comerciantes, entre outros, que empregam pelo menos um trabalhador remunerado.

Os agregados cujos chefes estão vinculados às ONGs e outras associações, cerca de 0.5% do total dos agregados familiares, tem uma despesa média mensal per capita de 2342.

Os agregados cujos chefes pertencem aos sectores Público e Governo têm despesas per capita na ordem dos 1582 e 1485 Meticais, respectivamente.

Quadro 4.5 Estrutura percentual dos agregados familiares e a despesa mensal per capita, segundo a posição do chefe no processo laboral Moçambique, 2008/9

Posição no Processo Laboral	Despesa Per Capita	Agregado Familiar
Governo	1485	4.7
Sector Público	1582	0.8
Sector Privado	1110	8.4
Conta própria c/empregados	2591	1.2
Conta própria s/empregados	562	78.5
Trabalhador familiar s/remuneração	588	1.1
Pessoa/Agregado Privado	638	1.2
Sector Cooperativo	619	0.0
ONG e Outras Associações	2342	0.5
Sem Informal	699	0.1
Sem emprego	923	3.7

4.3 Nível e estrutura de despesas por sexo do chefe do agregado familiar

Desagregando as despesas por sexo do chefe do agregado familiar, os resultados mostram que existem diferenças entre agregados chefiados por homens e por mulheres. Tomando como base o nível de despesa per capita dos agregados familiares chefiados por mulheres, os agregados cujo chefe é homem gastam, em média per capita, 4,4% mais do que os chefiados por mulheres.

No Quadro 4.6, é visível que esta tendência verifica-se em quase todas as divisões de despesa, excepto nas de Habitação e de Educação. Os homens gastam, sobretudo mais em Restaurantes, Hotéis e Cafés e em Transportes.

Quadro 4.6 Despesas mensais per capita por sexo do chefe do agregado familiar, segundo divisões de despesas (em meticais a preços correntes) Moçambique, 2002/3 e 2008/9

Divisões de despesas	2002/3			2008/9		
	Sexo do chefe (Meticais)		Mulher = 100	Sexo do chefe (Meticais)		Mulher = 100
	Homem	Mulher		Homem	Mulher	
Total	332	295	112.5	728	697	104.4
Produtos Alimentares e Bebidas não alcoólicas	156	153	102.0	362	356	101.7
Bebidas Alcoólicas	5	4	125.0	5	4	121.9
Vestuário e Calçado	23	14	164.3	47	39	120.6
Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	72	77	93.5	150	179	83.6
Mobiliário, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	22	15	146.7	33	28	117.4
Saúde	4	3	133.3	6	5	117.1
Transporte	27	10	270.0	51	28	179.4
Comunicações	5	4	125.0	16	11	140.9
Lazer, Recreação e Cultura	7	4	175.0	14	10	136.9
Educação	2	2	100.0	5	5	87.9
Restaurantes, Hotéis e Cafés	4	3	133.3	6	3	166.3
Bens e Serviços e Diversos	6	5	120.0	36	29	125.4

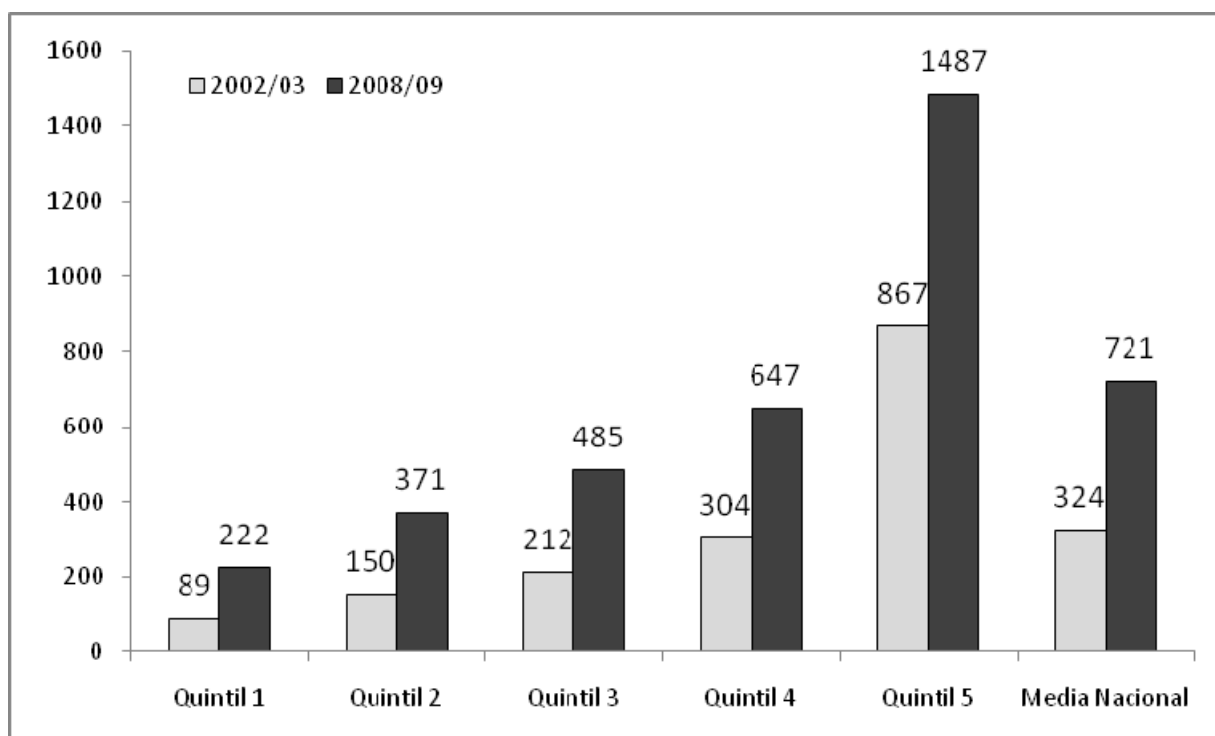
Fonte: IAF 2002/3 e IOF 2008/9

4.4 Nível e estrutura de despesas por quintis de população

Com o fim de analisar a relação entre a estrutura de despesa e o nível de bem estar, toda a população foi dividida em cinco grupos, chamados quintis. O primeiro quintil abrange os 20% da população com despesas per capita mais baixas, isto é, a população mais pobre. O segundo quintil abrange os seguintes 20% e assim, sucessivamente até ao quinto quintil que inclui os 20% com o nível de despesa mais elevado. A população assim dividida poderá ser designada por pobre, média baixa, média, média alta e rica na óptica de rendimento dado que a propensão marginal de consumo é directamente proporcional ao rendimento do agregado familiar e positivamente correlacionada.

O gráfico 4.4 ilustra os diferentes níveis de despesa mensal per capita por quintis de população. Como se pode observar, a população do primeiro quintil (20% da população pobre) gasta apenas 222 meticais per capita por mês, enquanto que o quinto quintil (20% da população rica) despende 1487 meticais. É de salientar que o nível de despesa per capita tem um crescimento moderado do primeiro quintil até ao quarto quintil, isto é em 80% da população e com valores de despesa média per capita inferiores à média nacional. O quinto quintil de despesa, isto é 20% da população rica, tem um valor de despesa per capita muito acima da média nacional (721). O fosso entre as populações rica e pobre tem uma amplitude de 1265 meticais.

Gráfico 4.4 Despesas mensais per capita por quintis de população (em meticais, a preços correntes) Moçambique, 2002/3 e 2008/9



Os diferentes estratos (quintis) de despesa têm também diferenças na estrutura da despesa. Os agregados familiares com despesas baixas despendem uma maior proporção do seu orçamento nas divisões de Alimentação e Bebidas não alcoólicas e na de Habitação, enquanto que os com despesas elevadas, além dos gastos destas duas divisões, tendem a gastar relativamente mais em Transporte, Vestuário e Calçado, Mobiliário, Lazer e Recreação, Transportes e Comunicações e; Bens e Serviços diversos.

O Quadro 4.7 apresenta as despesas mensais per capita por quintis de população, segundo divisões de despesas.

Quadro 4.7 Estrutura das despesas mensais per capita por divisões de despesa segundo quintís de população (em percentagem) Moçambique, 2008/9

Divisão de Despesas	Quintil 1	Quintil 2	Quintil 3	Quintil 4	Quintil 5	Média Nacional
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Produtos Alimentares e Bebidas não alcoólicas	62.4	66.0	67.3	64.4	39.2	51.4
Bebidas Alcoólicas	0.3	0.4	0.5	0.4	0.8	0.6
Vestuário e Calçado	3.2	4.6	5.4	6.9	6.7	6.2
Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	27.0	21.0	18.3	16.7	26.5	23.0
Mobiliário, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	2.9	3.1	3.0	3.6	5.4	4.4
Saúde	1.2	0.9	0.8	0.4	0.8	0.7
Transporte	1.1	1.6	2.1	3.5	9.6	6.3
Comunicações	0.2	0.4	0.5	1.0	3.4	2.1
Lazer, Recreação e Cultura	0.9	0.9	0.9	1.1	2.5	1.8
Educação	0.2	0.2	0.2	0.2	1.1	0.7
Restaurantes, Hotéis e Cafés	0.1	0.3	0.2	0.4	1.1	0.7
Bens e Serviços e Diversos	0.7	0.8	1.0	1.4	3.0	2.1

Os dados do IOF 2008/9 permitem deduzir que a maior parte da população no país é pobre. Os agregados familiares do primeiro ao quarto quintil, isto é, 80,0% da população total gasta mais de 60,0% de suas despesas em produtos alimentares. A Alimentação e Bebidas não alcoólicas e a Habitação para estas camadas absorvem mais de 80,0% da despesa total. Sendo assim, sobra pouco para a satisfação de outras necessidades como Vestuário, Mobiliário, Transportes, Lazer e Recreação, Bens e Serviços diversos, entre outros.

Apenas no quinto quintil os gastos em produtos alimentares são relativamente baixos, representando cerca de 39,2% do orçamento total, sendo que os demais gastos em outras divisões de despesas são relativamente superiores mesmo se comparados com a média nacional.

Como se pode ver no Quadro 4.8, os agregados familiares mais pobres gastam menos em produtos caros como Carnes e seus derivados; Leite e seus derivados e Ovos; Óleos e gorduras; Açúcar e produtos de confeitaria, mel e chocolate. A proporção de gastos em Cereais e produtos de padaria; Produtos hortícolas incluindo batata e outros tubérculos; Peixes, moluscos e seus derivados e Frutos é quase igual em todos os quintis. Uma particular atenção vai para o grupo de Hortícolas, Batatas e Outros tubérculos que vai decrescendo do primeiro ao quinto quintil, dado o consumo elevado de hortícolas e outros tubérculos, em particular a mandioca, batata (excepto a batata reno, mais consumida na população do quinto quintil) nas populações com rendimento baixo.

Quadro 4.8 Estrutura das despesas mensais em produtos alimentares por quintis de população, segundo grupos de alimentos (em percentagem) Moçambique, 2008/9

Grupo de Produtos Alimentares	Quintil 1	Quintil 2	Quintil 3	Quintil 4	Quintil 5	Total
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Cereais e produtos de padaria	42.1	44.8	47.0	51.3	44.0	46.3
Carne e seus derivados	3.2	5.3	6.7	7.4	16.2	10.4
Peixe, moluscos e crustáceos	11.6	10.7	9.3	9.0	9.6	9.6
Leite e seus derivados, ovos	0.5	0.3	0.3	0.4	1.2	0.7
Óleo e gorduras	1.7	2.0	2.2	2.4	3.1	2.6
Frutos	8.2	7.5	7.6	6.7	6.2	6.8
Hortícolas, batata e outros Tubérculos	31.1	27.5	25.0	20.5	17.1	21.3
Açúcar e produtos de confeitaria	1.1	1.3	1.4	1.7	1.9	1.6
Outros	0.6	0.5	0.5	0.6	0.8	0.7

O Quadro 4.9 mostra que à medida que aumenta a despesa geral do agregado familiar, mudam também os hábitos de consumo de produtos alimentares básicos por quintis da população. A farinha de milho é o produto principal de consumo para a maioria da população. O consumo de arroz cresce de forma moderada à medida que as despesas gerais aumentam e ao contrário, o consumo de mandioca baixa. A bata-reno, tem uma importância significativa apenas no menu dos agregados familiares do quinto quintil.

Quadro 4.9 Percentagem de alguns produtos básicos nas despesas totais em alimentação Moçambique, 2008/9

Produtos Alimentares	Quintil 1	Quintil 2	Quintil 3	Quintil 4	Quintil 5	Total
Farinha de milho	13.8	19.1	23.5	29.2	21.6	23.1
Milho	2.4	2.7	3.7	4.0	3.7	3.6
Arroz	5.7	6.1	5.5	6.8	6.7	6.4
Mandioca	4.4	5.0	4.5	2.3	1.2	2.7
Batata Reno	0.0	0.1	0.1	0.3	0.8	0.4

4.5 Comparação do nível e estrutura de despesas de 2008/9 com o de 2002/3

A metodologia do inquérito 2008/09 permite, no essencial, a comparação dos resultados deste, com os do inquérito de 2002/03. Para efeitos de cálculo da despesa a preços constantes, foi utilizado o Índice de Preços no Consumidor, calculado pelo INE.

No quadro 4.11, as despesas per capita a preços correntes cresceram, em média do país, de 324 Meticais em 2002/03 para 721 Meticais em 2008/9, o que significa um aumento na ordem de 121%. Entretanto, quando analisadas as despesas a preços constantes, conclui-se que as despesas per capita de 2008/09, cresceram face a 2002/03 na ordem de 21%. Na área rural cresceram mais (27%) que na área urbana (17%).

Refira-se que em 2008/09, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do país a preços constantes cresceu face a 2002/03 em 34%.

Quadro 4.11 Despesas mensais per capita de 2008/9e 2002/3 segundo áreas de residência (em meticais a preços constantes) Moçambique, 2008/9

ÁREA DE RESIDÊNCIA	2002/03	2008/09	2002/03=100
Média Nacional	324	391	121
Urbano	523	614	117
Rural	231	294	127

Fonte: IAF 2002/3 e IOF 2008/9

No Quadro 4.12 e no Gráfico 4.5 comparam-se os níveis de despesas per capita dos anos 2002/3 e 2008/9 por província. Ao analisar a evolução das despesas, chama atenção o crescimento assinalável da Província de Inhambane (71,7% entre 2002/3 e 2008/9). Em 2002/3, Inhambane se demarcou das restantes províncias pelo seu muito baixo nível das despesas.

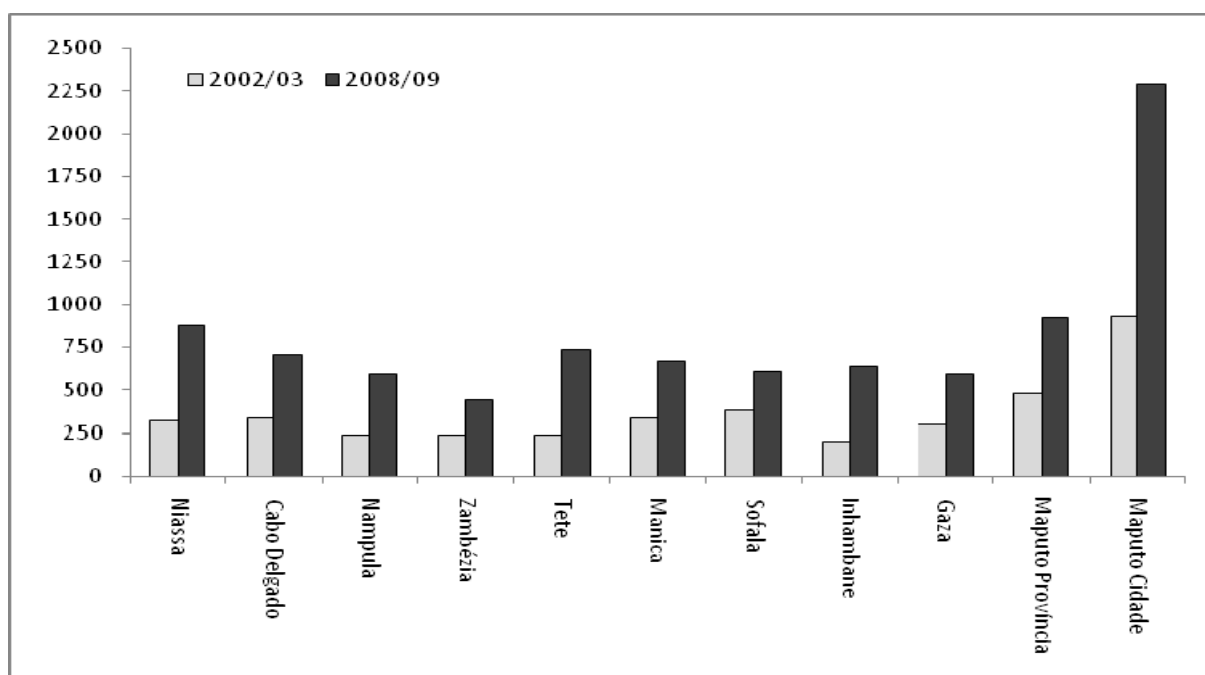
À excepção de Sofala, que viu as suas despesas diminuírem em 13,6% e Zambézia que não teve evolução na sua despesa, as restantes províncias registaram um aumento nas despesas que varia entre 4,0% e 67,0%.

Quadro 4.12 Comparação das despesas mensais per capita de 2008/09 com as de 2002/03 segundo províncias (em meticais a preços constantes) Moçambique, 2008/9

Províncias	2002/03	2008/09	2002/03=100
Niassa	320	477	149.0
Cabo Delgado	341	381	111.8
Nampula	238	321	135.0
Zambézia	239	241	100.7
Tete	238	397	167.0
Manica	336	361	107.5
Sofala	380	328	86.4
Inhambane	201	345	171.7
Gaza	299	322	107.6
Maputo Província	483	502	104.0
Maputo Cidade	928	1243	134.0

Fonte: IAF 2002/3 e IOF 2008/9

Gráfico 4.5 Evolução das despesas per cápita por províncias entre 2002/03 e 2008/09 (em meticais a preços constantes)



No Quadro 4.13 e no Gráfico 4.6, faz-se uma comparação das despesas per capita de 2008/9 com as de 2002/03 por divisões de despesas segundo a CCIO.

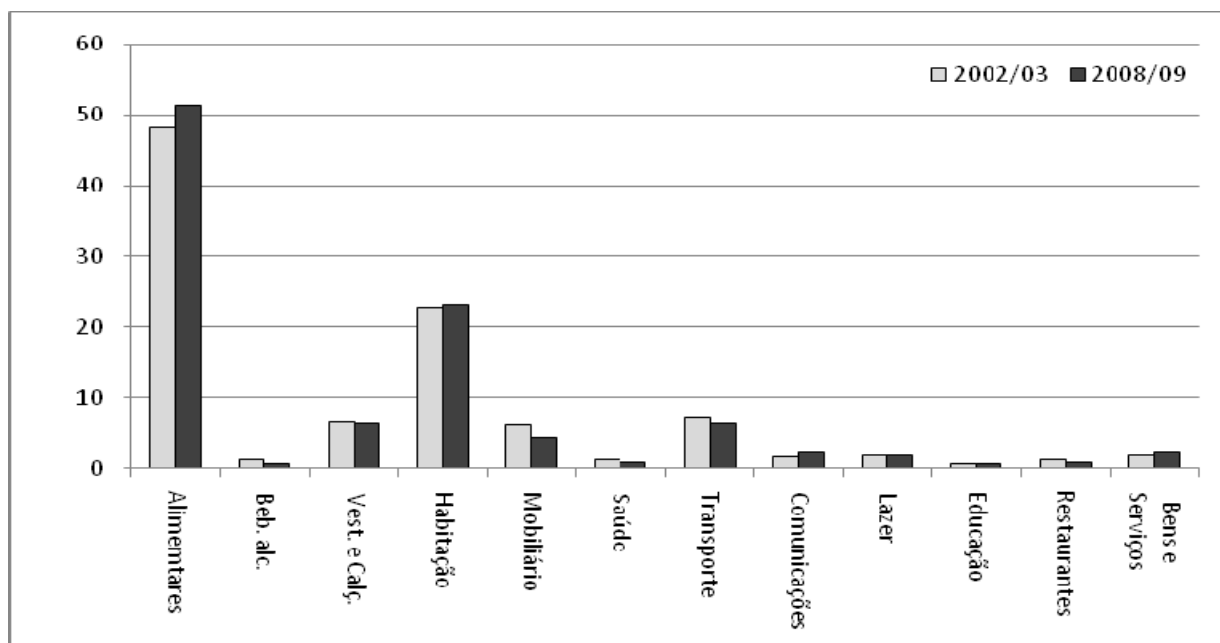
Assim, de 2002/3 a 2008/9 nota-se um crescimento assinalável nas Comunicações (64,9%), Bens e Serviços diversos (36,1%), Educação (31,3%) e Alimentação e Bebidas não alcoólicas (28,7%). As Bebidas alcoólicas, a Saúde e os Restaurantes, Cafés e Similares, viram as suas despesas diminuírem em cerca de 38%, 27% e 30%, respectivamente.

Quadro 4.13 Despesas per cápita por divisões de despesa (em meticais a preços constantes) Moçambique, 2008/9

Divisão de Despesas	2002/03	2008/09	2002/03=100
Total	324	391	120.7
Produtos Alimentares e Bebidas não alcoólicas	156	201	128.7
Bebidas Alcoólicas	4	2	62.1
Vestuário e Calçado	21	24	115.5
Habituação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	73	90	123.2
Mobiliário, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	20	17	86.1
Saúde	4	3	72.8
Transporte	23	25	107.3
Comunicações	5	8	164.9
Lazer, Recreação e Cultura	6	7	115.1
Educação	2	3	131.3
Restaurantes, Hotéis e Cafés	4	3	70.3
Bens e Serviços e Diversos	6	8	136.1

Fonte: IAF 2002/3 e IOF 2008/9

Gráfico 4.6 Despesas per capita por divisão de despesa 2002/3 e 2008/9 (em meticais a preços constantes) Moçambique, 2008/9



4.6 Posse de Bens Duráveis

Durante o IOF2008/9 foram recolhidas informações que permitem calcular a posse de bens duráveis dos agregados familiares.

Para a análise da posse de bens duráveis foram seleccionados aqueles bens que apresentam frequências relevantes. Deste modo, o Quadro 4.14 apresenta a percentagem de agregados familiares que possuem determinados bens duráveis sem tomar em consideração o facto de algumas famílias possuírem mais de um exemplar. O que interessa neste contexto é saber se a família possui rádio, televisão, telefone e outros bens.

Duma forma geral, nota-se que entre 2002/3 e 2008/9, houve aumento da percentagem de agregados familiares que possuem determinados bens duráveis, e este aumento se verificou em todas as áreas de residência.

Quadro 4.14 Percentagem de agregados familiares que possuem determinados bens duráveis moçambique, 2002/3 e 2008/9

Bens Duráveis	Total		Urbano		Rural	
	2002/3	2008/9	2002/3	2008/9	2002/3	2008/9
Casa	91.2	94.5	82.7	87.3	94.8	97.4
Carro	1.6	2.0	4.3	5.3	0.4	0.6
Moto	1.2	3.6	2.3	5.2	0.7	3.0
Bicicleta	28.1	38.3	19.4	24.3	31.8	44.0
Máquina de lavar roupa	0.2	0.4	0.6	1.1	0.0	0.1
Aparelho de ar condicionado	0.3	0.5	1.0	1.4	0.0	0.1
Geleira	2.8	5.8	8.9	18.4	0.2	0.6
Congelador	3.9	3.3	12.2	10.5	0.3	0.4
Ferro de engomar	5.0	34.3	15.8	70.7	0.4	17.4
Máquina de costura	3.3	2.0	6.0	3.6	2.1	1.4
Televisor	6.3	12.4	19.5	35.9	0.7	2.8
Aparelhagem	9.5	8.7	19.3	21.0	5.3	3.6
Rádio	45.5	46.1	54.9	47.9	41.5	45.4
Ventoinha	4.7	6.8	14.6	19.3	0.5	1.6
Cama	34.2	39.1	62.1	64.1	22.3	28.8
Relógio	30.1	20.4	50.6	28.7	21.4	17.1
Fogão eléctrico	2.4	2.4	7.5	21.3	0.2	1.1
Fogão a gás	1.6	2.4	5.3	7.8	0.1	0.2
Fogão misto	0.3	0.8	1.0	2.2	0.0	0.2
Telefone fixo	1.7	1.0	5.5	2.7	0.1	0.2
Telefone celular	3.6	23.5	10.9	53.0	0.5	11.4
Computador	0.3	1.5	1.1	4.4	0.0	0.3
Impressora	0.4	1.0	1.3	3.0	0.1	0.2

Fonte: IAF 2002/3 e IOF 2008/9

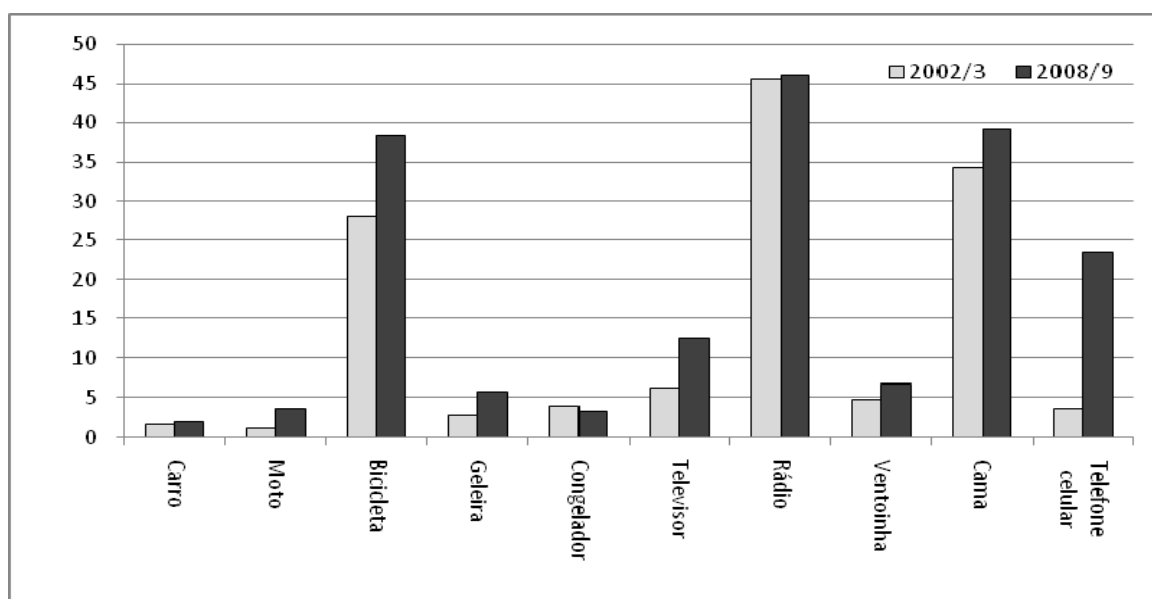
A posse de bens duráveis é um indicador que reflecte de forma visível o nível de vida da população. Os dados do Quadro 4.15 confirmam a relação forte entre o nível de despesas per capita e a posse de bens. No geral, nota-se que a percentagem dos agregados familiares que possuem estes bens, cresce na medida em que aumenta o nível de despesa. A percentagem de famílias com bicicleta e rádio é relativamente alta em todos os quintis. A posse destes bens é relevante nos quintis quatro e cinco.

Quadro 4.15 Percentagem de agregados familiares que possuem bens por quintis de despesas Moçambique, 2008/9

Bens Duráveis	Quartil 1	Quartil 2	Quartil 3	Quartil 4	Quartil 5
Cama	16.8	28.8	36.9	45.4	67.4
Carro	0.0	0.0	0.0	0.5	9.4
Moto	0.9	0.6	1.6	4.7	10.4
Bicicleta	24.9	35.4	42.4	48.8	39.8
Máquina de costura	0.3	0.9	1.0	1.7	6.3
Rádio	25.5	39.1	47.1	58.1	60.6
Relógio	6.1	12.0	17.3	24.8	41.9
Telefone celular	5.1	9.9	14.3	27.8	60.0

Fonte: IAF 2002/3 e IOF 2008/9

Gráfico 4.7 Percentagem da posse de bens de agregados familiares em 2002/3 e 2008/9 Moçambique, 2008/9



4.7 Nível de Despesa e Percepção da População sobre a sua situação económica

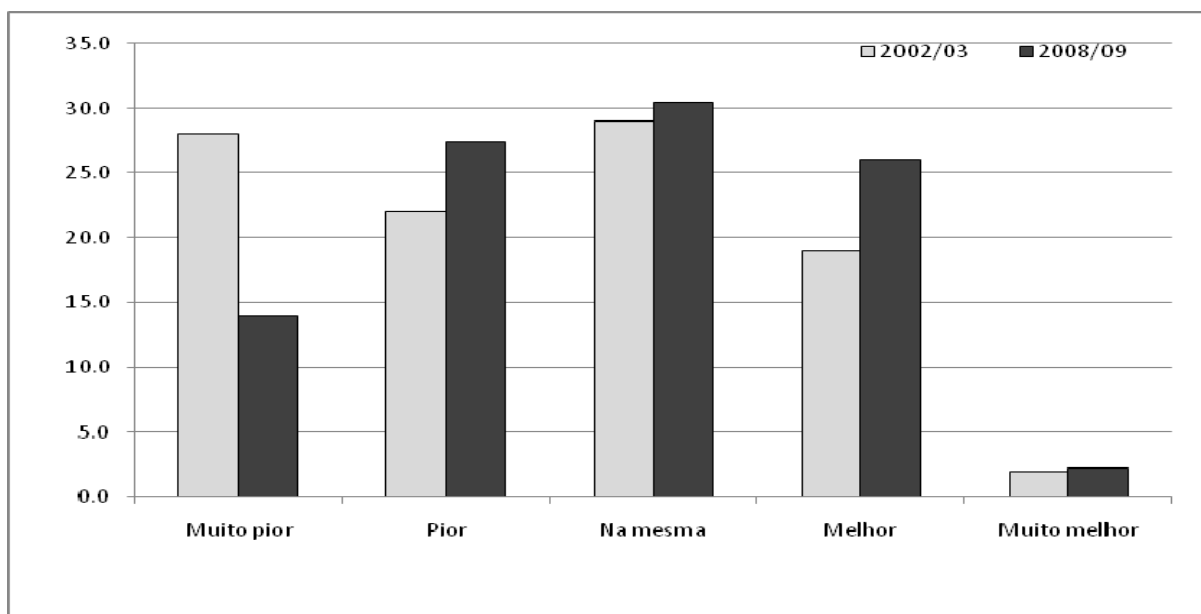
Com vista a obter a percepção da população sobre a situação económica, o inquérito incluiu a seguinte pergunta: “Como é que compara a situação económica do agregado em relação a um ano atrás”. A esta pergunta foram apurados os seguintes resultados:

Quadro 4.16 Avaliação económica dos agregados familiares

Situação Económica	2002/03	2008/09
Muito pior	28,0	14,0
Pior	22,0	27,4
Na mesma	29,0	30,4
Melhor	19,0	26,0
Muito melhor	2,0	2,2

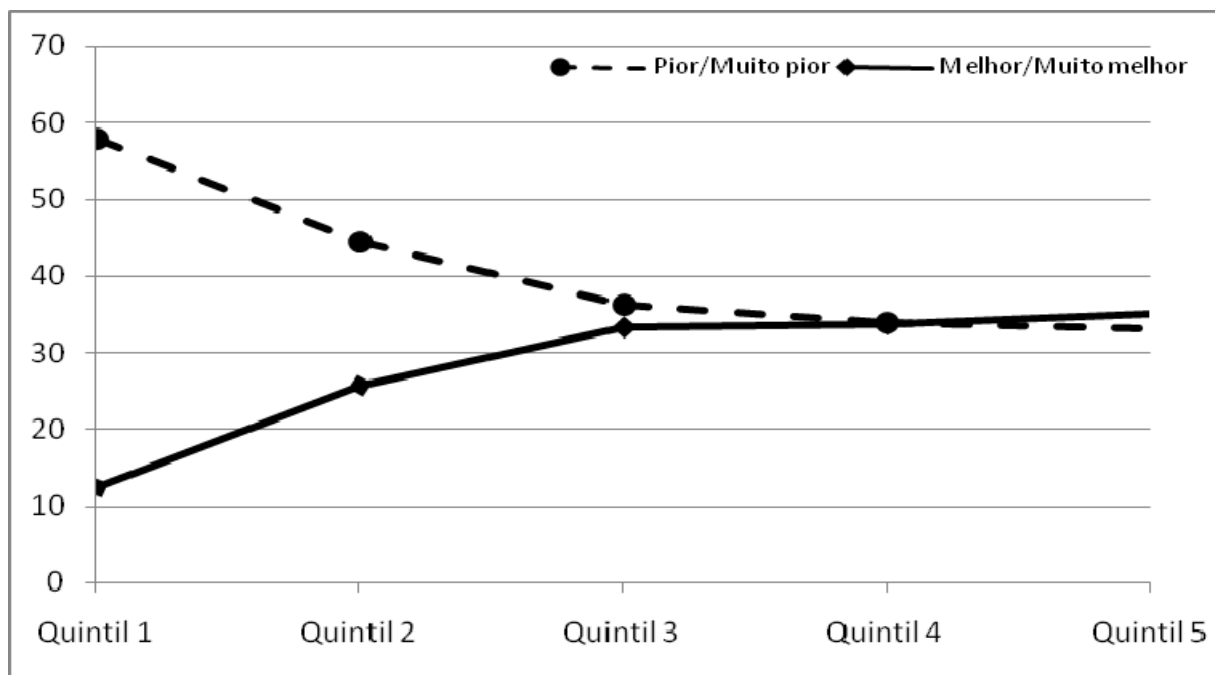
Em resumo, pode-se concluir que 41,0% dos agregados familiares entrevistados opinou que a sua situação económica no último ano era pior ou muito pior, 28,0% considerou que era melhor ou muito melhor e 30,0% declarou que não se alterou. A análise comparativa dos dois inquéritos regista uma redução de 9 pp de agregados familiares que são de opinião que a sua situação económica no último ano era pior ou muito pior e contrariamente a esta tendência verifica-se um aumento de 7 pp de agregados familiares que tem percepção favorável da sua situação económica em relação ao último ano, i.e, a situação era melhor ou muito melhor. A proporção de agregados familiares que acham que a sua situação se manteve estacionária ou na mesma regista uma diferença não significativa.

Gráfico 4.8 Percentagem de agregados familiares segundo percepção da situação económica Moçambique, 2008/9



O Gráfico 4.9 mostra a relação entre o nível de despesa dos agregados familiares por quintis e a opinião sobre a situação económica. Como tendência geral, verifica-se que à medida que o nível de despesa aumenta, a opinião passa de pior ou muito pior para melhor ou muito melhor. Dos agregados familiares do 1º quintil, isto é, dos mais pobres, 58,0% responderam que a sua situação era pior ou muito pior e somente 13,0% acharam que era melhor ou muito melhor. No 5º quintil, 33,0% dos agregados familiares dos mais ricos declararam que a sua situação económica havia piorado ou era muito pior, enquanto que para 35,0% acharam que era melhor ou muito melhor. A proporção complementar dos dois dados indica a percentagem dos agregados familiares que acharam que a situação não mudou.

Gráfico 4.9 Percentagem de agregados familiares por quintis de despesa, segundo percepção da situação económica Moçambique, 2008/9



O Quadro 4.17 e Gráfico 4.10, mostram a percepção da situação económica por províncias. Geralmente, a percentagem da população que considera que a situação económica melhorou é superior na região Norte do país (33,0%) do que na região Sul (24,0%). Niassa é a província com maior percentagem dos agregados que considerou que a sua situação económica melhorou ou é muito melhor (44,0%) e a menor percentagem (29,0%) dos que acham que piorou ou piorou muito. De realçar que a província de Cabo Delgado também supera a média regional com 40,0% da sua população a ter uma melhoria/ou muito melhor da sua situação económica. Ainda na região norte, pela negativa destaque vai para a província de Nampula, onde cerca de 49,0% da população acha que a qualidade de vida baixou drasticamente, i.e., é pior/ou muito pior chegando a superar a média regional que é em média cerca de 41,0% para todas as regiões do país.

Na região centro do país somente a província de Tete, tem a percentagem dos agregados familiares satisfeitos com a sua situação económica em cerca de 38,0%, que supera a média regional de 26,0% enquanto Sofala apresenta uma cifra acima de 50,0% da população que acha que piorou ou é muito pior.

Na região sul, Maputo província e Maputo Cidade são as províncias com maior percentagem de agregados familiares que afirmam ter piorado ou ser muito pior a sua situação económica em cerca de 46,0% e 54,0% (sendo esta última a mais elevada não só da região assim como do país), respectivamente. Estas mesmas províncias apresentam valores mais baixos da região e do país para a condição melhor e muito melhor. Nesta região, para província de Inhambane, cerca de 32,0% da população diz que piorou ou é muito pior e cerca de 35,0% da população tem uma percepção de melhoria ou muito melhor da sua condição sócio económico.

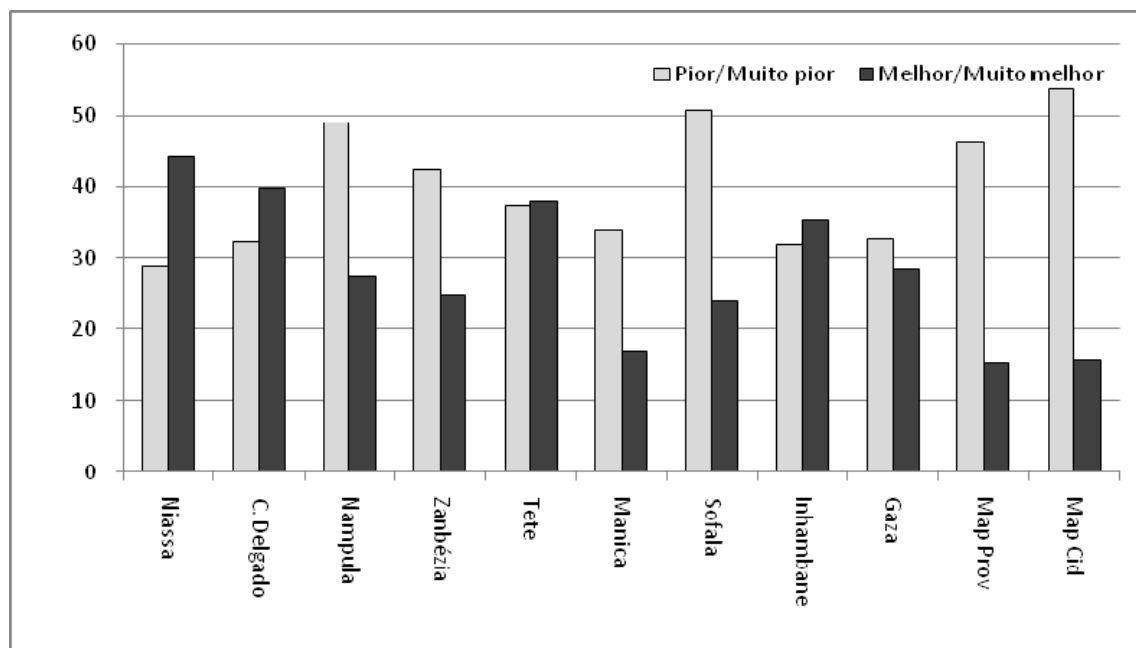
Quadro 4.17 Percepção da situação económica de agregados familiares segundo províncias. Moçambique, 2002/3 e 2008/9

Províncias	2002/3		2008/9	
	Pior ou muito pior	Melhor ou muito melhor	Pior ou muito pior	Melhor ou muito melhor
Niassa	39,0	26,0	29,0	44,0
Cabo Delgado	27,0	38,0	32,0	40,0
Nampula	42,0	24,0	49,0	27,0
Zambézia	64,0	19,0	43,0	25,0
Tete	56,0	18,0	37,0	38,0
Manica	44,0	25,0	34,0	17,0
Sofala	34,0	21,0	51,0	24,0
Inhambane	71,0	10,0	32,0	35,0
Gaza	60,0	14,0	33,0	29,0
Maputo Província	52,0	64,0	46,0	15,0
Maputo Cidade	64,0	14,0	54,0	16,0

De uma maneira geral, pode se afirmar que relativamente a 2002/03 regista-se uma melhoria, apesar de ainda se verificar percentagens elevadas de população que tem uma percepção de pior ou muito pior a sua situação económica.

A província de Inhambane merece uma análise especial por registar uma tendência que se pode considerar um caso de sucesso se comparado com o inquérito precedente. No inquérito 2002/03 era a província com maior percentagem de população que tinha uma percepção de ter piorado ou muito pior a sua situação económica a nível nacional com cerca de 71,0% de agregados familiares, tendo reduzido para cerca de 32,0%. No caso de percepção melhor ou muito melhor, também era uma das províncias com percentagem mais baixa, cerca de 10,0%, tendo no actual inquérito apresentado uma percentagem de 35,0%, correspondendo a uma subida de 25 pp.

Gráfico 4.10 Percentagem de agregados familiares segundo percepção da situação económica por Província Moçambique, 2008/9



4.8 Condições da habitação e sua relação com as despesas

A habitação é uma das necessidades básicas para a população. Por isso, uma habitação adequada para todos constitui um direito humano universal. A habitação não se limita apenas às qualidades físicas da sua construção como tal, inclui o acesso aos sistemas essenciais de abastecimento de água potável, saneamento (casa de banho, latrina, etc.), fornecimento de electricidade e outros serviços.

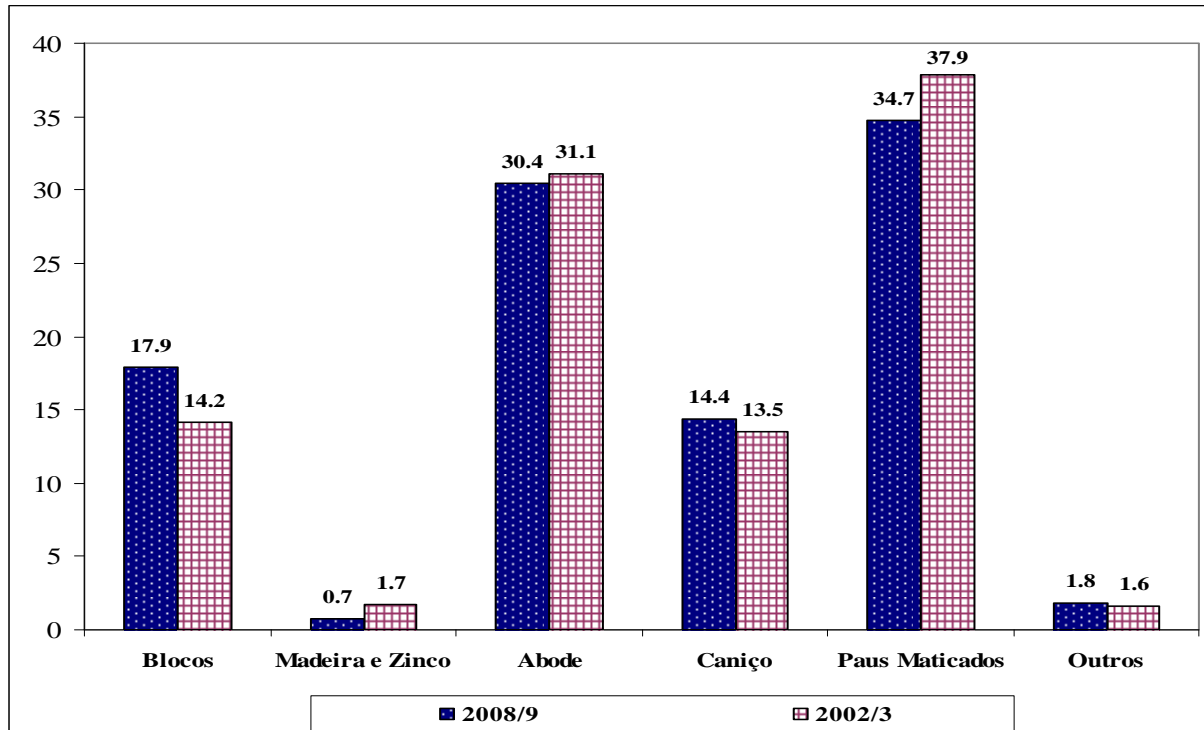
As características físicas das habitações, especialmente o material usado para a sua construção, e o acesso a serviços básicos são, para o caso de Moçambique, indicadores importantes do nível de vida dos agregados familiares e dos seus membros. Por isso, na maior parte dos inquéritos realizados pelo INE, tem-se recolhido esta informação para acompanhar a evolução e melhoramento dos referidos indicadores. No presente capítulo, são analisadas as condições de habitação e sua relação com as despesas dos agregados familiares.

4.9 Material de Construção Predominante na Habitação

No questionário do IOF 2008/9 foram incluídas perguntas que permitem identificar a qualidade da habitação em Moçambique em função do material predominante na construção das paredes, cobertura e pavimento. Neste relatório, faz-se uma análise comparativa entre os resultados do IAF 2002/3 e os do IOF 2008/9.

O Gráfico 5.1, mostra que, em geral, tanto em 2002/3, como em 2008/9, o material predominante nas paredes são paus maticados e adobe.

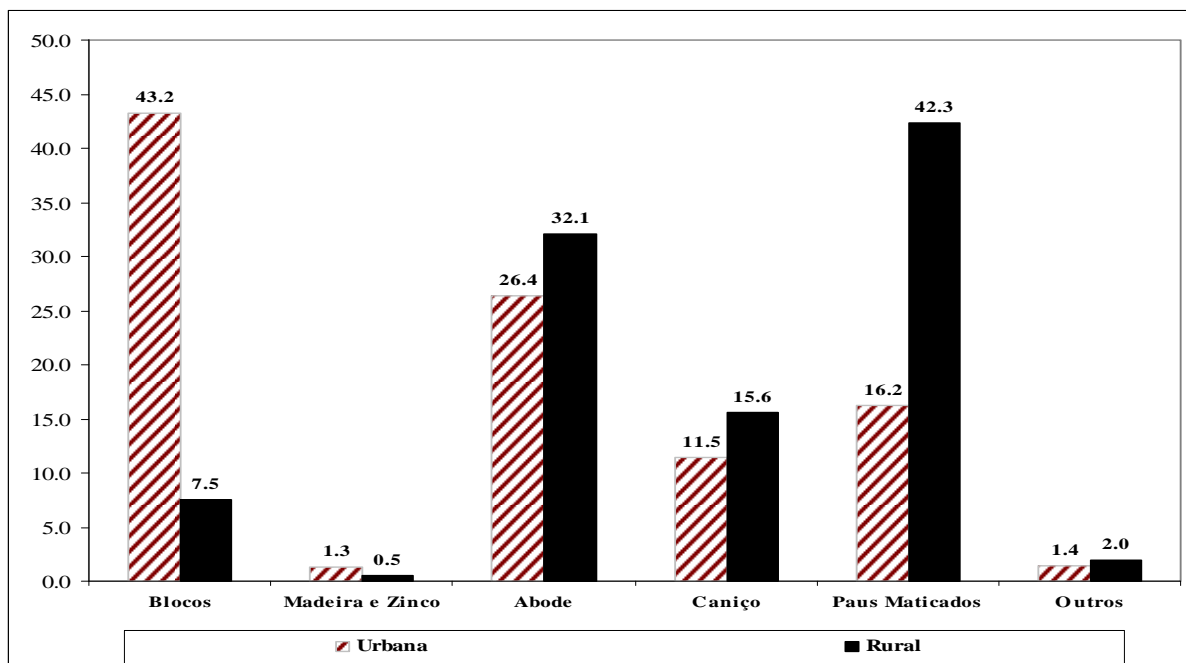
Gráfico 5.1 Distribuição percentual dos agregados familiares segundo material usado nas paredes das suas casas Moçambique, 2002/3 e 2008/9



A percentagem de agregados familiares cujas habitações foram construídas de paredes com paus maticados e adobe, reduziu de 37.9% e 31.1%, respectivamente em 2002/3, para 34.7% e 30.4%, em 2008/9. Em contrapartida, a percentagem de agregados com habitações com paredes construídas com blocos registaram um ligeiro crescimento ao passar de 14.2% em 2002/3, para 17.9% em 2008/9.

A variação do tipo de material usado na construção de paredes por área de residência é mostrada no Gráfico 5.2. Nota-se que nas áreas urbanas, destacam-se mais as casas cujas paredes foram construídas com blocos (43.2%), enquanto, que nas rurais predominam as de paus maticados (42.2%). Em relação às casas de caniço e madeira e zinco, as diferenças são muito pequenas entre as áreas rurais e urbanas.

Gráfico 5.2: Distribuição percentual dos agregados familiares segundo material usado nas paredes das suas casas por área de residência Moçambique, 2002/3 e 2008/9



Os dados do Quadro 5.1 mostram a distribuição percentual dos agregados familiares de acordo com o material usado na construção das paredes das habitações. Em todas as províncias, com a exceção do Maputo Cidade, 86.9% e do Maputo Província, 67.2%, mais de 70% de casas foram construídas com paredes de adobe, madeira e zinco, paus maticados ou caniço.

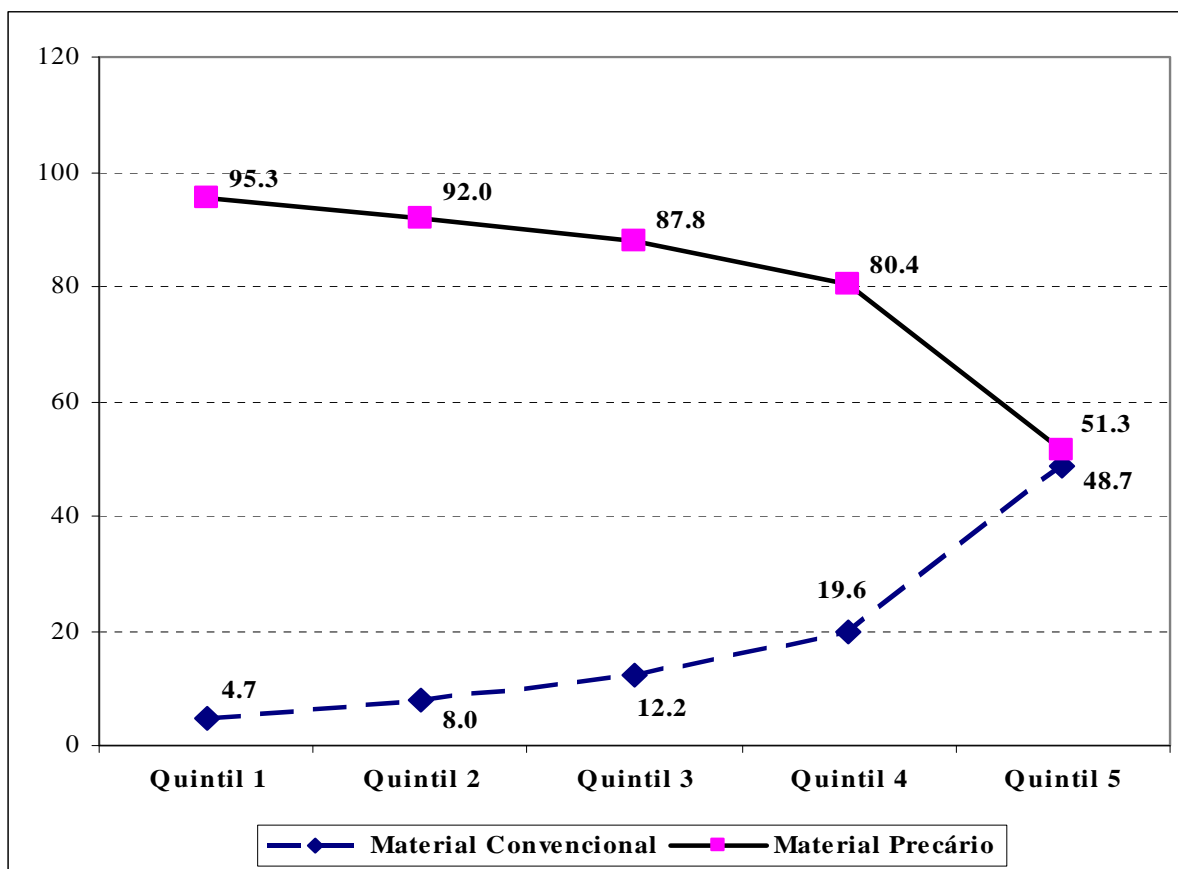
Os dados deste quadro, indicam que não houve evolução quanto a utilização de blocos na construção das paredes da habitação. Em algumas províncias, por exemplo, de Nampula, Cabo Delgado, a tendência foi de diminuição.

Quadro 5.1: Distribuição percentual dos agregados familiares por material usado nas paredes das suas casas segundo Província. Moçambique, 2002/3 e 2008/9

Províncias	Material de construção das paredes						Total	N
	Blocos	Madeira e Zinco	Adobe	Caniço	Paus Maticados	Outros		
2008/9								
Total	17.9	0.7	30.4	14.4	34.7	1.8	100.0	4,611,545
Niassa	6.6	0.4	72.0	5.3	15.6	0.1	100.0	278,879
Cabo Delgado	2.2	0.1	14.9	0.7	81.8	0.3	100.0	406,325
Nampula	5.0	0.4	54.6	2.3	35.9	1.9	100.0	925,672
Zambezia	9.5	0.1	46.8	16.2	27.0	0.4	100.0	865,838
Tete	17.2	0.0	23.2	1.7	44.8	13.0	100.0	406,226
Manica	13.3	0.2	38.9	7.7	39.8	0.1	100.0	317,941
Sofala	21.0	0.2	3.5	18.9	55.9	0.5	100.0	327,893
Inhambane	13.4	4.2	0.0	60.2	22.0	0.1	100.0	282,104
Gaza	18.2	1.0	0.7	47.3	32.3	0.5	100.0	268,558
Maputo provincia	67.2	0.5	0.0	25.1	6.1	1.1	100.0	301,182
Maputo cidade	86.9	4.3	0.1	8.4	0.0	0.3	100.0	230,927
2002/3								
Total	14.2	1.7	31.1	13.5	37.9	1.6	100.0	3,808,433
Niassa	4.4	1.3	62.5	5.4	26.0	0.4	100.0	183,912
Cabo Delgado	3.6	0.1	12.8	0.7	82.6	0.2	100.0	395,054
Nampula	8.9	52.9	0.4	0.9	35.7	1.2	100.0	789,932
Zambezia	2.0	1.2	50.9	6.1	37.2	2.6	100.0	743,455
Tete	8.0	0.8	32.3	2.7	53.4	2.8	100.0	300,120
Manica	13.2	0.1	46.3	9.4	29.1	1.9	100.0	213,515
Sofala	19.6	5.8	9.2	14.8	47.4	3.2	100.0	275,369
Inhambane	12.6	4.0	0.4	54.3	27.5	1.2	100.0	287,433
Gaza	17.7	0.7	0.0	53.3	28.3	0.0	100.0	243,710
Maputo provincia	53.1	2.4	0.0	38.1	4.8	1.6	100.0	208,347
Maputo cidade	81.3	8.5	0.3	9.4	0.1	0.4	100.0	167,587

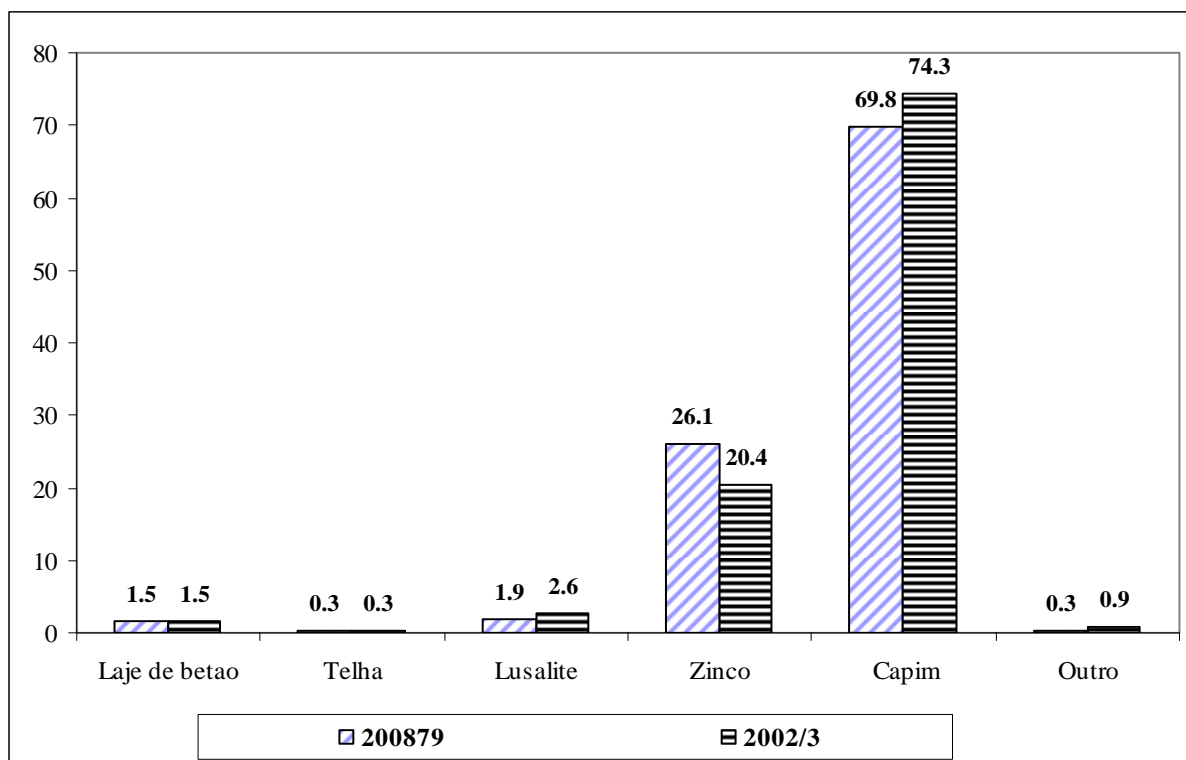
O Gráfico 5.3 apresenta a relação entre as despesas de agregados familiares e o material usado na construção das paredes. Aqui nota-se que, existe uma forte relação entre o nível de despesas e o material de construção. Assim, a percentagem de casas com paredes construídas com material convencional (blocos de cimento ou tijolo), varia de 4.7% no 1º Quintil a 48.7% no 5º Quintil. Em contrapartida, o uso de material precário (paus maticados, adobe, caniço), tende a decrescer do 1º quintil em diante.

Gráfico 5.3: Distribuição percentual dos agregados familiares segundo material usado nas paredes das suas casas. Moçambique, 2008/9



Em Moçambique, o capim é o material predominante na cobertura das habitações (69.8%) seguindo-se chapas de zinco, com 26.1% (vide o Gráfico 5.4).

Gráfico 5.4: Distribuição percentual dos agregados familiares segundo material de cobertura das suas casas. Moçambique, 2008/9 e 2002/3



No entanto, pode-se observar que o uso de capim está a reduzir gradualmente, dando lugar ao das chapas de zinco. De acordo com os dados do IAF2002/3, as casas cobertas de capim representavam 74.3%; e os resultados do IOF 2008/9 mostram que esta percentagem reduziu para 69.8%. As casas cobertas de chapas de zinco, que em 2002/3 representavam 20.4%, passaram para 26.1% em 2008/9.

Os dados apresentados no Quadro 5.2 mostram que a maioria de agregados familiares, com a exceção dos que vivem nas Províncias de Maputo, Maputo Cidade e Gaza, habitam em casas cobertas de capim. Assim, excluindo as três províncias, todas as outras estão acima de 50% em termos de percentagem de casas cobertas de capim. No entanto, em todas as províncias, nota-se embora ligeiro, aumento de casas cobertas de chapas de zinco.

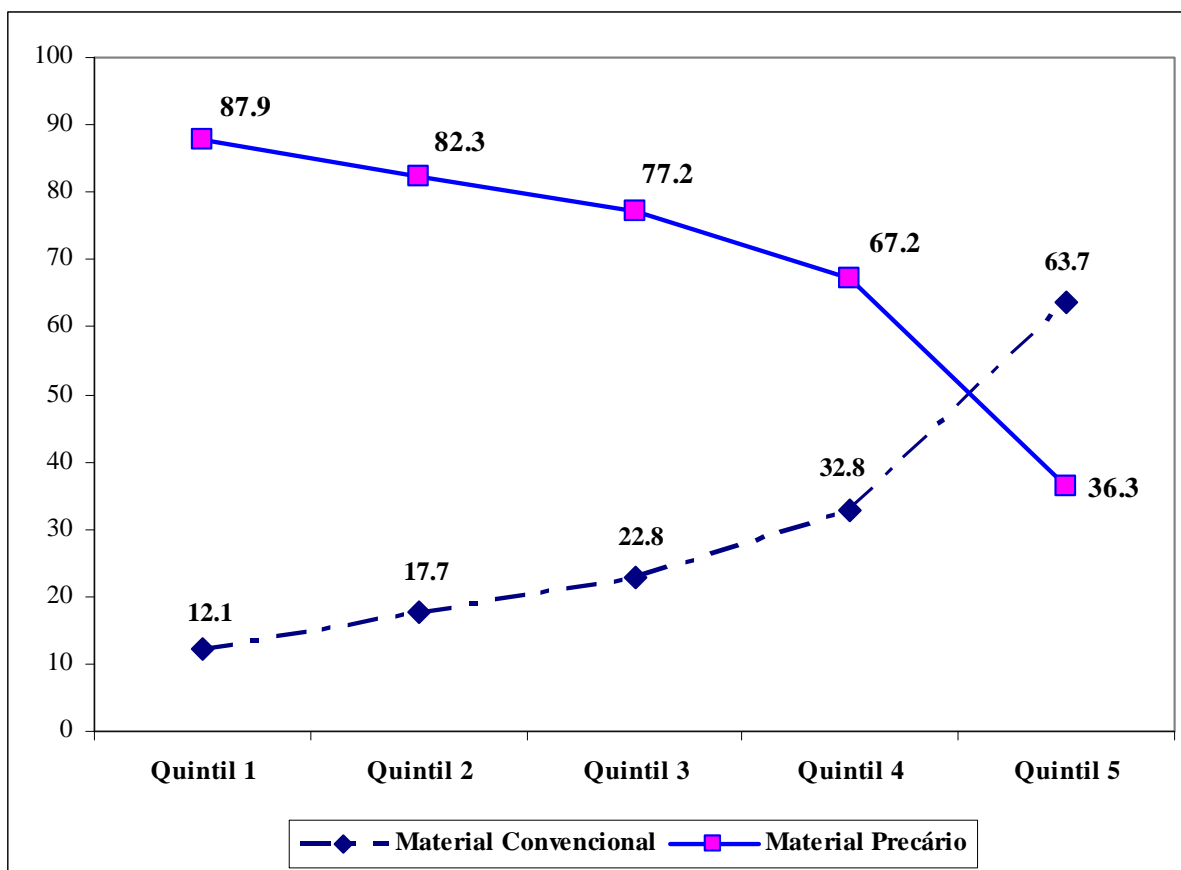
Quadro 5.2: Distribuição percentual dos agregados familiares segundo material de cobertura das casas segundo Província. Moçambique, 2008/9 e 2002/3

Províncias	Material de cobertura						Total	N
	Laje de Betão	Telha	Lusalite	Zinco	Capim	Outro		
2008/9								
Total	1.5	0.3	1.9	26.1	69.8	0.3	100.0	4,611,545
Niassa	0.0	0.2	1.2	6.6	91.8	0.1	100.0	278,879
Cabo Delgado	0.1	0.1	0.3	10.7	88.3	0.5	100.0	406,325
Nampula	1.5	0.5	1.4	8.4	87.8	0.4	100.0	925,672
Zambezia	0.2	0.1	0.6	10.7	88.3	0.0	100.0	865,838
Tete	0.0	0.1	0.8	14.5	84.1	0.6	100.0	406,226
Manica	0.0	0.0	3.2	22.4	74.1	0.4	100.0	317,941
Sofala	2.7	0.3	9.5	26.6	60.4	0.5	100.0	327,893
Inhambane	1.3	0.0	1.5	43.0	53.9	0.2	100.0	282,104
Gaza	0.5	0.7	2.1	64.6	32.1	0.1	100.0	268,558
Maputo província	1.8	1.3	1.4	89.7	5.0	0.8	100.0	301,182
Maputo cidade	14.5	0.2	3.0	82.1	0.2	0.1	100.0	230,927
2002/3								
Total	1.5	0.3	2.6	20.4	74.3	0.9	100.0	3,808,433
Niassa	0.0	0.0	2.2	2.3	95.2	0.3	100.0	183,912
Cabo Delgado	1.4	0.0	1.5	3.9	92.9	0.3	100.0	395,054
Nampula	0.1	0.0	1.5	6.5	89.2	2.7	100.0	789,932
Zambezia	0.0	0.0	0.6	3.6	95.8	0.0	100.0	743,455
Tete	0.1	0.0	2.2	9.5	87.7	0.5	100.0	300,120
Manica	0.3	0.0	7.0	16.1	76.6	0.0	100.0	213,515
Sofala	4.0	0.0	11.1	22.3	60.3	2.3	100.0	275,369
Inhambane	0.8	0.0	2.0	34.9	62.2	0.1	100.0	287,433
Gaza	1.1	1.6	3.0	57.9	35.9	0.5	100.0	243,710
Maputo província	5.3	1.5	2.7	84.1	5.6	0.8	100.0	208,347
Maputo cidade	14.0	1.9	2.5	81.1	0.2	0.3	100.0	167,587

A relação entre as despesas e o material da cobertura da habitação apresenta-se no Gráfico 6.5. Verifica-se que o material usado na cobertura varia de acordo com o nível das despesas.

Assim, à medida que o nível de despesas aumenta, incrementa a percentagem de agregados familiares cujo material de cobertura é convencional (isto é, zinco, lusalite, telha e laje de betão) acontecendo o contrário para os agregados cujo material é considerado precário (capim e outros).

Gráfico 6.5 Distribuição percentual dos agregados familiares segundo material na cobertura das suas casas por quintís de despesa. Moçambique, 2008/9

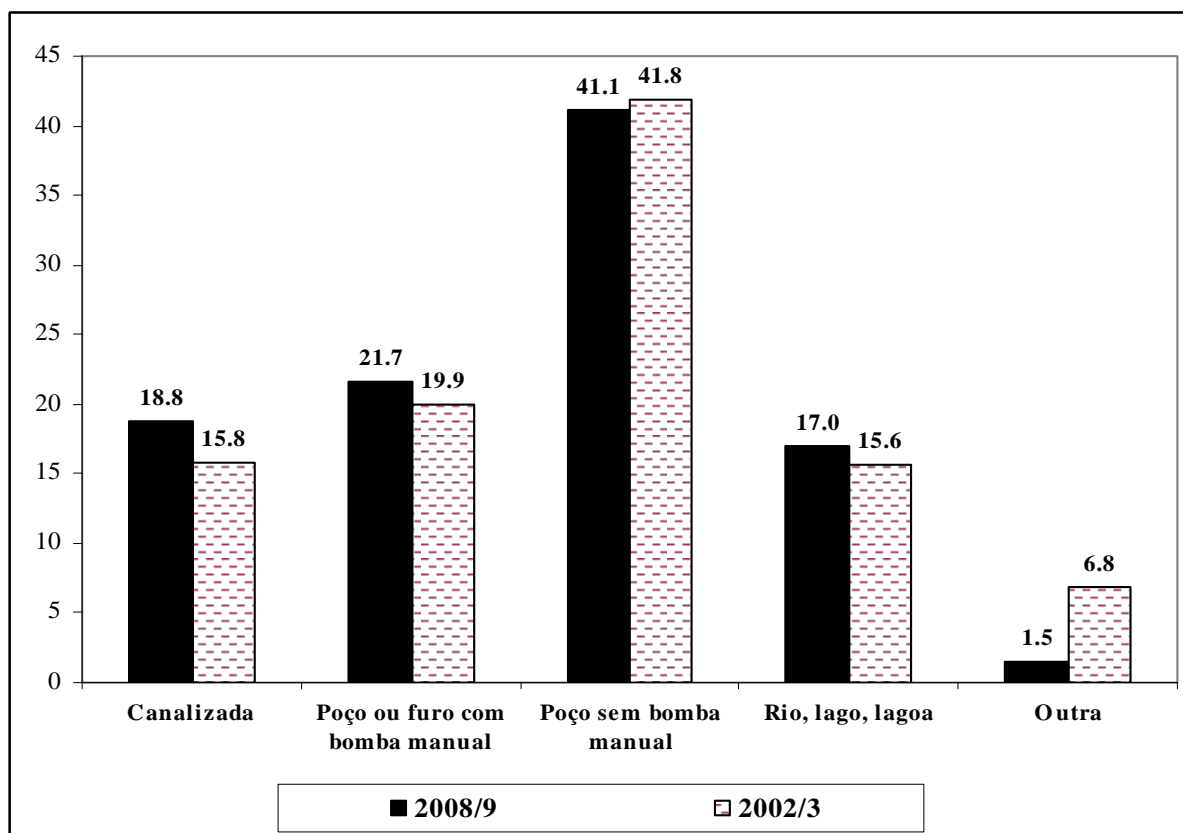


5 5.2 PRINCIPAL FONTE DE ÁGUA

O acesso a água potável é um bom indicador das condições de saúde preventiva da população. O IOF 2008/9 e IAF 2002/3 recolheram informação sobre a principal fonte de abastecimento de água para beber que o agregado familiar usa, a qual permite acompanhar o estado de evolução do fornecimento de água potável à população.

O Gráfico 5.6, apresenta os agregados familiares por fonte de água que usam para beber. Observa-se que as principais fontes de água no País são poços sem bomba manual, seguidos de poços e furos com bomba manual e água canalizada. De acordo com os dados contidos do Gráfico 5.6, de 2002/3 para 2008/9, houve um aumento de agregados familiares que utilizam água canalizada, de 15.8% para 18.8%, respectivamente.

Gráfico 5.6: Agregados familiares por principal fonte de água para beber. Moçambique, 2008/9 e 2002/3



O Quadro 5.3 apresenta as principais fontes de água para beber, segundo área de residência e província. Nota-se que nas áreas urbanas destaca-se mais água canalizada, enquanto nas rurais, as principais fontes de água são poços sem bomba manual, com mais de 47% do total de agregados familiares; embora esta percentagem esteja a representar uma redução, pois em 2002/3, esta percentagem foi de quase 52%.

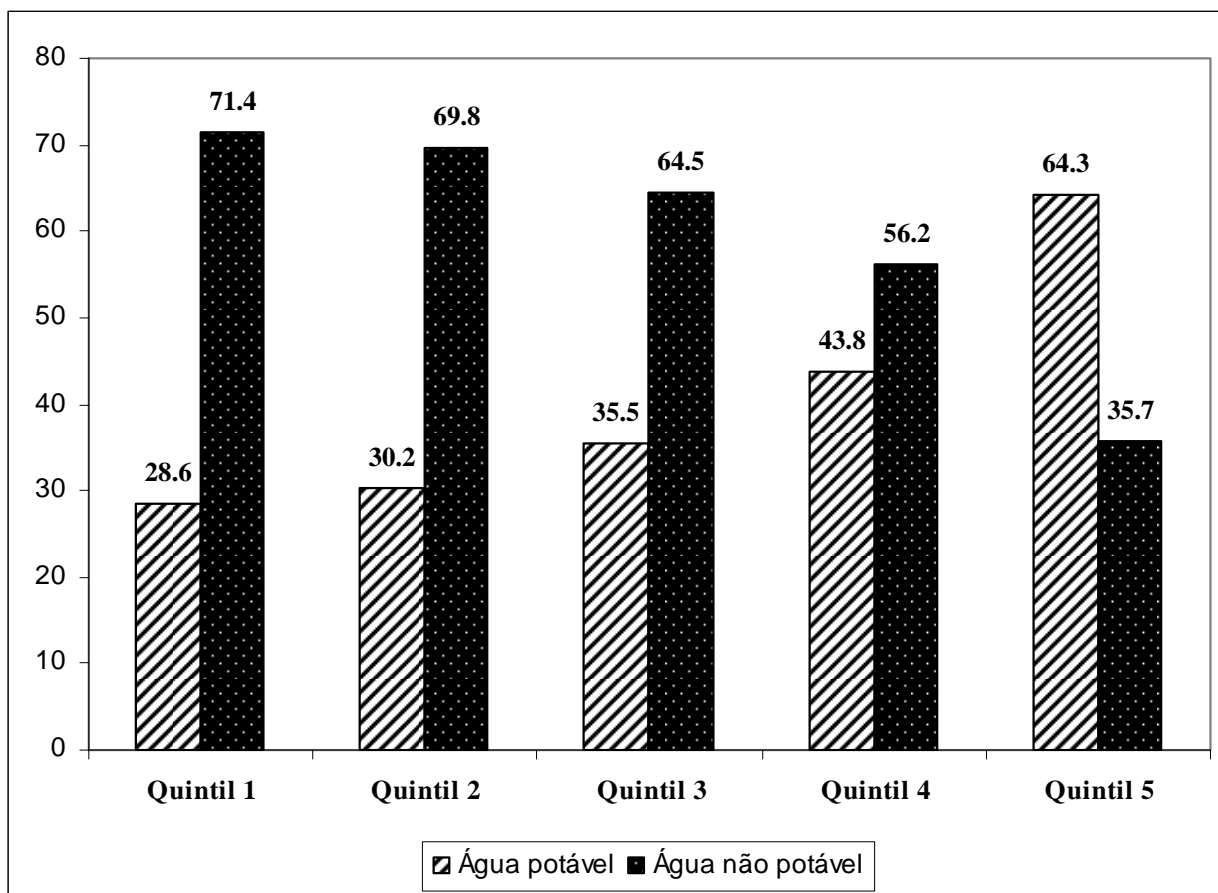
Por província, observa-se que apenas Maputo Cidade é que tem 95% de seus agregados familiares com acesso à água canalizada, seguindo, a província de Maputo com 46.6%. Na maioria das restantes províncias, os poços constituem a principal fonte de água.

Quadro 5.3: Agregados familiares por tipo de fonte de água, segundo áreas de residência e Províncias. Moçambique, 2002/3

Área de Residência e Província	Principal fonte de água para beber					Total	N
	Canalizada	Poço ou furo com bomba manual	Poço sem bomba manual	Rio, lago, lagoa	Outra		
2008/9							
Total	18.8	21.7	41.1	17.0	1.5	100.0	4,611,545
Área de residência							
Urbana	54.2	10.5	26.5	5.6	3.3	100.0	1,341,231
Rural	4.2	26.3	47.1	21.7	0.7	100.0	3,270,314
Província							
Niassa	6.8	34.9	30.8	27.4	0.0	100.0	278,879
Cabo Delgado	9.0	25.2	51.6	13.9	0.3	100.0	406,325
Nampula	14.0	21.7	42.8	21.3	0.2	100.0	925,672
Zambezia	7.1	13.0	65.8	13.8	0.3	100.0	865,838
Tete	13.8	35.0	28.1	22.7	0.3	100.0	406,226
Manica	5.0	31.8	36.4	26.9	0.0	100.0	317,941
Sofala	24.5	25.6	33.9	14.3	1.7	100.0	327,893
Inhambane	11.4	17.9	50.2	19.0	1.5	100.0	282,104
Gaza	27.6	24.4	35.1	11.2	1.7	100.0	268,558
Maputo província	46.6	13.1	16.9	8.8	14.6	100.0	301,182
Maputo cidade	95.0	1.3	2.6	0.0	1.1	100.0	230,927
2002/3							
Total	15.8	19.9	41.9	15.6	6.8	100.0	3,808,433
Área de residência							
Urbana	41.8	15.9	18.9	2.7	20.7	100.0	1,136,285
Rural	4.8	21.6	51.5	21.1	1.0	100.0	2,672,152
Província							
Niassa	5.0	25.2	51.3	18.4	0.1	100.0	183,912
Cabo Delgado	13.7	27.9	43.2	12.1	3.1	100.0	395,054
Nampula	19.8	12.5	42.6	18.0	7.1	100.0	789,932
Zambezia	6.0	7.7	66.4	17.9	2.0	100.0	743,455
Tete	9.3	32.3	31.8	26.6	0.0	100.0	300,120
Manica	14.9	32.2	26.2	25.7	1.0	100.0	213,515
Sofala	26.5	21.2	30.6	13.8	7.9	100.0	275,369
Inhambane	6.1	25.5	53.9	8.3	6.2	100.0	287,433
Gaza	7.9	42.3	27.3	11.3	11.2	100.0	243,710
Maputo província	31.6	17.3	19.8	6.9	24.4	100.0	208,347
Maputo cidade	61.0	5.2	0.0	0.0	33.8	100.0	167,587

De acordo com os dados do Gráfico 5.7, que estabelece a relação entre as despesas e fonte de água, pode-se observar que os mais pobres apresentam níveis mais baixos de acesso a água potável (canalizada e poços ou furos com bomba manual), que os mais ricos (28.6% no 1º quintil contra 64.3% do 5º quintil). Em contrapartida, o uso de água não potável (poços sem bomba manual, rios, lagos, e lagoa) tende a baixar do 1º ao 5ºquintil.

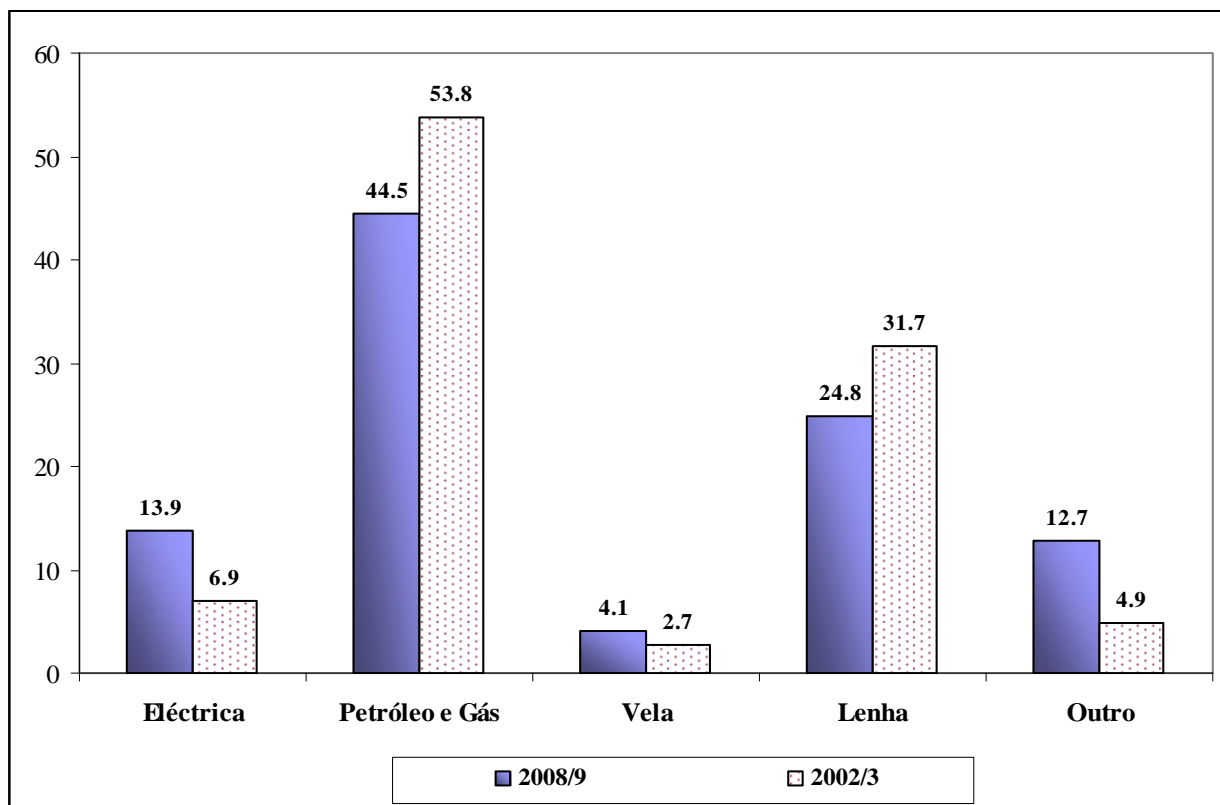
Gráfico 5.7: agregados familiares por tipo de fonte de água segundo quintís de despesa. Moçambique, 2008/9



5.1 5.3 Fonte de Energia Para Iluminação

O Gráfico 6.8 apresenta a distribuição dos agregados familiares por principal fonte de energia para iluminação. A nível nacional, petróleo/gás é a principal fonte de iluminação, seguida de lenha. No entanto, nota-se uma redução da utilização do petróleo/gás e lenha como fonte de iluminação e uma subida de electricidade, que passou de 6.9% em 2002/3 para 13.9% em 2008/9.

Gráfico 5.8: Principal fonte de energia para iluminação. Moçambique, 2008/9 e 2002/3



Por área de residência como mostra o Quadro 5.7, principais fontes de iluminação na área rural continua a ser petróleo/gás e lenha, enquanto na urbana, a principal fonte de iluminação, passa a ser energia eléctrica e petróleo/gás. De salientar que o uso de energia eléctrica nas áreas urbanas, tem conhecido um crescimento assinalável, pois passou de 21.7% em 2002/3 para 42.1% em 2008/9.

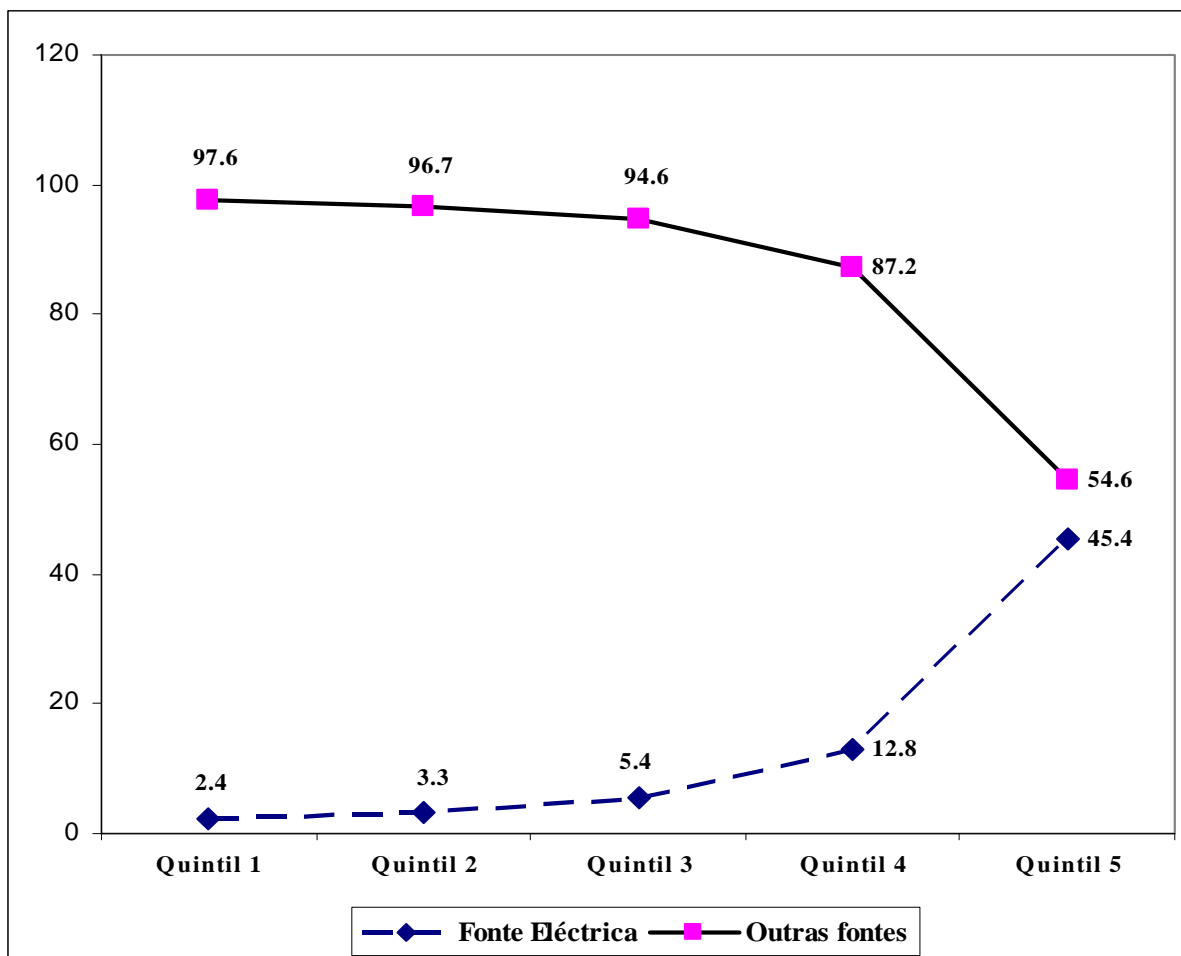
A nível de províncias, com a excepção de Gaza (14.4%), Sofala (17.3%), Maputo Província (46.0%) e Maputo Cidade (73.8%), o uso de energia eléctrica para iluminação cobre menos de 10% de agregados familiares.

Quadro 5.7: Distribuição percentual dos agregados familiares por tipo de energia utilizada para iluminação, segundo área de residência e Província. Moçambique, 2008/9 e 2002/3

Área de Residência e Província	Fonte de energia para iluminação					Total	N
	Eléctrica	Petróleo e Gás	Vela	Lenha	Outro		
2008/9							
Total	13.9	44.5	4.1	24.8	12.7	100.0	4,611,545
Área de Residência							
Urbana	42.1	43.1	5.6	6.8	2.5	100.0	1,341,231
Rural	2.3	45.1	3.4	32.2	17.0	100.0	3,270,314
Província							
Niassa	6.0	40.7	6.2	27.3	19.8	100.0	278,879
Cabo Delgado	5.1	31.1	1.1	38.8	23.9	100.0	406,325
Nampula	9.0	49.8	0.4	25.0	15.8	100.0	925,672
Zambezia	4.5	35.5	2.7	34.2	23.0	100.0	865,838
Tete	6.2	39.6	5.0	30.1	19.0	100.0	406,226
Manica	9.2	54.4	1.6	34.6	0.1	100.0	317,941
Sofala	17.3	50.0	1.1	30.5	1.1	100.0	327,893
Inhambane	7.5	71.8	8.2	11.3	1.2	100.0	282,104
Gaza	14.4	64.3	14.6	5.0	1.7	100.0	268,558
Maputo provincia	46.0	41.8	10.1	1.9	0.2	100.0	301,182
Maputo cidade	73.8	19.0	7.1	0.1	0.0	100.0	230,927
2002/3							
Total	6.9	53.8	2.7	31.7	4.9	100.0	3,808,433
Área de Residência							
Urbana	21.7	66.4	5.8	5.0	1.1	100.0	1,136,285
Rural	0.6	48.5	1.4	43.0	6.5	100.0	2,672,152
Província							
Niassa	4.4	59.2	1.6	30.1	4.7	100.0	183,912
Cabo Delgado	3.0	40.4	0.0	56.5	0.1	100.0	395,054
Nampula	4.9	57.1	0.7	35.1	2.2	100.0	789,932
Zambezia	2.7	44.4	0.6	34.1	18.2	100.0	743,455
Tete	3.5	41.3	1.9	48.4	4.9	100.0	300,120
Manica	6.3	50.6	1.2	41.7	0.2	100.0	213,515
Sofala	6.7	56.1	1.5	33.8	1.9	100.0	275,369
Inhambane	3.3	77.9	3.2	15.4	0.2	100.0	287,433
Gaza	7.3	73.8	11.5	6.9	0.5	100.0	243,710
Maputo Provincia	18.2	69.3	8.1	4.1	0.3	100.0	208,347
Maputo Cidade	46.0	38.9	14.8	0.1	0.2	100.0	167,587

Para analisar a variação de fontes de energia de iluminação, utilizando quintis de despesas, agrupou-se as fontes em eléctricas (eléctrica, gerador e bateria) e em outras fontes (petróleo, gás, lenha, vela e outras). Os resultados mostram que, o uso de energia eléctrica para iluminação, varia do 1º ao 5º quintil, de 2.4% para 45.4%, respectivamente (Gráfico 5.9). No entanto, nota-se que nos últimos quintis, o uso de outras fontes da iluminação é elevado (54.6%).

Gráfico 5.9 Agregados familiares por uso de electricidade e lenha para iluminação. Moçambique, 2008/9



5.2 5.4 Saneamento

Embora o conceito de “ saneamento” seja bastante amplo, tanto o IOF 2008/9, como no IAF 200/3, este conceito é usado para indicar o tipo de casas de banho que o agregado possui. Os dados do Quadro 5.8, mostram que a maioria dos agregados familiares declarou não ter nenhuma casa de banho ou usar o mato para satisfazer as suas necessidades (mais de 49%), embora essa percentagem represente uma diminuição, uma vez que em 2002/3, esta foi de 54.7%.

Registam-se diferenças entre as áreas de residência. Na área rural a percentagem de agregados familiares sem casa de banho ou que usam mato é de 60.2% contra 22.3% no urbano e esta tendência representa continuidade daquilo que se registou a cinco anos atrás. No segundo lugar estão os agregados familiares que usam latrinas não melhoradas, com mais de 34.8% em quase todos os domínios de análise representados neste quadro.

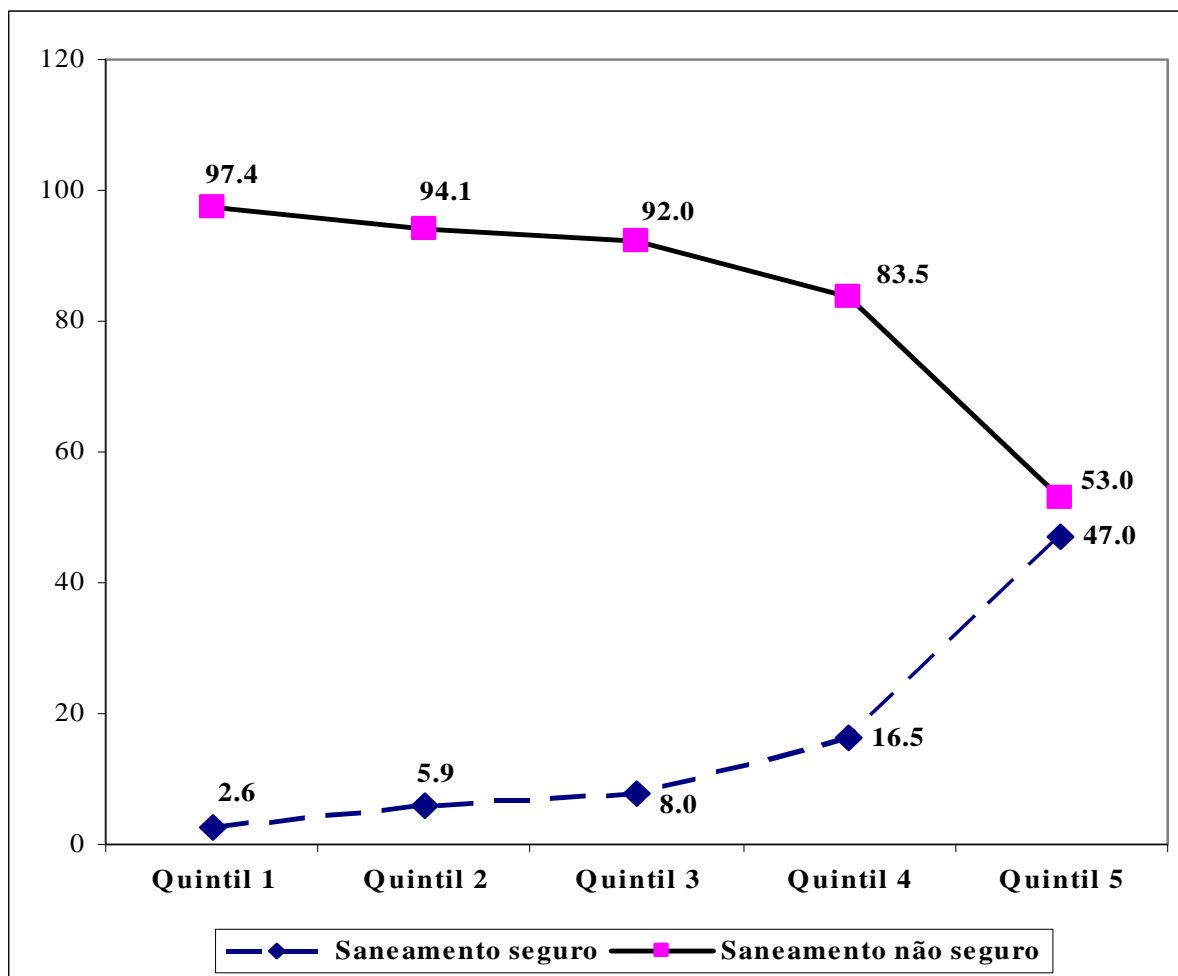
Quadro 5.8: Agregados familiares por tipo de saneamento segundoâores de residência e Províncias. Moçambique, 2008/9 e 2002/3

Área de Residência e Província	Tipo de saneamento					Total	N
	Retrete ligada a fossa séptica	Latrina Melhorada	Latrina não Melhorada	Não tem Latrina	Outro		
2008/9							
Total	4.1	11.9	34.8	49.2	0.1	100.0	4,611,545
Área de residência							
Urbana	13.2	28.4	36.0	22.3	0.1	100.0	1,341,231
Rural	0.3	5.2	34.3	60.2	0.1	100.0	3,270,314
Província							
Niassa	1.0	16.1	58.9	24.1	0.0	100.0	278,879
Cabo Delgado	0.5	3.9	60.4	35.2	0.0	100.0	406,325
Nampula	1.3	4.9	33.4	60.2	0.2	100.0	925,672
Zambezia	1.0	4.5	17.4	77.0	0.0	100.0	865,838
Tete	0.4	5.4	33.3	60.9	0.0	100.0	406,226
Manica	2.0	6.4	41.2	50.4	0.0	100.0	317,941
Sofala	5.8	18.3	13.4	62.5	0.0	100.0	327,893
Inhambane	1.0	18.1	45.3	35.6	0.0	100.0	282,104
Gaza	1.4	12.9	59.0	26.6	0.1	100.0	268,558
Maputo província	19.3	34.7	30.7	15.3	0.0	100.0	301,182
Maputo cidade	30.2	48.8	20.1	0.9	0.0	100.0	230,927
2002/3							
Total	3.8	7.4	33.6	54.7	0.5	100.0	3,808,433
Área de residência							
Urbana	12.0	20.6	39.1	27.3	1.0	100.0	1,136,285
Rural	0.3	1.8	31.2	66.4	0.3	100.0	2,672,152
Província							
Niassa	0.5	4.4	65.1	29.6	0.4	100.0	183,912
Cabo Delgado	2.7	3.3	47.0	47.0	0.0	100.0	395,054
Nampula	0.8	4.6	20.8	72.9	0.9	100.0	789,932
Zambezia	1.1	1.8	16.3	80.6	0.2	100.0	743,455
Tete	1.2	2.0	39.5	57.3	0.0	100.0	300,120
Manica	2.9	17.4	25.3	54.4	0.0	100.0	213,515
Sofala	7.1	7.1	14.6	68.6	2.6	100.0	275,369
Inhambane	0.5	5.2	60.3	33.4	0.6	100.0	287,433
Gaza	3.2	16.9	49.3	30.6	0.0	100.0	243,710
Maputo província	10.4	16.9	62.9	9.2	0.6	100.0	208,347
Maputo cidade	35.3	33.6	30.8	0.1	0.2	100.0	167,587

Constata-se em relação ao uso de retretes ligadas a fossas sépticas, que, excepto Maputo Província, com 19.3% e Maputo Cidade com 30.2% dos agregados familiares, todas as restantes províncias apresentam menos de 6% de agregados familiares que utilizam retrete ligada a fossa séptica.

Depois de agrupar o tipo de saneamento em seguro (retrete com fossa séptica e latrina melhorada) e em não seguro (não tem latrina, latrina não melhorada) e fazendo cruzamento com o nível de quintis de despesas, os resultados apresentados no Gráfico 5.12, assinalam que os agregados que utilizam saneamento não seguro as percentagens variam de 97% no primeiro quintil, aos 53.0% ao quinto quintil. Ao contrário, a variação de agregados que utilizam saneamento seguro é de 2.6% no primeiro quintil a 47% do 5º quintil.

Gráfico 5.12: Tipo de saneamento por quintís de despesa. Moçambique, 2008/9



5.3 5.5 Distância Para Chegar aos Serviços Básicos

O acesso aos serviços é definido pelo tempo que as pessoas levam para chegar aos serviços básicos. Tanto no IOF 2008/9 e assim como no IAF 2002/3, perguntou-se aos inquiridos o tempo em minutos necessário para chegar ao local mais próximo que tenha os serviços discriminados no Quadro 5.9. Neste quadro, apresenta-se a informação para o caso das pessoas que procuram estes serviços andando a pé.

Quadro 5.9: Distribuição percentual dos agregados familiares por tempo (em minutos) que se leva a pé para chegar a fonte de água, mercado alimentar e transporte público mais próximo, segundo área de residência e Província. Moçambique, 2008/9 e 2002/3

Área de residência e província	Fonte de água				Mercado alimentar				Transporte público			
	Menos de 30 minutos	De 30 a 59 minutos	Mais de 60 minutos	Total	Menos de 30 minutos	De 30 a 59 minutos	Mais de 60 minutos	Total	Menos de 30 minutos	De 30 a 59 minutos	Mais de 60 minutos	Total
2008/9												
Total	87.8	8.4	3.9	100.0	66.2	18.4	15.4	100.0	66.4	17.1	16.5	100.0
Area de residencia												
Urbano	93.3	4.9	1.8	100.0	74.6	18.0	7.4	100.0	73.8	18.6	7.6	100.0
Rural	85.9	9.5	4.6	100.0	61.4	18.6	20.0	100.0	61.3	16.0	22.7	100.0
Província												
Niassa	95.4	4.3	0.3	100.0	74.7	18.3	7.0	100.0	68.0	26.0	6.0	100.0
Cabo Delgado	73.1	19.6	7.3	100.0	80.5	15.7	3.9	100.0	53.9	30.2	15.9	100.0
Nampula	86.4	7.4	6.2	100.0	66.1	16.8	17.1	100.0	49.6	21.2	29.2	100.0
Zambezia	88.2	9.8	2.0	100.0	41.7	27.0	31.3	100.0	22.5	31.7	45.8	100.0
Tete	88.1	8.1	3.9	100.0	48.0	16.4	35.5	100.0	28.2	33.4	38.4	100.0
Manica	85.6	7.9	6.5	100.0	64.2	24.0	11.8	100.0	34.3	25.5	40.3	100.0
Sofala	95.3	3.0	1.7	100.0	79.6	12.4	7.9	100.0	59.2	19.6	21.2	100.0
Inhambane	90.1	6.5	3.4	100.0	59.2	27.4	13.4	100.0	33.1	34.8	32.1	100.0
Gaza	85.1	9.8	5.1	100.0	66.3	17.3	16.4	100.0	32.3	29.1	38.7	100.0
Maputo província	89.6	9.3	1.1	100.0	76.9	16.5	6.6	100.0	56.3	32.0	11.7	100.0
Maputo cidade	98.6	1.2	0.1	100.0	93.3	6.6	0.1	100.0	63.6	31.8	4.6	100.0
2002/3												
Total	90.4	8.3	1.4	100.0	58.6	17.3	24.1	100.0	53.9	18.1	28.0	100.0
Area de residencia												
Urbano	96.9	3.1	0.1	100.0	87.7	10.0	2.3	100.0	73.2	23.6	3.2	100.0
Rural	87.6	10.5	1.9	100.0	44.7	20.8	34.5	100.0	44.8	15.4	39.8	100.0
Província												
Niassa	96.4	3.6	0.0	100.0	55.5	19.8	24.7	100.0	61.6	18.0	20.4	100.0
Cabo Delgado	88.4	10.4	1.2	100.0	65.9	7.4	26.7	100.0	56.0	11.7	32.3	100.0
Nampula	95.1	4.2	0.7	100.0	53.3	14.0	32.7	100.0	39.0	24.3	36.7	100.0
Zambezia	86.5	11.8	1.7	100.0	39.7	27.3	33.0	100.0	31.1	21.7	47.2	100.0
Tete	95.6	4.2	0.2	100.0	42.9	24.0	33.2	100.1	45.0	19.4	35.6	100.0
Manica	88.8	7.4	3.8	100.0	63.1	14.4	22.5	100.0	55.6	25.2	19.2	100.0
Sofala	92.6	3.7	3.7	100.0	68.7	14.6	16.7	100.0	67.6	9.1	23.3	100.0
Inhambane	67.7	29.7	2.6	100.0	49.3	29.3	21.4	100.0	54.8	29.5	15.7	100.0
Gaza	92.4	6.9	0.8	100.0	79.0	11.7	9.3	100.0	80.8	6.6	12.6	100.0
Maputo província	97.0	2.3	0.8	100.0	87.4	11.3	1.3	100.0	89.8	8.8	1.4	100.0
Maputo cidade	99.8	0.3	0.0	100.0	93.5	6.5	0.0	100.0	96.9	3.0	0.1	100.0

Os dados mostram que a fonte de água, tende a estar mais próximo dos agregados familiares, se compararmos com as distâncias que se percorre até ao mercado alimentar e a paragem de transporte público mais próximo. A percentagem de agregados que estão a menos de 30 minutos da fonte de água é de 87.7% contra 66.2% e 66.4% para mercado alimentar e transporte público, respectivamente. Contudo, há que assinalar que, quanto as distâncias percorridas até ao mercado e a paragem de transporte público, houve uma melhoria se compararmos com o ano 2002/3, pelo contrário, o número de agregados que estão a menos de 30 minutos da fonte de água reduziu, passando de 90.4% em 2002/3 para 87.7% em 2008/9.

Registam-se diferenças assinaláveis nas distâncias para o mercado alimentar e transporte público entre as áreas urbanas e rurais. Nas áreas rurais, mais de um quinto de agregados familiares da área rural gastam mais de uma hora para chegar a pé até o mercado alimentar e estação de transporte público mais próximo.

No que diz respeito as diferenças entre as províncias, se registam com maior relevância nas distâncias que os agregados familiares levam até ao mercado e estação de transporte público. Assim, quanto ao mercado alimentar mais próximo, mais de 50% de agregados das províncias de Tete e Zambézia, levam mais de 30 minutos para chegar ao mercado mais próximo. Com excepção das províncias de Niassa, Cabo Delgado, Sofala, Maputo província e Cidade, as restantes províncias, mais de 50% de agregados familiares percorrem uma distância de mais de 30 minutos para chegar a estação de transporte público mais próximo.

6 6 EDUCAÇÃO E BEM-ESTAR SOCIAL

6.1 6.1 Introdução

No estágio actual da evolução humana, as necessidades básicas da vida devem ser garantidas a todos como um direito fundamental. As pessoas não poderão desenvolver o seu potencial humano mais elevado enquanto não tiverem garantido a alimentação, habitação, vestimenta, assistência médica e educação.

Em princípio, todos os indivíduos devem ter direito a uma educação que lhes permita exercer a sua cidadania de uma forma informada, não devendo a carência de meios financeiros representar um obstáculo ao gozo deste direito. Portanto, deve existir livre acesso a meios que permitam aos cidadãos adquirir mais conhecimentos e enriquecer-se culturalmente.

Dado o reconhecimento do papel da educação na vida do indivíduo e da sociedade em geral e tendo em conta que o inquérito ora em análise ressalta aspectos relacionados ao orçamento familiar, este capítulo do relatório versará sobre as características educacionais da população moçambicana e sua relação com o nível de despesas.

Tendo em consideração que um acesso mais amplo aos meios de comunicação implica, em certos casos, o conhecimento da leitura e da escrita, será abordada em primeiro lugar a situação do analfabetismo no País. Em seguida, analisar-se-á o nível educacional mais frequentado e a situação da frequência escolar actual da população de 6 a 17 anos de idade.

De referir, contudo, que dada a vastidão do conceito de educação, neste capítulo será tratada apenas a educação formal, ou seja, aquela que está inteiramente ligada à escolarização. Este tipo de educação é altamente institucionalizado e está estruturado de forma hierárquica. No caso de Moçambique, compreende o Ensino Primário (EP1 e EP2 ou equivalente), o Ensino Secundário Geral (EGS1 e EGS2, ou equivalentes) e o Ensino Superior (ou equivalente).

Na medida do possível os resultados do IOF 2008/9 serão comparados com os do IAF 2002/3, por se tratar de inquéritos do mesmo tipo.

6.2 6.2 Taxa de Analfabetismo

Considera-se analfabeto, todo o indivíduo que não possui habilidade de leitura e de escrita em qualquer idioma. Em geral, a taxa de analfabetismo é calculada para a população de 15 anos e mais. Considera-se taxa de analfabetismo a proporção da população de 15 anos e mais que não sabe ler nem escrever.

De um modo geral, o analfabetismo tem vindo a reduzir gradualmente. A proporção de pessoas de 15 anos e mais que não sabem ler nem escrever passou de 53.6% em 2002/3 para 49.9% em 2008/9 (vide Quadro 6.1). Esta redução verifica-se para ambos os sexos e em todos os grupos de idade, excepto o grupo 30-39 que paradoxalmente tende a aumentar.

Quadro 6.1: Taxa de analfabetismo por sexo segundo idade, Moçambique, 2008/9 e 2002/3

Idade	IAF 2002/3			IAF 2008/9		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	53.6	36.7	68.0	49.9	33.2	63.9
15 - 19	37.9	27.2	48.0	29.2	20.4	37.5
20 - 29	50.7	36.0	61.1	44.1	27.0	56.6
30 - 39	50.4	29.8	68.2	54.5	37.6	68.5
40 - 49	60.3	34.5	82.6	54.1	33.3	73.0
50 - 59	67.3	45.8	88.1	66.0	41.8	87.6
60+	78.6	64.0	94.3	77.1	59.7	92.4

Fonte: Calculado a partir de dados de IOF 2008/9 e IAF 2002/03.

A taxa de analfabetismo denota uma relação positiva com a idade, pois quanto mais se avança no escalão etário, maior é a taxa de analfabetismo. A análise dos dados por sexo deixa patente a desvantagem das mulheres no que concerne ao domínio da leitura e da escrita

No Quadro 6.2 apresentam-se as taxas de analfabetismo por área de residência e províncias. Constata-se que a taxa é mais elevada na área rural (65.7% em 2002/3 e 61.2% em 2008/9), do que na urbana (30.3%, e 26.8%, respectivamente).

Quadro 6.2: Taxa de analfabetismo por sexo segundo área de residência e Província. Moçambique, 2002/3 e iof 2008/9

Área de residência e províncias	IAF 2002/3			IAF 2008/9		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	53.6	36.7	68.0	49.9	33.2	63.9
Área de residência						
Urbana	30.3	18.1	41.7	26.8	15.7	36.6
Rural	65.7	47.2	80.8	61.2	42.1	76.9
Províncias						
Niassa	69.0	52.2	84.2	60.8	42.9	77.2
Cabo Delgado	75.0	60.0	88.5	70.3	55.0	83.2
Nampula	71.7	56.7	85.9	58.8	41.4	76.1
Zambezia	70.3	53.2	85.2	58.4	36.1	77.7
Tete	66.8	50.0	81.0	50.3	32.7	67.1
Manica	57.7	38.5	73.9	44.9	26.6	59.7
Sofala	56.2	35.9	74.8	45.9	25.4	63.1
Inhambane	54.2	35.1	66.4	41.4	24.1	51.6
Gaza	52.7	35.8	63.0	46.3	30.0	55.2
Maputo província	34.3	20.2	45.9	26.0	16.5	33.6
Maputo Cidade	15.0	7.1	22.6	10.9	5.4	15.5

Fonte: Calculado com base nos dados do IOF 2008/9 e IAF 2002/3.

A província de Cabo Delgado é a que apresenta taxa de analfabetismo mais elevada, enquanto Maputo Cidade ostenta a menor, tanto em 2002/3 como em 2008/9. Em todas as províncias registou-se uma redução da taxa de analfabetismo de 2002/3 a 2008/9.

6.3 6.3 Nível de Ensino Frequentado

No Quadro 6.3 mostra-se a distribuição percentual da população por nível de ensino frequentado, segundo a idade. Observa-se que a maior parte da população de 15 e mais anos, em 2008/9, tinha frequentado o nível primário do primeiro grau (EP1), 55.6%, seguindo o nível primário do segundo grau (EP2), 20.2% e secundário do primeiro grau (ESG1), 15.6%. De notar que, para os indivíduos que frequentaram o EP1 aumenta com a idade, o quer dizer a maioria da população adulta frequentou o EP1. Em contra partida, a frequência do EP2 e ESG1 diminui com a idade. Quanto a frequência do ensino superior, os dados mostram que em 2008/9, apenas um pouco mais de 1% da população de 15 e mais anos frequentou o ensino superior.

Quadro 6.3: Distribuição percentual da população de 15 anos e mais por nível de ensino frequentado, segundo idade, Moçambique, 2008/9

Idade	Nível de ensino frequentado								Total	N
	Alfabetização	EP1	EP2	ESG1	ESG2	Superior	Não sabe	Sem informação		
Total	1.9	55.6	20.2	15.6	5.2	1.2	0.1	0.3	100.0	8,084,012
15-19	0.3	36.9	31.6	27.4	3.6	0.2	0.0	0.0	100.0	1,778,800
20-29	1.8	48.2	20.1	19.1	8.8	1.7	0.1	0.2	100.0	2,440,108
30-39	2.6	63.4	17.8	9.4	4.5	1.5	0.1	0.6	100.0	1,780,528
40-49	3.3	66.6	16.0	8.4	3.6	1.7	0.1	0.4	100.0	1,088,265
50-59	2.3	75.3	11.9	6.4	2.6	0.8	0.5	0.2	100.0	577,375
60+	1.7	83.3	6.9	2.4	0.8	0.2	0.6	0.4	100.0	418,935

Fonte: Calculado com base nos dados do IOF 2008/9

Analisando os dados por área de residência (Quadro 6.4), constata-se que em termos de nível frequentado, a área urbana, aproximadamente 40% da população frequentou ensino secundário e mais, do que na rural, onde a maioria (69%) frequentou o EP1.

Dum modo geral, verifica-se que a maior parte das províncias apresenta proporção de pessoas que frequentaram o ensino primário (EP1 e EP2). Enquanto as províncias de Maputo e Maputo Cidade mostram número significativo da população de 15 e mais anos que frequentou o nível secundário ou mais.

Importa salientar que nos últimos anos tem se verificado no país, a expansão do ensino superior, os dados deste inquérito, mostram que a frequência deste nível ainda é muito baixo na maioria das províncias, exceptuando Maputo Cidade, que apresenta um pouco mais de 7%, seguindo-se as províncias de Maputo e Sofala com aproximadamente 2%.

Quadro 6.4: Distribuição percentual da população de 15 anos e mais por nível de ensino frequentado, segundo área de residência e Província, Moçambique, 2008/9

Área de residência e províncias	Nível de ensino frequentado								Total	N
	Alfabetização	EP1	EP2	ESG1	ESG2	Superior	Não sabe	Sem informação		
Total	1.9	55.6	20.2	15.6	5.2	1.2	0.1	0.3	100.0	8,084,012
Área de residência										
Urbana	1.1	34.5	23.7	26.7	10.7	2.9	0.1	0.2	100.0	3,136,234
Rural	2.4	68.9	18.0	8.5	1.7	0.1	0.1	0.4	100.0	4,947,778
Província										
Niassa	2.9	59.7	18.0	13.3	4.4	0.8	0.6	0.2	100.0	460,365
Cabo Delgado	2.3	65.1	18.7	10.3	3.1	0.1	0.5	0.0	100.0	641,183
Nampula	1.7	63.5	18.3	11.9	3.6	0.6	0.1	0.4	100.0	1,430,353
Zambezia	2.8	68.4	15.6	9.8	2.5	0.2	0.0	0.6	100.0	1,492,677
Tete	2.5	58.0	20.2	15.8	3.3	0.2	0.0	0.1	100.0	643,625
Manica	0.0	47.7	27.5	18.4	5.8	0.5	0.0	0.2	100.0	477,378
Sofala	1.4	48.0	22.7	19.5	6.7	1.7	0.1	0.0	100.0	651,640
Inhambane	3.2	54.6	22.2	15.5	3.9	0.4	0.0	0.2	100.0	466,141
Gaza	1.3	59.5	20.4	13.1	4.2	0.4	0.0	1.0	100.0	486,128
Maputo Província	0.7	33.8	26.3	27.8	9.2	1.9	0.3	0.1	100.0	667,716
Maputo Cidade	1.1	28.2	22.3	26.7	14.3	7.3	0.0	0.2	100.0	666,805

6.4 6.4 Relação entre Educação e Nível de Despesas

Os resultados do presente inquérito demonstram que existe uma relação directa entre o nível de educação e o nível de despesas. Em geral, as famílias tidas como “pobres” tendem a ter um nível educacional mais baixo. Isso deve-se ao limitado acesso que essas pessoas têm à educação. Poucos são os que vão à escola no seio dessas famílias e, conseqüentemente, poucos têm possibilidade de possuir habilitações literárias elevadas.

Importa salientar que de um modo geral, as crianças de famílias pobres têm limitado acesso à educação. Um estudo realizado no Brasil mostrou que a frequência escolar aumenta com o crescimento da renda familiar². Maior parte das crianças fora da escola pertence a famílias com baixa renda familiar.

Nesta secção apresenta-se a relação entre a educação e o nível de despesas através de três indicadores: taxa de analfabetismo, nível de ensino frequentado e taxas de escolarização.

6.5 6.4.1 Taxa de Analfabetismo e Nível de Despesas

Como se pode observar no Gráfico 6.1, a taxa de analfabetismo mostra uma relação inversa com o nível de despesas, pois à medida que se passa de um quintil para o imediato, a proporção de pessoas analfabetas reduz consideravelmente.

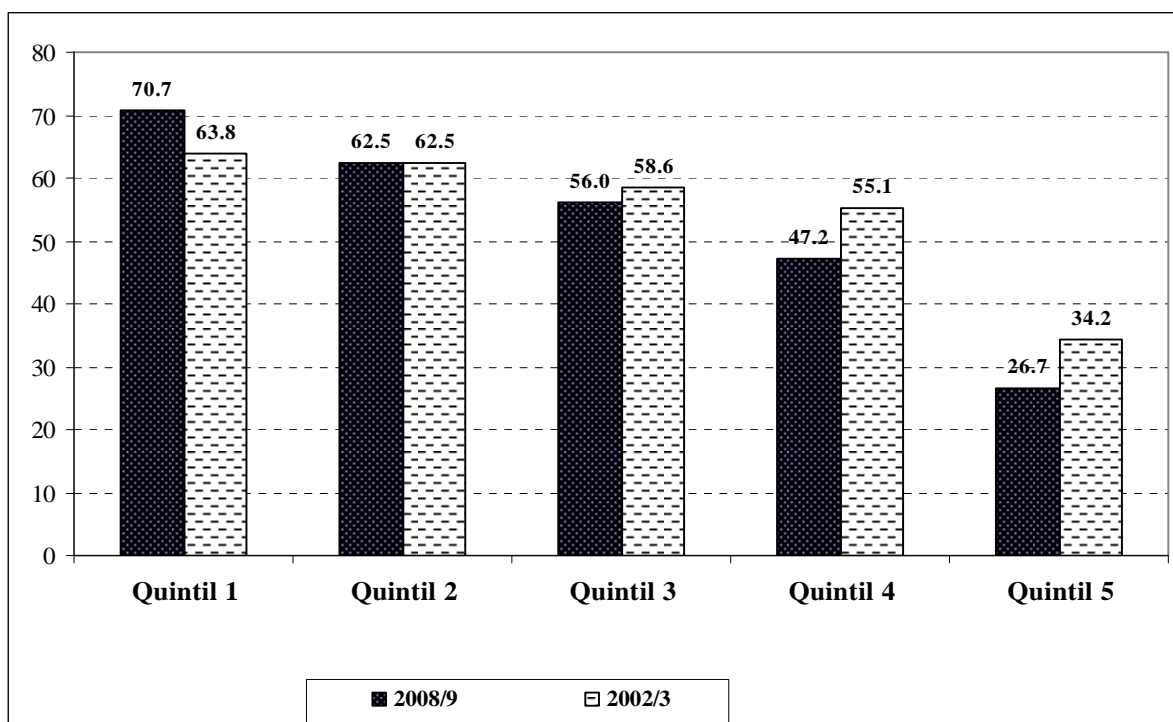
A maior redução verifica-se na passagem do 4º para o 5º quintil de despesas. O 5º quintil corresponde à proporção da população (20%) considerada relativamente “mais rica” em comparação

² Estudo realizado por Lígia Maria Vasconcellos com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE, período entre 1981 e 1999. Esta informação foi retirada da internet: www1.folha.uol.com.br/folha.educacao/ult305u13818.shtml

com a dos quintís anteriores. A passagem de um para outro quintil traduz-se em aumento da capacidade de realização de despesas, pois o 1º quintil correspondente à proporção da população com menor valor de despesas. Passando deste quintil para os seguintes, o valor das despesas vai aumentando de forma gradual. E quanto maior for a capacidade de efectivação de despesas, menor é a taxa de analfabetismo.

O Gráfico 6.1 mostra também a comparação das taxas de analfabetismo entre 2002/3 e 2008/9. Os dados mostram, que com excepção do 1º quintil onde a taxa aumentou e do 2º quintil onde a taxa se manteve constante, a partir do 3º as taxas reduziram-se. Este facto, mostra que quanto menos tiver recursos, maior é a possibilidade de indivíduos destas famílias continuam analfabetas, o que irá piorar o seu estado de pobreza.

Gráfico 6.1: Taxa de analfabetismo segundo quintís de despesas, Moçambique, 2002/3 e 2008/9

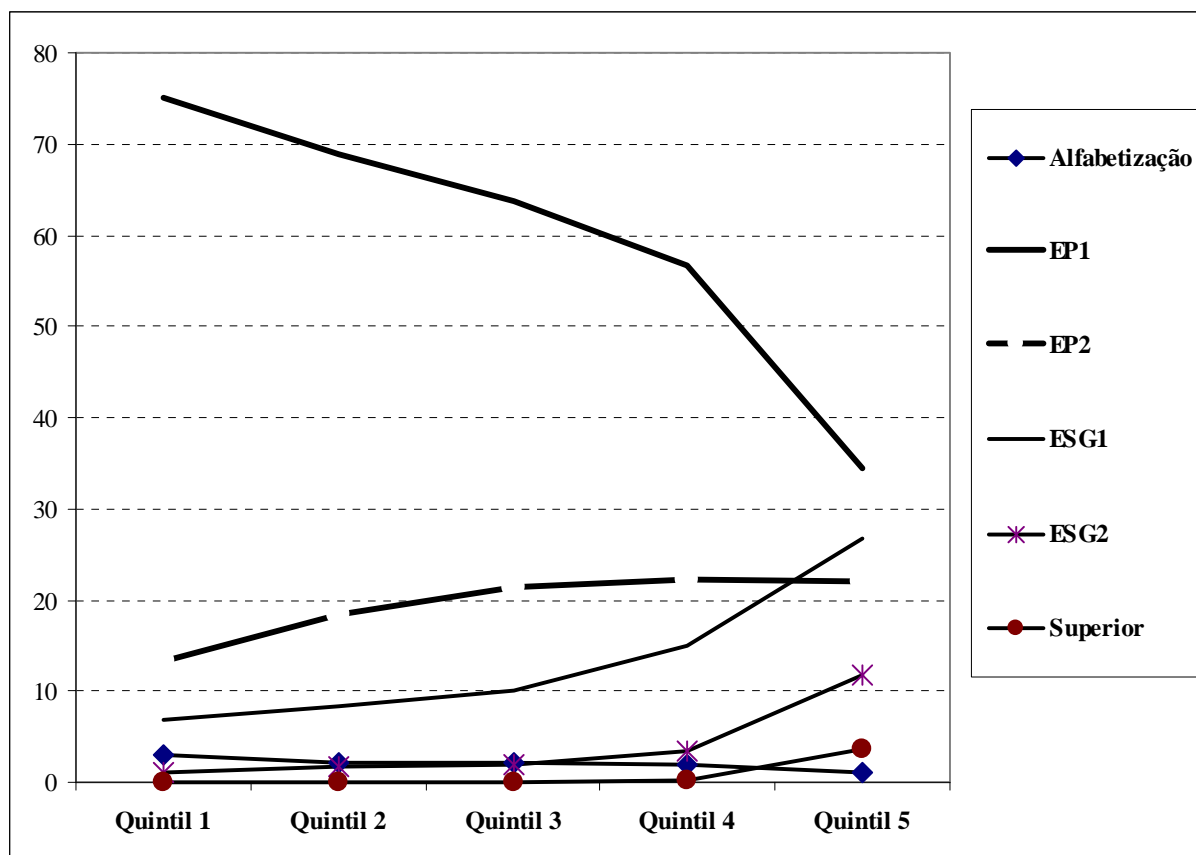


6.6 6.4.2 Nível de Ensino frequentado e Nível de Despesas

O nível de ensino frequentado parece ter influência no nível de despesas, já que quanto mais elevado for, maior é o valor das despesas. Por outro lado, como foi anteriormente mencionado, crianças provenientes de famílias pobres têm menor acesso à educação e, conseqüentemente, menor possibilidade de frequentar níveis elevados de educação.

No Gráfico 6.2, mostra-se a relação entre o nível de ensino frequentado e quintís de despesas. Como se pode observar e à semelhança do que foi mencionado em relação à taxa de analfabetismo, é no 5º quintil onde se observa a tendência de se ter maior proporção de pessoas com níveis elevados de educação frequentados. Inversamente, este quintil tende a ter menor proporção de pessoas com algum nível primário do primeiro grau frequentado. Maior destaque incide na proporção de pessoas que frequentaram ensino superior, pois praticamente se registam no 5º quintil.

Gráfico 6.2: Percentagem da população de 15 anos e mais por nível de ensino frequentado, segundo quintís de despesas, Moçambique, 2008/9



6.7 6.4.3 Taxas de Escolarização e Nível de Despesas

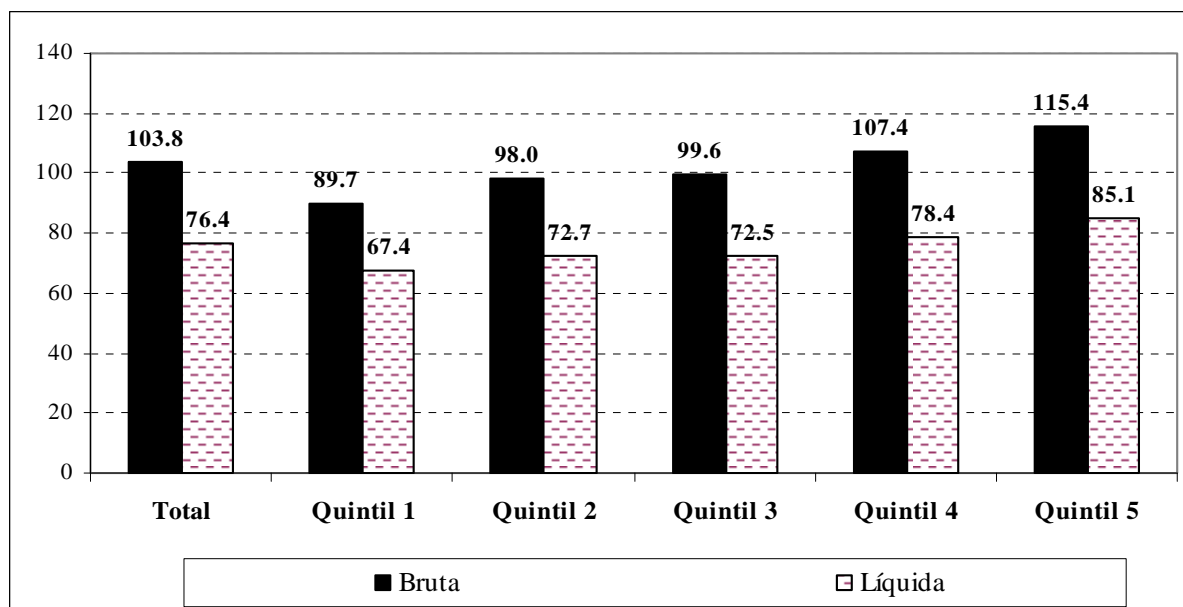
Dado o esforço que o governo tem empreendido nos últimos na construção e reconstrução das infraestruturas escolares, o acesso à educação no País tem vindo a aumentar, se tomarmos em consideração a evolução temporal dos indicadores de cobertura do sistema educativo: as taxas de escolarização. As taxas de escolarização classificam-se em brutas e líquidas ou específicas. A taxa bruta de escolarização corresponde à proporção de alunos frequentando um determinado nível sobre a população com idade oficial para frequentar esse nível. Assim, por exemplo, a taxa bruta de escolarização do EP1 equivale à proporção de alunos do EP1 em relação à população de 6 a 10 anos.

A taxa líquida de escolarização é a proporção de alunos com idade oficial para frequentar um determinado nível, sobre a população com essa respectiva idade. Por exemplo, a taxa líquida de escolarização do EP1 indica a proporção de alunos dos 6 a 10 anos em relação à população correspondente a esse grupo etário.

Os resultados do IOF 2008/9 mostram que a taxa bruta de escolarização para o nível primário completo é de 104% e as líquidas, estão a volta de 76%, para todo o país, como mostra o Gráfico 6.3. Tanto as taxas brutas e assim como líquidas, aumentaram no período entre 2002/3 a 2008/9, ao passar de 100.1% para 104% em 2008/9 e de 65.8% em 2002/3 para 76.4% em 2008/9, respectivamente.

O ensino Secundário denota também um aumento gradual das taxas líquidas de escolarização, passando de 5.5% em 2002/3 para 16.8% em 2008-9, cifra superior ao dobro da anterior.

Gráfico 6.3: Taxa de escolarização do ensino primário (1ª à 7ª Classes), segundo quintís de despesas, Moçambique, 2008-9

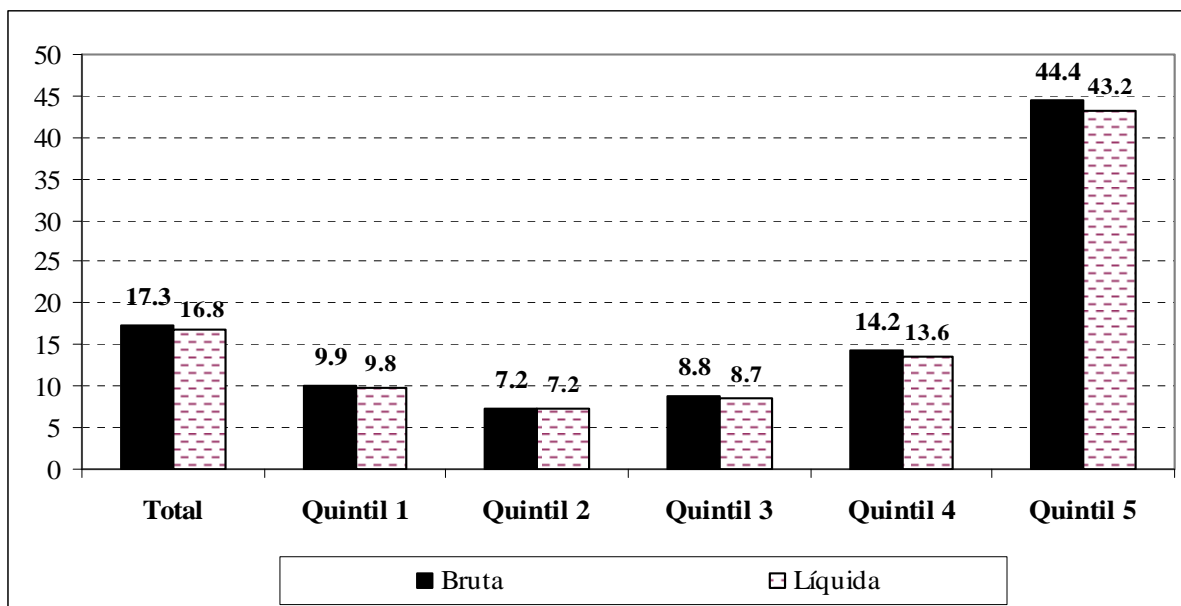


Estudos realizados nalguns países demonstram que existe uma relação positiva entre a taxa da escolarização e a receita familiar. Contudo, neste relatório essa relação será feita de forma indirecta, usando o nível de despesas, tendo em consideração que estas são feitas dentro dos limites do rendimento familiar.

Observando os Gráficos 6.3 e 6.4 constata-se a existência de uma relação positiva entre a taxa de escolarização e o nível de despesas, visto que quanto maior este for, maior é a taxa. Isto significa que as crianças e jovens dos primeiros quintis têm menor possibilidade de frequentar a escola, comparativamente às crianças e jovens dos últimos quintis.

Para o caso do Ensino Primário, apenas as taxas brutas correspondentes ao 4º e 5º quintis são superiores a 100% e acima da cifra da taxa total. No Ensino Secundário observa-se uma tendência similar, mas com uma particularidade: a taxa bruta de escolarização correspondente ao 5º quintil é muito superior ao dobro a do quintil anterior. Note-se também que para o Ensino Primário a diferença entre as taxas apuradas para estes dois últimos quintis não é tão elevada.

Gráfico 6.4 Taxa de escolarização do ensino secundário (8^a à 12^a Classes), segundo quintís de despesas, Moçambique, 2008-9



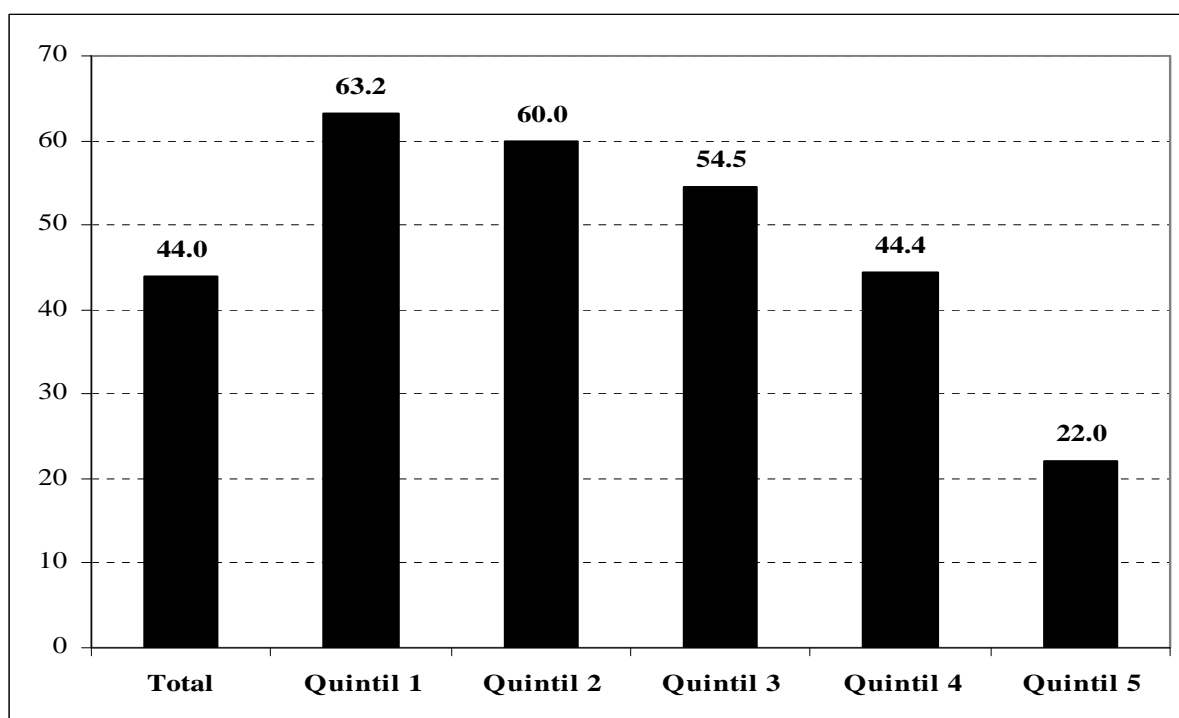
Comprovando o que foi anteriormente afirmado em relação ao nível frequentado, constata-se que a população que faz parte dos dois primeiros quintís tem menor probabilidade de frequência do ensino secundário, pois as respectivas taxas de escolarização são demasiado baixas, em particular no que concerne à taxa líquida, que se apresenta muito inferior à taxa total.

6.8 6.5 Problemas dos Alunos na Escola

O questionário do IOF 2008/9 inclui também perguntas para obter a percepção dos alunos sobre as condições das infra-estruturas escolares, qualidade do ensino, disponibilidade de material escolar e de professores, entre outros aspectos. O questionário permitia múltiplas respostas, por este motivo as percentagens de cada alternativa representam universo independente. Isto quer dizer, que não se deve somar as percentagens das alternativas.

No Gráfico 6.5 apresenta-se os resultados do inquérito por quintís de despesas. Nota-se que o grau de insatisfação dos alunos varia segundo o quintil de despesas. O grau de insatisfação dos alunos vai reduzindo do primeiro ao último quintil. Uma proporção considerável de alunos declarou ter alguns problemas com a escola, 44.0%.

Gráfico 6.5 Percentagem de alunos insatisfeitos com a escola por nível de ensino, segundo quintís de despesas, Moçambique, 2008-9



As principais causas de insatisfação que os alunos apresentaram são as seguintes: falta de materiais, instalações em más condições e a falta de uniformes. De referir que em 2002/3 a falta de livros constituía o terceiro problema principal, em 2008/9, o terceiro problema é a falta de uniformes e a falta de livros passou a ser o quarto problema.

Quadro 6.4: Percentagem de alunos insatisfeitos com a escola por causas da insatisfação, segundo quintís de despesas, Moçambique, 2008-9

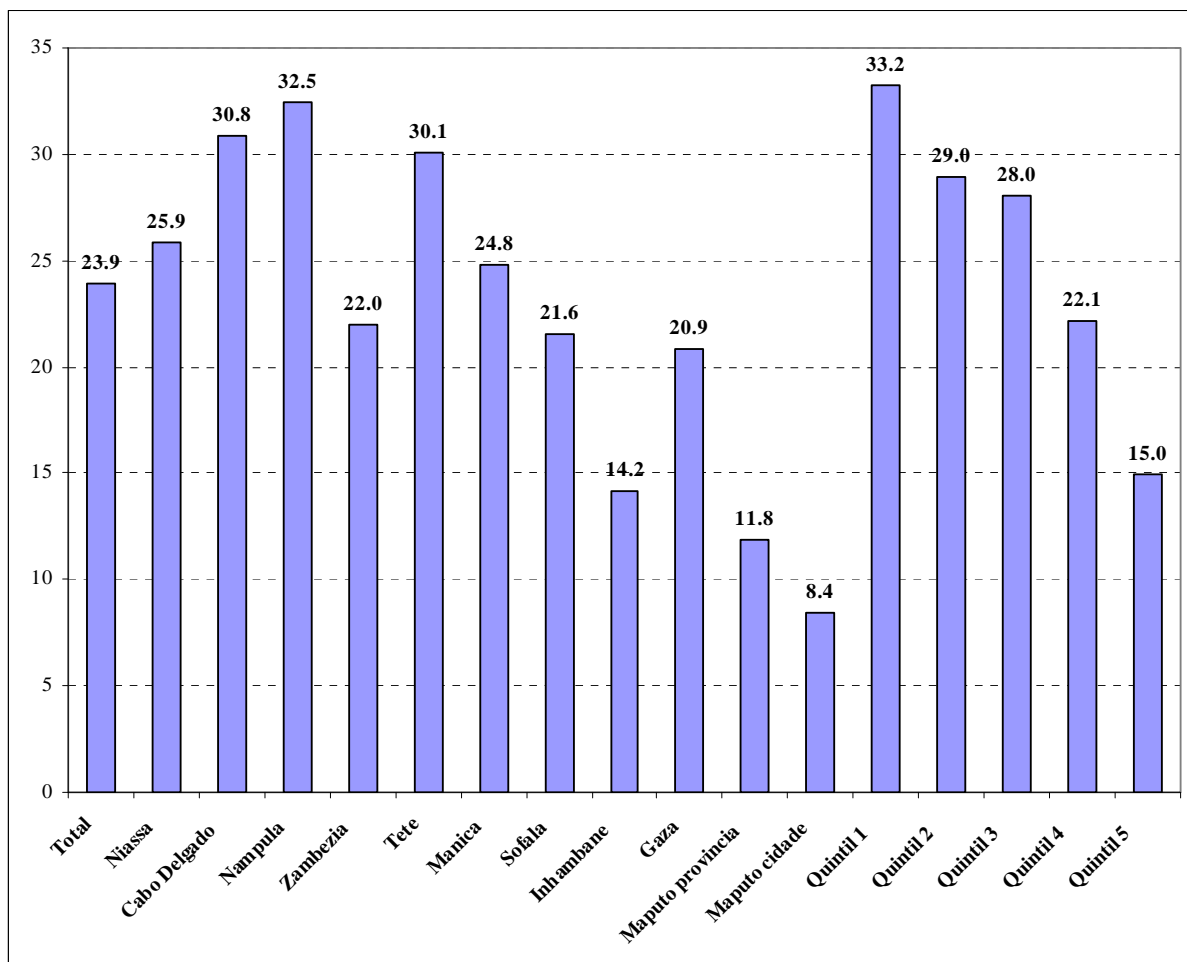
Quintís de despesas	Falta de materiais	Falta de livros	Falta de professores	Instalações em más condições	Suborno	Falta de uniformes	Propinas	Outros problemas
Total	37.2	9.2	4.8	32.5	1.4	22.5	0.1	0.0
Quintil 1	44.5	1.2	0.5	42.9	1.8	29.4	0.0	0.0
Quintil 2	47.0	1.5	1.2	43.9	1.0	28.5	0.1	0.0
Quintil 3	43.4	1.4	1.2	37.3	0.5	23.8	0.1	0.0
Quintil 4	33.7	2.2	1.0	30.5	1.2	21.2	0.0	0.0
Quintil 5	28.5	3.0	0.8	21.4	2.1	17.2	0.2	0.0

É evidente que os problemas mencionados pelos alunos variam de acordo com os quintís de despesas, assim, por exemplo, a falta de materias, varia de 44.5% no primeiro quintil para 28.5% no último quintil.

6.9 6.6 Frequência Escolar de Crianças de 6 a 17 Anos

A maior parte das crianças desta faixa etária encontra-se a estudar. Contudo, cerca de 24% das crianças não estavam a frequentar à escola. Esta situação é mais frequente nas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Tete, onde as percentagens estão acima de 30% e no primeiro quintil.

Gráfico 6.6 Percentagem de crianças de 6 a 17 anos por condição de frequência escolar, segundo Províncias e quintís de despesas, Moçambique, 2008/9



7 SAÚDE

7.1 Introdução

Tal como a educação, a saúde constitui um direito fundamental dos cidadãos, portanto o acesso à infra-estruturas e a informação são cruciais para manter a população saudável. O IOF 2008, recolheu informação que permite determinar o acesso às infra-estruturas de saúde, o grau de satisfação dos utentes e o tipo de agente consultado (uso), entre outros aspectos. O questionário permitia múltiplas respostas, por este motivo as percentagens de cada alternativa representam universo independente. Isto quer dizer, que não se deve somar as percentagens das alternativas.

Considerou-se que uma pessoa *necessita* de cuidados de saúde toda aquela que, no período de referência, esteve doente ou ferida. Quanto ao *uso*, foram consideradas as pessoas que consultaram um agente da saúde, uma unidade sanitária ou um curandeiro nas duas semanas anteriores ao inquérito, independentemente se estiveram doentes ou não. Para a definição da *satisfação* de cuidados de saúde foram consideradas as pessoas que havendo consultado um agente da saúde, uma unidade sanitária ou um curandeiro, afirmaram que não tiveram nenhum problema, isto é, ficaram satisfeitas com o serviço prestado.

7.2 Acesso, Utilização e Satisfação aos Serviços de Saúde

De acordo com os resultados do inquérito, 14.0% dos inquiridos estiveram doentes ou feridas na semana de referência, isto é, tiveram necessidade de consultar um agente de saúde. No mesmo quadro mostra-se também que apenas 66.4% da população tem fácil acesso a uma unidade sanitária, ou seja, reside a menos de 30 minutos. Observa-se que a população residente na área urbana tem maior acesso às unidades sanitárias (73.8%) comparativamente à da zona rural (61.3%).

Analisando os dados por província, constata-se que Maputo Cidade (99.7%), Maputo Província (82.3%) e Gaza (76.1%) são as províncias com maior acesso a infra-estruturas de Saúde. As províncias menos beneficiadas são Cabo Delgado (32.6%), Tete (44.1%) e Zambézia (43.1%).

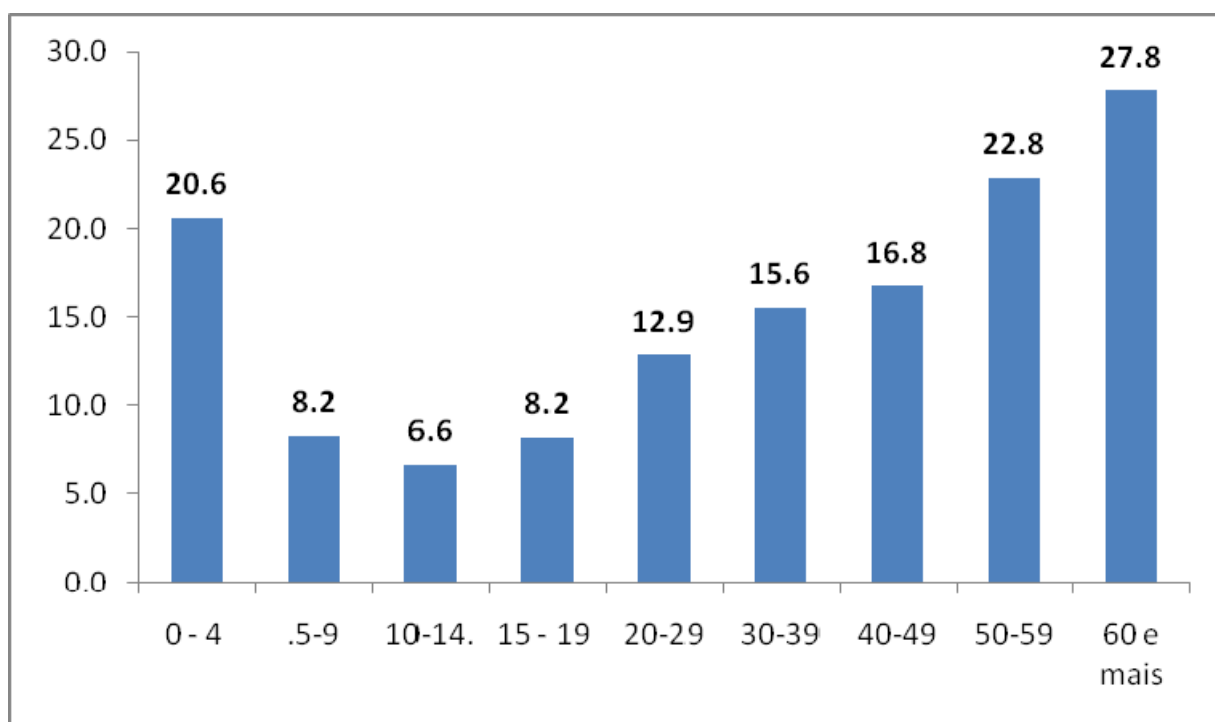
Quadro 7.1: População por indicadores de saúde, segundo características seleccionadas, Moçambique, 2008/9

Características seleccionadas	Acesso	Necessidade	Uso	Satisfação
Total	66.4	14.0	9.1	72.0
Área de residência				
Urbano	73.8	12.1	9.5	73.3
Rural	61.3	14.8	8.9	71.3
Províncias				
Niassa	63.5	22.4	16.8	68.4
Cabo Delgado	32.6	21.6	14.0	52.8
Nampula	52.3	14.4	8.6	67.9
Zambézia	43.1	12.7	7.4	71.8
Tete	44.1	12.4	8.1	90.5
Manica	67.9	5.1	3.9	85.9
Sofala	68.0	12.2	9.0	89.7
Inhambane	56.4	28.2	15.8	76.0
Gaza	76.1	7.8	5.8	75.2
Maputo Província	82.3	7.9	6.4	65.4
Maputo Cidade	99.7	11.1	9.5	69.0
Quintís de despesas				
Quartil 1	48.2	15.9	9.0	66.2
Quartil 2	53.0	14.7	8.7	74.1
Quartil 3	54.5	14.1	8.5	71.7
Quartil 4	74.4	13.2	8.9	71.9
Quartil 5	63.5	12.9	10.0	73.9
Nível de educação do chefe				
Nenhum	86.7	11.6	9.7	57.9
Primário do 1º grau	51.1	17.6	11.2	73.6
Primário do 2º grau	52.5	18.3	12.5	72.0
Secundário e mais	57.6	76.8	49.8	70.5
Outros	86.1	1.5	1.2	71.0

Fonte: Elaborado com base nos resultados do IOF 2008/9

No Gráfico 7.1 apresenta-se a distribuição da população doente por idade. Observa-se que houve maior incidência de doença entre os menores de 5 anos (20.6%) e indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos (27.8%). Na verdade, a incidência diminuiu em idades compreendidas entre 5 e 29 anos, mas a partir dos 30 anos volta a aumentar.

Gráfico 7.1: Percentagem da população que esteve doente nas duas semanas anteriores ao inquérito, segundo idade, Moçambique, 2008/9



Nem todas as pessoas que declararam ter estado doentes foram a unidade sanitária ou curandeiro, ou seja, fizeram uso dos serviços de saúde. Apenas 9.1% da população consultou um agente ou instituição de saúde. De referir que o uso dos serviços de saúde foi medido a partir da resposta afirmativa sobre a consulta a um agente ou instituição de saúde nas duas semanas que antecederam a entrevista. As cifras apresentadas correspondem a percentagem de pessoas que consultaram um agente ou instituição de saúde nesse período de referência.

A percentagem de pessoas que fizeram uso dos serviços de saúde não revela diferenças significativas por área de residência. Mas quando se combina o uso e a necessidade, nota-se que enquanto na área urbana a percentagem dos que necessitavam (12.1%) se distancia pouco da dos que fizeram uso dos serviços de saúde (9.5%).

Na área rural, onde a percentagem dos que necessitavam era elevada (14.8%) que na urbana, a discrepância entre a necessidade e o uso é relativamente maior (8.9%).

Notou-se também que nas províncias de Maputo Cidade, Maputo província e em todas do norte do país, nomeadamente, Niassa, Cabo Delgado e Nampula a satisfação das pessoas que ficaram doentes e que consultaram uma unidade sanitária ou um curandeiro no período de referencia, está a baixo de 70 por cento.

7.3 Tipo de Agente Consultado

A nível nacional, no que concerne ao tipo de agente ou instituição consultados, o Centro de Saúde (50.0%), o Posto de Saúde (28.1%), e Hospitais (12.7) são as instituições que ostentam percentagens mais elevadas. O quarto agente mais consultado é o curandeiro (4.4%), seguindo-se-lhe clínica privada (1.1%) e Farmácia com 1.1% (vide Quadro 7.2).

A análise por área de residência mostra que tanto na área urbana (46.1%) quando na rural (51.8%), o Posto de Saúde é o mais consultado pelos doentes. Contudo na área urbana em segundo lugar, encontram-se os Hospitais com 27.6% dos doentes. Enquanto na área rural o segundo lugar é ocupado pelos Postos de saúde com um terço dos doentes (33.3%). Outra constatação importante e evidente é que na área rural Curandeiro (5.6%) tem uma frequência muito maior do que na urbana (1.8%), enquanto nesta, o Hospital ganha mais peso (27.6%) que na anterior (5.8%). Esta situação pode ser explicada pelo facto de a maior parte dos hospitais situar-se nos meios urbanos.

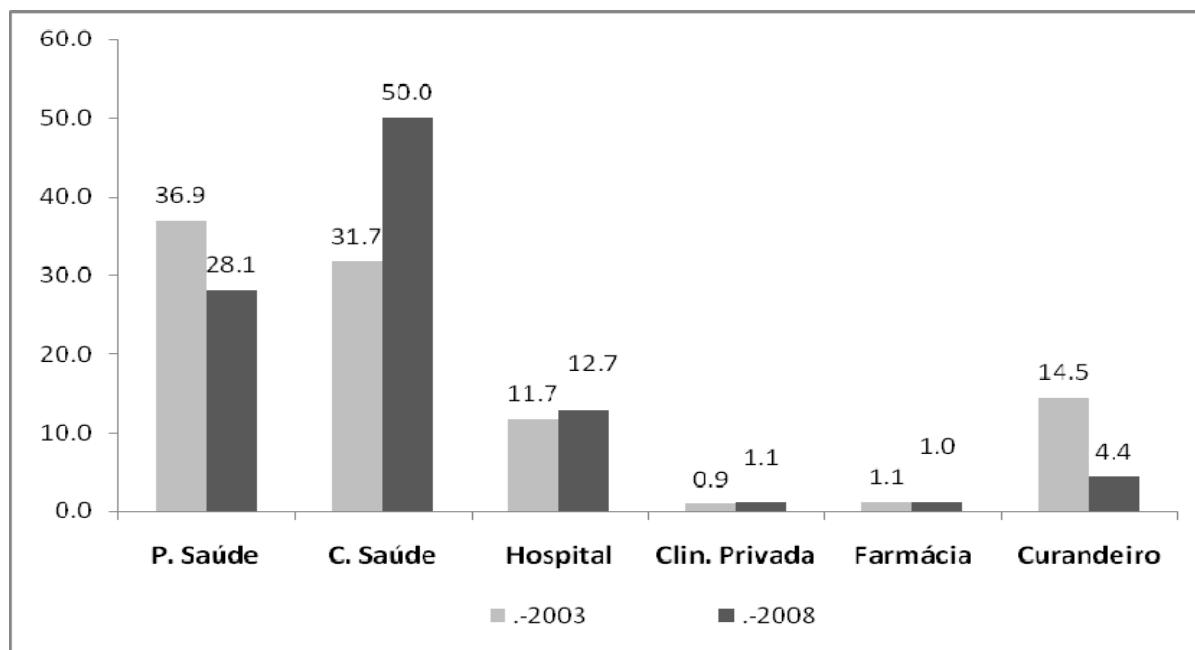
Quadro 7.2: Distribuição percentual da população que consultou um agente de saúde por tipo de agente consultado, segundo características seleccionadas, Moçambique, 2008/9

Características seleccionadas	Tipo de agente consultado								Total	N
	Posto de Saúde	Centro de Saúde	Hospital	Clínica Privada	Far-mácia	Medico/dentista privado	Curandeiro	Outros		
Total	28.1	50	12.7	1.1	1.1	0.6	4.4	2.0	100.0	1961306
Sexo										
Homem	27.4	51.7	11.8	1.2	1.3	0.8	3.8	2.1	100.0	842936
Mulher	28.6	48.7	13.5	1.1	0.8	0.5	4.9	1.9	100.0	1118370
Área de residência										
Urbano	16.9	46.1	27.6	2.7	2.8	0.5	1.8	1.5	100.0	625089
Rural	33.3	51.8	5.8	0.4	0.2	0.7	5.6	2.2	100.0	1336218
Províncias										
Niassa	55	35.8	2.9	1.3	0	0	3.1	1.8	100.0	214084
Cabo Delgado	15.2	63	7.9	0	0	0.2	7.3	6.4	100.0	235584
Nampula	30.3	54.9	9.2	0.1	0.4	0	4.8	0.4	100.0	356061
Zambézia	24	44.8	17.3	0.2	0	1	10.8	1.9	100.0	301619
Tete	14.7	70.6	9	0.3	0	0.3	3.4	1.8	100.0	157194
Manica	52.6	41.7	3.9	0	0.4	0	1.1	0.4	100.0	59183
Sofala	16.9	54	24.2	1.4	1.1	0	2.1	0.4	100.0	157685
Inhambane	33.6	54.6	6.4	0.1	2	0.8	0.2	2.4	100.0	207832
Gaza	41.2	33.2	19.2	0	0.2	5.5	0	0.6	100.0	78816
Maputo Província	23.3	34.7	21.5	8.5	6.4	1.2	2.5	1.9	100.0	86311
Maputo Cidade	13.6	32.3	35.9	7.8	7	1	0.7	1.7	100.0	106936
Quintís de despesas										
Quartil 1	27.5	45.9	14.7	0.1	0.1	0.9	8.4	2.3	100.0	292021
Quartil 2	29.5	52.8	9.7	0.1	0.7	0	4.5	2.5	100.0	327560
Quartil 3	30.5	50	8.5	1	0.4	1.7	5.8	2.2	100.0	361274
Quartil 4	31.3	51.5	11.3	0.5	0.7	0.2	3	1.5	100.0	420293
Quartil 5	23.7	49.3	17.3	2.9	2.4	0.5	2.4	1.7	100.0	560159
Nível de educação do chefe										
Nenhum	10.4	35.4	31.9	13.8	5.6	0	2.9	0	100.0	14962
Primário do 1º grau	31.2	50.1	9	0.8	0.6	0.6	5.4	2.2	100.0	962187
Primário do 2º grau	25.8	48.8	16.6	0	1.6	1.3	4.3	1.6	100.0	21130
Secundário e mais	26.7	50	14.7	1.2	1.2	0.7	3.7	1.8	100.0	833456
Outros	16.6	50.3	25.2	1.8	3.4	0.2	1.2	1.3	100.0	129428

Fonte: Elaborado com base nos resultados do IOF 2008/9

Um exame dos dados por província confirma o facto de os hospitais serem mais frequentes nas áreas urbanas, Maputo Cidade exhibe maior percentagem de pessoas que consultaram um hospital (35.9%) e este ocupa o primeiro lugar na lista de cidadãos que consultaram algum agente ou instituição sanitária, seguindo-se-lhe o Centro de saúde (32.3%). A percentagem de pessoas que consultaram o curandeiro em Maputo Cidade é inferior a 1%. Importa mencionar que a Província de Zambézia é a que ostenta maior percentagem de pessoas nessa situação (10.8%). Outro aspecto digno de menção é que no 4º (11.3%) e no 5º quintis (17.3%) figura percentagem elevada de pessoas que consultaram o hospital comparativamente à dos primeiros três quintis. Note-se ainda que a percentagem de pessoas que consultaram o curandeiro tem uma relação negativa com o nível educacional do chefe do agregado familiar, pois diminui à medida que se eleva o nível educacional deste.

Gráfico 7.1 Distribuição percentual da população que consultou um agente de saúde por tipo de agente consultado, Moçambique, 2002/3 e 2008/9



Comparando os resultados deste inquérito com os encontrados em 2003 usando a mesma metodologia, nota-se que o Posto de saúde deixou de ser o primeiro agente mais consultado (36.9% vs 28.1%). No seu lugar ficou o Centro de saúde que passou de 31.7% para a metade dos doentes. Curandeiro ocupava o terceiro lugar em 2003, agora passou para o quarto, e não só, baixou de 14.5% para 4.4% dos doentes em todos os países.

7.4 Problemas Tidos nas Consultas

A maioria (72.0%) das pessoas que consultaram um agente de saúde manifestou insatisfação em relação aos serviços prestados, apenas 28.0% dos que beneficiaram desses serviços ficaram satisfeitos com a assistência prestada.

As razões mais evocadas para a insatisfação foram, por ordem decrescente: muito tempo de espera (15.8%), falta de medicamentos (7.6%), tratamentos sem êxito (5.3%), falta de higiene (2.1%), falta de pessoal (1.4%) e muito caro (1.1%). A corrupção (0.5%), ainda é um problema na inquietação saúde.

Analisando os dados por área de residência e por província (vide Quadro 7.3) constata-se que, embora as cifras sejam diversificadas, as três primeiras razões continuam a ser o demasiado tempo de espera, a falta de medicamentos e o tratamento sem êxito. Importa salientar, contudo, que a falta de medicamentos tem maior peso no primeiro quintil, onde 10.3% dos doentes mencionou este problema

Outra constatação importante no que concerne ao preço elevado das consultas prende-se ao tipo de agente consultado: 7.5% dos doentes que consultaram as Clínicas privadas indicaram o preço como uma das causas de insatisfação. Entre os que consultaram um curandeiro destacam como problemas, o *tratamento sem êxito* (9.8%) e o preço elevado (2.0%).

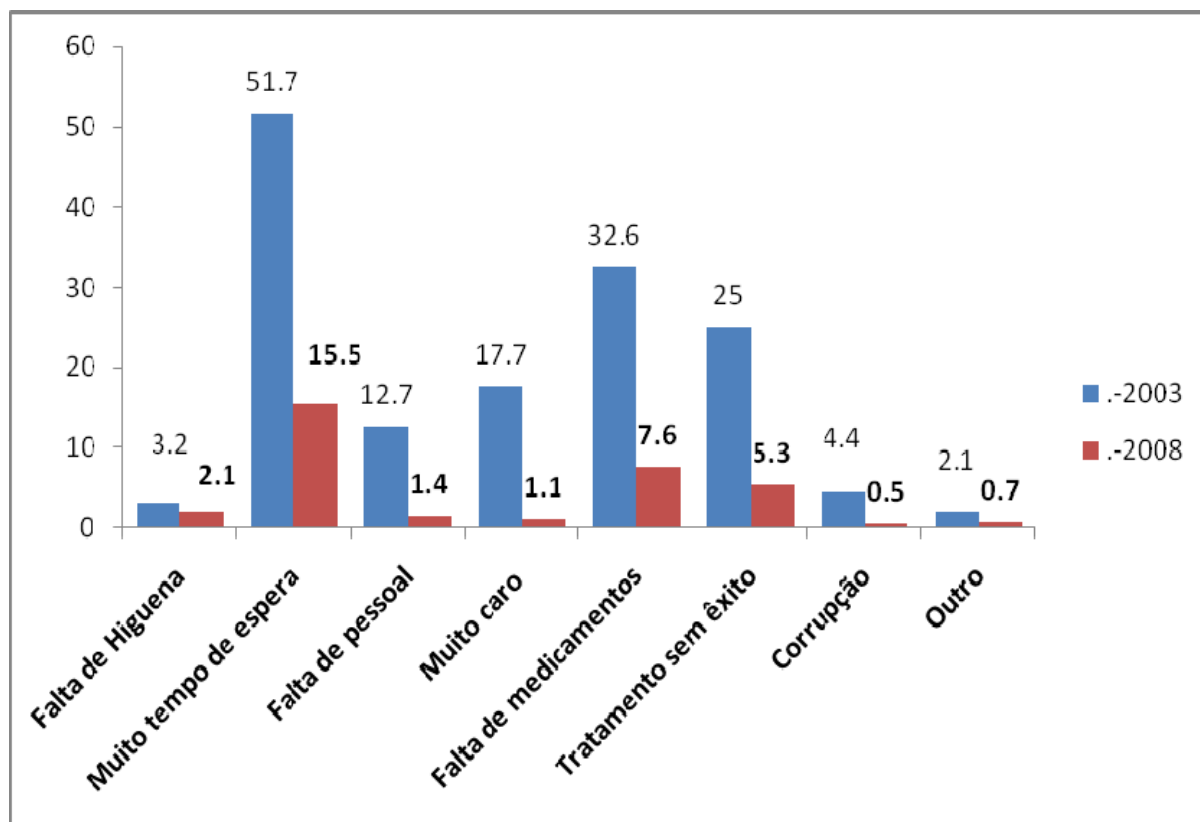
A corrupção denota ter maior peso na Província de Cabo Delgado (1%), Nampula (0.8%), Maputo Cidade (0.7%), Niassa e Gaza ambas com 0.6% e Zambézia com 0.5. Nas restantes províncias a corrupção é inferior a média nacional que é de 0.5%.

Quadro 7.3: Percentagem de pessoas insatisfeitas e causas da insatis-fação segundo características seleccionadas, Moçambique, 2008/9

Características seleccionadas	Percentagem de insatisfeitos	Causas de insatisfação							
		Falta de higiene	Muito tempo a espera	Falta de pessoal	Muito caro	Falta de medicamentos	Tratamento sem êxito	Corrupção	Outros
Total	72.0	2.1	15.8	1.4	1.1	7.6	5.3	0.5	0.7
Sexo									
Homem	72.6	2.3	15.4	1.0	1.0	8.0	4.5	0.5	0.6
Mulher	71.5	2.0	16.1	1.6	1.1	7.2	5.9	0.5	0.8
Área de residência									
Urbano	73.3	0.9	16.8	0.7	1.2	5.9	3.1	0.6	0.4
Rural	71.3	2.7	15.3	1.7	1.0	8.4	6.4	0.4	0.8
Províncias									
Niassa	68.7	7.2	9.3	0.9	0.2	11.5	6.2	0.6	0.5
Cabo Delgado	52.8	4.3	37.1	3.8	2.5	11.3	10.8	1.0	1.1
Nampula	67.9	3.1	15.3	2.6	1.3	12.1	4.1	0.8	0.9
Zambézia	71.8	0.2	14.2	0.4	0.6	6.5	9.9	0.5	0.9
Tete	90.5	0.0	8.0	0.0	0.3	0.4	0.7	0.0	0.6
Manica	85.9	0.0	9.6	0.0	0.0	0.0	2.0	0.0	0.0
Sofala	89.7	0.4	6.9	1.2	0.1	1.3	0.6	0.2	0.4
Inhambane	76.0	0.2	14.7	0.5	0.5	3.9	2.5	0.0	0.0
Gaza	75.2	0.1	16.7	2.0	0.7	3.2	0.7	0.6	2.5
Maputo Província	65.4	3.2	15.3	0.9	4.2	7.3	13.8	0.0	0.0
Maputo Cidade	69.0	0.7	18.1	0.5	2.0	13.8	0.2	0.7	0.6
Quintís de despesas									
Quartil 1	66.2	2.2	13.1	0.7	0.2	10.3	13.6	0.4	0.4
Quartil 2	74.1	1.9	16.0	1.0	0.7	6.9	4.7	0.6	0.7
Quartil 3	71.7	1.1	15.2	1.9	1.9	9.7	3.9	0.2	1.7
Quartil 4	71.9	1.4	18.9	1.8	1.7	5.3	5.3	0.4	0.4
Quartil 5	74.0	3.4	15.1	1.2	0.7	6.9	2.3	0.8	0.4
Nível de educ. do chefe									
Nenhum	57.9	10.6	17.4	2.4	1.2	25.2	0.0	0.0	0.0
Primário do 1º grau	73.6	2.5	14.8	1.4	1.1	6.3	4.5	0.4	0.9
Primário do 2º grau	72.0	0.0	22.5	0.0	0.0	8.8	11.8	0.0	0.0
Secundário e mais	71.0	1.2	20.2	0.2	0.3	9.6	2.5	1.0	1.2
Outros	70.5	1.8	16.1	1.5	1.2	8.4	6.6	0.5	0.4
Tipo de agente consultou									
Posto de Saúde do Estado	69.0	3.1	13.7	2.2	0.5	10.7	3.0	0.6	1.4
Centro de Saúde do Estado	73.1	2.1	17.7	0.8	1.2	7.0	5.7	0.3	0.3
Hospital	69.3	0.4	20.9	1.6	1.0	5.4	7.8	1.2	0.2
Clínica Privada	86.5	0.0	0.7	0.8	7.5	1.4	0.0	0.0	2.1
Farmácia	85.0	0.0	1.0	4.0	2.1	1.0	3.2	0.0	0.0
Médico/Dent/Consult. Priv.	98.2	0.0	0.0	0.0	0.0	1.8	0.0	0.0	0.0
Curandeiro	85.9	1.3	1.6	0.0	2.0	0.2	9.8	0.0	1.6
Outros	36.1	0.0	0.0	13.0	0.0	51.4	6.2	0.0	0.0

Fonte: Elaborado com base nos resultados do IOF 2008/9.

Gráfico 7.3: Percentagem de pessoas insatisfeitas com os serviços de saúde prestados segundo razões, Moçambique, 2002/3 e 2008/9



Os dados mostram que de 2003 a 2008, registou-se uma redução da percentagem de doentes insatisfeitos com os serviços prestados. Por exemplo, em relação ao tempo de espera, houve uma redução de 51.7% para 15.5% e a corrupção reduziu de 4.4% para 0.5% dos doentes que mencionaram ter sido vítimas.